



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Andréa Carvalho de Castro Albuquerque

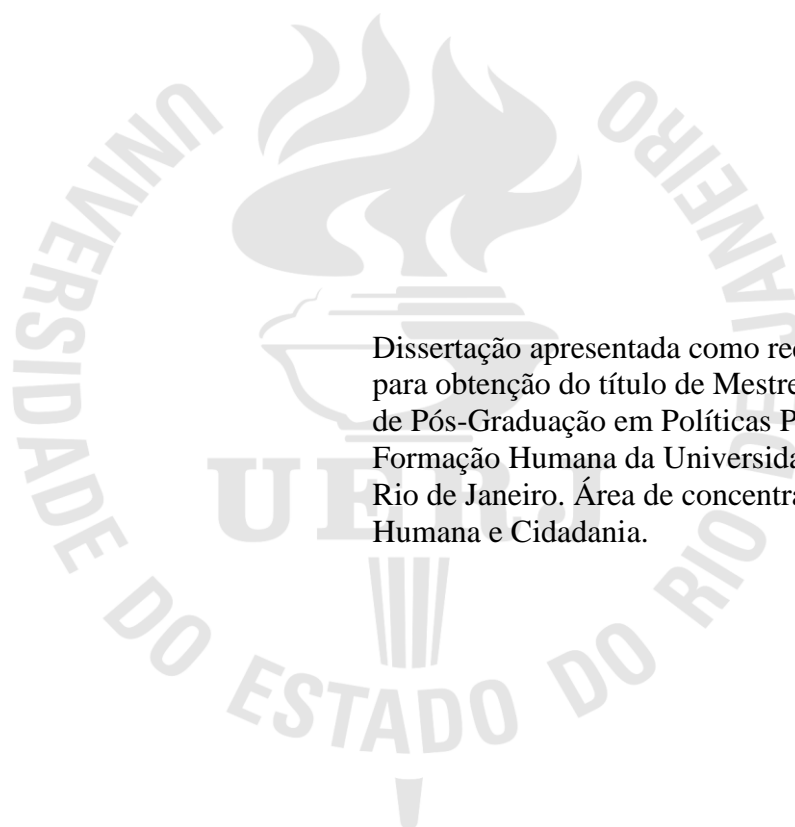
“Atenção, Sentido!”, a Educação a distância está presente na caserna.

Rio de Janeiro

2011

Andréa Carvalho de Castro Albuquerque

“Atenção, Sentido!”, a Educação a distância está presente na caserna



Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Formação Humana e Cidadania.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Eloiza da Silva Gomes de Oliveira

Rio de Janeiro

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/A

A345

Albuquerque, Andréa Carvalho de Castro.
"Atenção, Sentido!", a Educação a distância está presente na
caserna / Andréa Carvalho de Castro Albuquerque. – 2011.
184 f.

Orientadora: Eloiza da Silva Gomes de Oliveira.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Faculdade de Educação.

1. Educação militar – Teses. 2. Ensino a distância – Avaliação –
Teses. 3. Ensino a distância – Planejamento – Teses. 4. Brasil – Forças
armadas – Oficiais – Teses. 5. Tecnologia educacional – Teses.
I. Oliveira, Eloiza da Silva Gomes de. II. Universidade do Estado do Rio
de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

nt

CDU 355.233

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação.

Assinatura

Data

Andréa Carvalho de Castro Albuquerque

“Atenção, Sentido!”, a Educação a distância está presente na caserna

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Formação Humana e Cidadania.

Aprovado em 26 de setembro de 2011.

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Eloiza da Silva Gomes de Oliveira (Orientador)
Faculdade de Educação da UERJ

Prof. Dr. Cláudio de Carvalho Silveira
Faculdade de Educação da UERJ

Prof^a Dr^a Suzeley Kalil Mathias
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP, Franca

Rio de Janeiro

2011

DEDICATÓRIA

Lembro-me dos afagos das mãos pesadas, da partilha do quiabo no jantar, das pilhas de palavras-cruzadas e de seus livros volumosos. Uma homenagem àquele cuja distância infinita me faz lembrar. Pai.

AGRADECIMENTOS

À Profª Drª Eloiza da Silva Gomes Oliveira, serena e competente, agradeço por sua zelosa orientação.

Aos integrantes do grupo de estudos, do qual fiz parte pelos dois anos do programa de mestrado, mostro-me grata pela qualidade dos diálogos de forma a facilitar meu aprendizado.

Aos integrantes da Assessoria de Desenvolvimento e Avaliação Educacional do Departamento de Educação e Cultura do Exército, por todo incentivo e apoio. Ao Coronel R/1 João de Azevedo, líder reconhecido, agradeço por acreditar em meu trabalho e por ajudar a concretizar este projeto junto à Instituição e às chefias imediatas.

No sistema do Departamento de Educação e Cultura do Exército encontrei muitos amigos e profissionais que me auxiliaram com as pesquisas e sempre estiveram dispostos a discutir ideias, a eles meu reconhecimento: Gen Bda R/1 Terra, Cel Couto, TC Isaacson, Maj Alyne, Cap Anne, Ten Magalhães, ST Silva Rodrigues e Profª Isabel Martins.

De um grupo grande que é minha família, agradeço o apoio e reconheço o auxílio de meu irmão, Vander de Castro, e minha sobrinha, Natália Marques, nos momentos em que precisei. À minha mãe, por apoiar e aplaudir. Se não fosse você...

Com muito esmero, a ti, Carlo Fabiano, agradeço o compartilhar.

Prefiro ser criticado como idealista e sonhador inveterado por continuar, sem relutar, a apostar no ser humano, a me bater por uma legislação que o defenda contra as arrancadas agressivas e injustas de quem transgride a própria ética.

Paulo Freire

RESUMO

ALBUQUERQUE, Andréa C. de Castro. **“Atenção, Sentido!” a educação a distância está presente na caserna**. 2011. 184f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

O presente trabalho visa descrever o fenômeno da educação a distância e investigar as atitudes dos alunos militares para com a modalidade de EAD no Sistema de Ensino do Comando do Exército Brasileiro, particularmente, no âmbito do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), responsável pela formação dos oficiais combatentes. Compreender as atitudes dos alunos para com essa modalidade de ensino, contribui para o planejamento e implementação de efetiva política de formação da Instituição. Para isso, toma-se como eixo norteador o processo de modernização da Instituição com seus desdobramentos formativos, de forma a traduzir a incorporação da educação a distância como um movimento crescente do Processo de Modernização de Ensino, alicerçado nas pedagogias da aprendizagem de vertente cognitivistas. De fato, é diante da EAD que será enfrentada a dificuldade de transformar os princípios normativos das políticas de formação em atitudes que favorecerão o desenvolvimento da Instituição frente às novas e desafiantes demandas do processo formativo do oficial combatente.

Palavras-chave: Educação militar. Educação a distância. Atitudes frente à tecnologia.

ABSTRACT

This work describes the distance learning phenomenon and investigates the attitudes of military students towards the distance learning mode in the educational system of the Brazilian Army Command. More exactly, it focus on the Department of Education and Culture of the Army (DECEX), which is responsible for training officers. Understanding the students' attitudes to this teaching mode contributes to the planning and implementation of an effective educational policy in the institution. To that end, the guideline of this dissertation is the modernization process of the institution and its consequences for educational planning. It sees the adoption of distance education as an accompanying and increasingly important move in the teaching modernization process, based on cognitive learning pedagogies. In fact, it is through distance education that educational policies will face the challenge of transforming its normative principles into measures which will favor the institutional development as regards new and challenging demands of the officer training process.

Keywords: Military education. Distance education. Attitudes towards technology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Diagrama do Sistema de Ensino do Exército.....	35
Figura 2 -	Itinerário formativo do oficial combatente.....	36
Figura 3 -	Fontes documentais.....	37
Figura 4 -	Principais categorias pedagógicas das fontes documentais.....	39
Figura 5 -	Relações conceituais dos documentos oficiais dos sistemas de ensino.....	41
Figura 6 -	Programa Geral de Trabalho do GTEME.....	46
Figura 7 -	Pilares do Processo de Modernização do Ensino.....	48
Figura 8 -	Estado da tecnologia na era moderna.....	57
Figura 9 -	Gerações da educação a distância.....	65
Figura 10 -	Portal de Educação do Exército.....	75
Figura 11 -	Página inicial do <i>ebaula</i>	75
Figura 12 -	Portal de Educação do Exército: Cursos > Pós-graduação.....	77
Figura 13 -	Quantidade de cursos e/ou atividades no Portal de Educação do Exército por ODS e similares.....	78
Figura 14 -	Estabelecimentos de Ensino do DECEX com atividades no AVA.....	79
Figura 15 -	Objetivos da EAD: educação continuada.....	81
Figura 16 -	Exemplo do inventário.....	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Distribuição amostral.....	86
Gráfico 2 -	Idade média dos oficiais alunos entrevistados por A/Q/S.....	87
Gráfico 3 -	Desenvoltura com a tecnologia, a internet e as redes sociais....	87
Gráfico 4 -	Atitude frente à tecnologia.....	88
Gráfico 5 -	CAO 1º ano foi seu primeiro curso a distância?.....	89
Gráfico 6 -	CAO 1º ano foi seu primeiro curso a distância no Exército?.....	89
Gráfico 7 -	Grau de satisfação com a experiência do CAO 1º ano.....	89
Gráfico 8 -	Recurso que mais gostou de trabalhar no CAO 1º ano.....	90
Gráfico 9 -	Sua habilidade com a tecnologia e as redes sociais foram melhoradas após a fase a distância do CAO?.....	90
Gráfico 10 -	Haveria interesse em realizar outros cursos na modalidade a distância, fora do Exército?.....	91
Gráfico 11 -	Motivos para realizar novos cursos a distância.....	91
Gráfico 12 -	Alunos do ensino a distância têm um desempenho em sua aprendizagem tão boa quanto os alunos do ensino presencial?....	92
Gráfico 13 -	As atitudes dos militares para com o ensino a distância são importantes para que a Instituição acompanhe o processo de modernização das Forças Armadas?.....	93
Gráfico 14 -	O ensino a distância oferece um conjunto de recursos de ensino que atendem aos alunos de forma mais personalizadas do que os do ensino presencial?.....	93
Gráfico 15 -	O ensino é o ponto forte do Exército e componente indispensável para sua modernização?.....	94
Gráfico 16 -	Instituições que desenvolvem ensino a distância têm melhor custo-benefício do que as instituições que não o desenvolvem?...	94
Gráfico 17 -	Os programas de ensino a distância baseados nas Tecnologias da Informaçã favorecem, dentre outras coisas, autogestão do estudo e controle do próprio ritmo de aprendizagem?.....	95
Gráfico 18 -	O Exército concebe o ensino a distância como prioridade para a capacitação pessoal e profissional de seus integrantes?.....	95

Gráfico 19 -	O ensino a distância requer dos seus alunos hábitos de estudos mais autônomos do que os alunos do ensino presencial?.....	96
Gráfico 20 -	Em uma sociedade do conhecimento, complexa e em rápida mutação, nada mais importante do que o desenvolvimento de pessoas aprendizes?.....	96
Gráfico 21 -	A educação a distância é uma modernização das práticas educativas do Sistema de Ensino do Exército Brasileiro?.....	97
Gráfico 22 -	O ensino a distância deve ser considerado como contribuição essencial ao desenvolvimento da educação continuada?.....	97
Gráfico 23 -	A ampliação dos recursos de informática ou da Tecnologia da Informação nos cursos presenciais favorece o desenvolvimento da cultura da informática na Instituição?.....	98
Gráfico 24 -	A tecnologia expande o potencial de aprender, desenvolve uma abordagem mais flexível e reflexiva no indivíduo?.....	98
Gráfico 25 -	A sociedade informática está em vias de transformar o mundo num “nó de relações interdependentes, nervosas, agitadas e tensas”, implicando o risco de isolamento e solidão para o indivíduo?.....	98
Gráfico 26 -	O ensino a distância colabora com a Instituição para que ela alcance suas metas estratégicas?.....	99
Gráfico 27 -	O ensino a distância do Exército contribui para sua maior integração com entidades civis, Forças Auxiliares e outras Forças Armadas?.....	100
Gráfico 28 -	O ensino a distância a interatividade é uma condição necessária para a eficácia do processo ensino-aprendizagem?..	100
Gráfico 29 -	Uma nação não consegue preservar sua história, originalidade e humanidade, entregando-se à soberania de uma noção de mundo tecnológico?.....	101
Gráfico 30 -	A atitude favorável à autoaprendizagem é entendida como uma condição essencial para um processo de educação continuada do militar?.....	101
Gráfico 31 -	Para o desenvolvimento de um ensino a distância de qualidade é preciso, principalmente, de uma tutoria atuante no processo ensino-aprendizagem?.....	102
Gráfico 32 -	Vantagens do uso da EAD no Exército.....	102
Gráfico 33 -	Desvantagens do uso da EAD no Exército.....	103
Gráfico 34 -	O que mudou na sua concepção de ensino-aprendizagem após a experiência de curso a distância?.....	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EB	Exército Brasileiro
ADAE	Assessoria de Desenvolvimento e Avaliação Educacional
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
A/Q/S	Arma, Quadro e Serviço
ATED	Assessoria de Tecnologia da Informação e Educação a Distância
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CAO	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
CAM	Curso de Aperfeiçoamento Militar
CAS	Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos
C&T	Ciência & Tecnologia
CEAD	Coordenadoria de Educação a distância
CEAD/EsAO	Curso de Ensino a Distância da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
CECOR	Coordenação de Estágios por Correspondência
CEP/FDC	Centro de Estudos do Pessoal e Forte Duque de Caxias
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CID	Curso de Idiomas a Distância
CIV	Curso de Idiomas Virtual
Cmt. Ex.	Comandante do Exército
COTER	Comando de Operações Terrestres
CP/ECEME	Curso de Preparação à Escola de Comando e Estado-Maior
CPEAEx	Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército
DECEEx	Departamento de Educação e Cultura do Exército
DEP	Departamento de Ensino e Pesquisa
DCT	Departamento de Ciência e Tecnologia
EAD	Educação a Distância
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior
EME	Estado-Maior do Exército
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
END	Estratégia Nacional de Defesa
EASA	Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas

EsAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
EsPCEx	Escola Preparatória de Cadetes do Exército
ESTAP	Estágios de Atualização Pedagógica
FUMAEB	Fundamentos para uma Metodologia de Avaliação Educacional no Exército Brasileiro
GTEME	Grupo de Trabalho para o Estudo da Modernização do Ensino
IGHMB	Instituto de Geografia e História Militar do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MEC	Ministério da Educação
MERC	Metodologia para elaboração e revisão de currículos
MMF	Missão Militar Francesa
NAE	Normas para avaliação educacional
NECE	Normas para elaboração do conceito escolar
NEIAE	Normas para elaboração dos instrumentos da avaliação educacional
NERC	Normas para elaboração e revisão de currículos
NTICs	Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação
P&D	Centros de Pesquisa e Desenvolvimento
PME	Processo de Modernização do Ensino
PTEB	Processo de Transformação do Exército Brasileiro
ODS	Órgão de Direção Setorial
SEAD	Sistema de Ensino à Distância
SECD	Sistema de Educação, Cultura e Desporto
SECOR	Seção de Ensino por Correspondência
SEE	Sistema de Ensino do Exército
SIPLEx	Sistema de Planejamento do Exército
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
WWW ou <i>web</i>	<i>Word Wide Web</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 A MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO E SEU DESDOBRAMENTO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO OFICIAL COMBATENTE.....	18
1.1 Modernização do Exército Brasileiro: recrutamento e profissionalização dos oficiais.....	20
1.1.1 <u>O recrutamento dos oficiais</u>	21
1.1.2 <u>A profissionalização dos oficiais</u>	22
1.2 Modernização do Ensino Militar: exame introdutório	31
2 A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO ENSINO DO EXÉRCITO BRASILEIRO.....	35
2.1 A construção da proposta pedagógica do Exército.....	42
2.1.1 <u>Os pilares da proposta pedagógica</u>	47
2.2 Nova tendência.....	52
3 A INCORPORAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA POLÍTICA DE ENSINO DO EXÉRCITO BRASILEIRO.....	54
3.1 A sociedade da técnica e tecnologia.....	54
3.2 A sociedade de hoje.....	59
3.2.1 <u>Mais um ponto: a revolução comunicacional</u>	63
3.3 Educação a Distância.....	64
3.4 O movimento da educação a distância no Exército.....	71
3.4.1 <u>Evolução</u>	72
3.4.2 <u>A incorporação nas políticas de formação</u>	80
4 DISCURSOS E ATITUDES: DIÁLOGOS DO CAMPO.....	84
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS.....	111
APÊNDICE A - Organização do Sistema de Ensino do Exército.....	121
APÊNDICE B - Linhas e Ciclos de Ensino do Exército.....	123
APÊNDICE C - Entrevistas.....	124
APÊNDICE D - Questionário.....	152

APÊNDICE E - Tabulação dos resultados.....	159
ANEXO A – Diretrizes sobre Educação a Distância no Exército.....	177

INTRODUÇÃO

No ano em que o Exército Brasileiro (EB) comemora duzentos anos da origem da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), berço da formação dos oficiais das Armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Comunicações, do Quadro de Material Bélico e do Serviço de Intendência, apresenta-se ao meio civil e militar esta dissertação cujo tema é a educação a distância na referida Instituição.

O ensino desenvolvido no âmbito das Forças Armadas brasileiras, reconhecido simplesmente por ensino militar, é um processo de formação profissional com origens nos capítulos iniciais da história do Brasil. Para McCann (2009) as instituições educacionais centrais de uma força armada são suas escolas de oficiais por ser ela que molda a mente e o comportamento dos alunos fardados; as nossas são antigas: AMAN, de 1810; a Escola Naval, de 1886; e a Escola de Aviação, de 1919. Por serem sedes de fenômeno educativo peculiar, capaz de tornar o homem um profissional das armas, tornam-se objeto de estudo de respeitados sociólogos, antropólogos, historiadores como Celso Castro, Jehovah Motta, José Murilo de Carvalho, Manoel Domingos, Samuel Huntington, entre outros. No entanto, são poucos pesquisadores da área da Educação a investigar tal fenômeno sob o referencial do pensamento pedagógico.

Como pedagoga e militar esbocei o objeto de estudo deste trabalho por meio de dois eixos interdependentes: a política de ensino, particularmente a de educação a distância do Exército, e as atitudes dos alunos de cursos à distância. Este recorte foi realizado por leituras sobre a demanda atual de empresas estatais brasileiras por formação de recursos humanos, formados em serviço por um programa de educação mediada pela tecnologia, o que inclui a educação a distância; pela percepção da expansão dessa modalidade de ensino na Instituição e no país; e pela ciência das políticas emanadas do Ministério da Defesa, sinalizadoras de recursos humanos altamente capacitados, aptos a atuarem em conflitos da atualidade.

A pesquisa se ateve a identificar as atitudes relativas à educação a distância dos alunos matriculados em cursos na modalidade à distância desenvolvidos pelo Exército Brasileiro com a finalidade de propor aprimoramento dessa política de formação humana. Para tanto, identificou a concepção política do ensino da instituição por meio da análise do discurso oficial e analisou as atitudes dos alunos matriculados em cursos de forma que fosse possível comparar a tendência atitudinal dos alunos com as prescrições normativas.

Para realização da pesquisa foram selecionados como fontes os documentos normativos referentes ao ensino e um grupo de alunos matriculados no primeiro curso do Sistema de Ensino do Exército (SEE) ofertado na modalidade a distância para oficiais, o que recaiu nos alunos do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Este é curso *blended*, isto é, sua primeira fase é realizado na modalidade a distância e a segunda, presencial. Todos os alunos são oficiais combatentes (das Armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Comunicações, do Quadro de Material Bélico e do Serviço de Intendência), na patente de capitão, com aproximadamente doze anos de carreira. Um outro curso que poderia ser foco de nosso estudo seria o primeiro curso na modalidade a distância para praças, o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos (EASA). Outro, poderia ser o Curso de Aperfeiçoamento Militar (CAM) para oficiais não-combatentes. Contudo, a escolha pelos oficiais combatentes se deu em virtude deles serem em 2024/25 os futuros generais, ou seja, os decisores da política institucional.

Esse trabalho reconhece, portanto, que as atitudes “desempenham papel fundamental na formulação de uma política pública.” (BEM, 1973, p.7). As políticas públicas em geral se relacionam estreitamente às atitudes dos atores, pois não funcionam através de organogramas verticais, que executam mecanicamente as diretrizes emanadas dos órgãos superiores do sistema. As instituições não são realidades objetivas, estanques, independentes dos sujeitos. Ao contrário, as instituições sociais são construídas cotidianamente pelos atores em processo de negociação e conflito. Deste modo, as políticas públicas são efetivadas no terreno movediço das ações, interações e perspectivas dos atores da cena institucional, que decodificam de forma complexa e idiossincrásica as transformações propostas pelos órgãos superiores à luz de seus sistemas de valores e crenças. Uma atitude favorável à EAD por parte dos alunos pode influenciar os rumos de uma política de formação. Se os alunos são hostis à utilização da modalidade, o resultado poderá ser um rendimento intelectual menos significativo, comprometedor dos objetivos políticos da instituição. Partindo, portanto, da idéia de que a política pública “constitui-se a partir de uma questão que se torna socialmente problematizada” (AZEVEDO, 2004, p. 61), deve-se considerar as atitudes dos alunos em relação aos cursos à distância para um planejamento e implantação de política de educação continuada vigorosa.

Diante da complexidade do objeto, onde a “realidade responde na língua em que é perguntada” (SANTOS, 2003), a pesquisa foi concebida por uma perspectiva qualitativa.

Pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas focalizadas e escalas sociais foram os instrumentos de inserção no cotidiano ora para conhecer o dito, ora para conhecer o não dito.

O primeiro capítulo compreende breve historicidade da modernização do Exército com a intenção de apresentar o desdobramento e a importância desse movimento para a formação profissional do oficial combatente. O segundo, interessa-se pelos conceitos basilares da proposta pedagógica do ensino, contextualizando-os ao seu tempo. O terceiro é composto por um referencial teórico sobre a sociedade informacional que nos permite discutir a educação a distância como um produto do salto tecnológico da informática e da comunicação e sua incorporação no âmbito da organização militar. Para além desses capítulos encontra-se o diálogo do campo, texto que expõe os resultados da pesquisa sobre as atitudes dos alunos militares e dialoga com o contexto institucional em que o objeto se insere.

A pesquisa apesar de indicar que os alunos de cursos da modalidade a distância apresentam atitudes favoráveis, revela autoavaliações medianas das habilidades frente à tecnologia, o que vai de encontro às exigências de um ambiente cibernético, setor em que o Exército é responsável perante o Ministério da Defesa. Em considerações finais ficam as ideias de aprimoramento da capacitação naquele setor, de inclusão de tecnologias no ensino presencial e ajustes do projeto pedagógico da EAD ao projeto estratégico da força.

Antes de adentrarmos ao texto, faz-se necessário esclarecer o título da dissertação. “Atenção, Sentido!” é uma voz de comando. A voz de comando é dada quando um comandante quer exprimir verbalmente sua vontade através de seus comandados, já que estes tomarão posição de respeito para que a autoridade possa receber da tropa a continência devida. No caso desta voz de comando, a posição de sentido. As continências prestadas variam com a importância hierárquica da autoridade. A educação a distância equivaleria a um oficial subalterno e intermediário (de tenente à capitão), em virtude de sua recente chegada à Instituição, assim como, de sua crescente importância no sistema de ensino. “Atenção, Sentido! A Educação a Distância está presente na caserna” é uma forma militar de saudar. Uma forma acadêmica de traduzir o movimento de um fenômeno da educação em cenário tão peculiar.

1 A MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO E SEU DESDOBRAMENTO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO OFICIAL COMBATENTE

Modernização é uma ideia bastante difundida no Exército Brasileiro (EB). Surge sob os signos linguísticos da reforma, da mudança, da transformação, mas é sob o da modernização que ganha força política, batiza um paradigma de ensino militar¹ e torna-se objeto de estudo pelo meio acadêmico em razão da consolidação do processo democrático e das mudanças no cenário internacional (DOMINGOS, 2004).

Contudo, faz-se necessário esclarecer o que se compreende por modernização. Como categoria dos estudos sociológicos pode ser definida de modo geral como “conjunto de mudanças operadas nas esferas política, econômica e social” (BOBBIO; METTEUCI; PASQUINO, 2004, p. 768), iniciada pelas Revoluções Francesa e Inglesa.

Historicamente, modernização é o processo de mudança para os tipos de sistemas sociais, econômicos e políticos que se desenvolveram na Europa ocidental e América do Norte entre os séculos XVII e XIX, espalhando-se, então, por outros países europeus e, nos séculos XIX e XX, pelos continentes sul-americano, asiático e africano. (EISENSTADT, 1969, p. 11).

Os anos de 1701 a 1800 nos países de raízes católicas ou protestante como Reino Unido, França, Portugal e Espanha², designados por Europa Ocidental, e na América do Norte, tratando-se, especificamente, dos Estados Unidos da América, podem ser considerados como um período de surgimento das idéias iluministas como as de Jean-Jacques Rousseau (Do Contrato Social, 1762), liberalistas como as de Adam Smith (A Riqueza das Nações, 1776) e de franca expansão industrial liderada pelo Reino Unido.

Os séculos XVIII e XIX, nessas regiões, foram tempos de intensas transformações econômicas, sociais e culturais. Podemos dizer que Marx (O Manifesto Comunista, 1848), Comte (Sistema de Política Positiva, 1851), Darwin (A Origem das Espécies, 1859), Monet (Arte Impressionista, 1874), os irmãos Lumière (1895) e Freud (A Interpretação dos Sonhos, 1900) impactaram o período provocando novas interpretações da condição do homem moderno.

¹ Neste estudo designaremos por ensino militar o ensino desenvolvido apenas no Exército Brasileiro, excluindo os desenvolvidos na Marinha do Brasil, na Força Aérea Brasileira, nos Corpos de Bombeiros Militares estaduais e nas Polícias Militares estaduais.

² Acompanhados de Itália, Áustria, Suíça, Irlanda, Noruega, Países Baixos e outros.

Foi no bojo da sociedade europeia que aspirações modernizadoras incrustaram-se, sendo para Eisenstadt (1969) geradas pelo desenvolvimento interno da própria sociedade, possuidora de uma elite dirigente com a decisão de modernizar e como um modelo específico para tal.

Por sua vez, em terras continentais sul-americanas, os séculos XVIII e XIX foram imagem do domínio português, espanhol, inglês e francês. O Brasil do século XVIII, por exemplo, vivenciava o capitalismo comercial por meio do pacto colonial com Portugal, a proibição da industrialização e a cultura escravocrata. No início do século XIX com a transferência da corte portuguesa para o Brasil surgem as transformações econômicas e culturais, primeiras modernizações tão corriqueiras no Velho Continente, mas com controle pela monarquia imperial.

As inovações de D. João recaíam sobre um país em transformação, dirigindo-o, e, ao mesmo tempo, freando-o e renovando-o com o transplante da corte portuguesa no Rio de Janeiro. [...] Entre a sociedade civil, frágil e vigiada, e o estamento aristocrático, deu-se uma transação, alterada em torno dos meados do século XIX. A conciliação política, desarmando os antagonismos, regularia e controlaria a mudança social. Mantida a pirâmide – mantida a ‘ordem’, como se dizia – o Império escravocrata adia sua mais urgente reforma social, a do cativo, logo adiante, para se modernizar. Sem o sonho das manufaturas [...], joga-se na febre das estradas de ferro e dos melhoramentos urbanos. [...] A agricultura, devastada pelos financiadores de escravos e safras, mal deixava recursos para edificar algumas cidades brasileira, cuja infra-estrutura dependeu, para se fazer, também do capital importado. (FAORO, 1992, p.10-11).

As teorias de modernização³ empregadas para compreender o fenômeno do subdesenvolvimento influenciaram a concepção do desenvolvimento político, econômico e social brasileiro, fazendo-se sentir no Estado Oligárquico, aproximadamente nos mandatos de Campos Sales a Delfim Moreira, onde a aristocracia cafeeira e a nova elite industrial, com maior representação em São Paulo, configuravam no que Florestan Fernandes (2006, p.258) chamaria de “*Brasil moderno, cenário e produto da transformação capitalista*”.

Embora recorra com uma certa constância à noção de modernização e à oposição entre tradicional e moderno, por meio da qual essa concepção se constrói, em lugar de pensar a expansão do capital típica do capitalismo como “modernização”, diante da qual haveria “nações” que “se teriam atrasado”, Florestan identifica naquele suposto “atraso” o que designa como *capitalismo selvagem*, um tipo de capitalismo criado pela própria dinâmica do desenvolvimento (capitalista) criador do “moderno” (capitalista) e que, no mesmo movimento em que cria esse “moderno” é também criador do “atraso” (capitalista). (CARDOSO, 2005, p. 21).

³ Machado (1970) as concebe a partir da ideia de que o subdesenvolvimento seria o estado original, atrasado e tradicional da organização societária, determinadas por fatores causais como as características psicossociais e prognosticadas como processo natural da evolução social.

O processo de modernização gestado naquele período no Brasil pode ser entendido como a transformação de uma sociedade do estado tradicional para o estado moderno, de um estágio inicial de uma sociedade não-tecnificada, com baixa mobilidade social, de estrutura social rígida para uma sociedade tecnificada, com alta mobilidade social e logo, de estrutura social flexível. É o estágio societário a ser alcançado pela sociedade de estado tradicional ou de uma sociedade subdesenvolvida.

Raymundo Faoro (1992, p. 9), cientista político brasileiro, situa a modernização entre a marca que assinala o país atrasado e a marca que indica o paradigma. A ocidentalização, europeização, industrialização, revolução do alto ou, simplesmente, modernização chega à sociedade por meio de um grupo condutor, conforme elaboração de Eisenstadt (1969, 1991), como modelo de desenvolvimento, “com muitas máscaras, tantas quantas as das diferentes situações históricas.”

1.1 Modernização do Exército Brasileiro: recrutamento e profissionalização dos oficiais

A história da modernização do Exército Brasileiro a partir do século XX aponta para uma relação entre o processo de recrutamento e a formação dos oficiais. Qualquer que seja a forma de seleção que a Instituição adote, atrelado haverá um projeto de formação profissional consubstanciado pelo seu sistema de ensino⁴, com objetivo de aumentar a homogeneidade e o espírito de corpo do quadro de oficiais, além de garantir ao Estado profissionais qualificados para a arte da guerra. A organização afirma que o seu ensino é seu ponto forte e componente indispensável para sua modernização (BRASIL, 2007).

⁴ O sistema de ensino do Exército integra o sistema federal de ensino, sendo regulado em lei específica (Lei de Diretrizes e Bases da Educação, artigos 16 e 83). Sua organização pode ser consultada no apêndice A.

1.1.1 O recrutamento dos oficiais

O Estado brasileiro monárquico contava com um exército herdeiro e preservador da estrutura do exército português, onde o recrutamento favorecia a qualidade de nobreza daqueles que desejavam ingressar como oficial na Instituição. Tratando-se do processo de recrutamento dos oficiais é importante destacar que o sistema de cadetismo⁵ foi extinto no Brasil em 1897, diferentemente de Portugal, que o aboliu em 1832.

A seleção dos oficiais pela origem aristocrática não era uma novidade. Os exércitos português, inglês, francês, prussiano, entre outros, até o fim do século XVII, eram compostos de oficiais mercenários e aristocratas. A iniciativa de um recrutamento mais profissional, na Europa, foi conhecida com a reforma da Comissão Militar da Prússia (1808) que permitia a qualquer indivíduo que possuísse o nível de conhecimento profissional, instrução e coragem estar habilitado aos postos militares.

A perduração do cadetismo no Brasil até às portas da República fez com que se adotasse certa flexibilização dos critérios de recrutamento, permitindo em um primeiro momento (Disposições de 1809 e 1820, antes do Império) o alistamento de “filhos de oficiais das forças de linha e das milícias, bem como das ordenanças e de pessoas agraciadas com o hábito de ordens honoríficas” (CARVALHO, 2005, p.16). Em um segundo momento (1853, Segundo Reinado), alistamento de filhos de oficiais da Guarda Nacional e soldados particulares, os filhos da nobreza civil.

Ao longo do Império o recrutamento dos oficiais vai se modificando, tornando-se menos aristocrático e mais endógeno à organização, com a concessão do título de cadete à filhos de oficiais da Instituição, facilitando o surgimento de dinastias como as dos Lima e Silva, dos FONSECAS, dos Mena Barreto e outras.

Os critérios do recrutamento para oficiais impediam uma reforma no Exército Brasileiro. Para ser uma organização eficaz precisava da formação de quadros especializados, responsáveis e com espírito de corpo, ou seja, precisava-se de uma formação de soldados profissionais. Isto se tornará evidente com a Guerra contra o Paraguai (1864-70).

⁵ Cadete significa mancebo nobre que servia como soldado primeiramente, para aprender o ofício das armas, passando a oficial. Eram de primeira ou de segunda classe, conforme o grau de sua nobreza; também se chamavam primeiros e segundos cadetes: estes usavam uma só e aqueles duas estrelas na parte superior do braço. Muitos filhos de portadores de título de nobreza eram reconhecidos cadetes ainda em criança, como foi o caso do Duque de Caxias, que foi reconhecido cadete aos cinco anos de idade. (ALBUQUERQUE, 1991).

O Exército voltou do Paraguai transformado em verdadeira caixa de problemas. [...] Dos campos de batalha trouxera o sentimento da sua força e a Pátria, agora, chocava-o com o espetáculo das suas mazelas e fraquezas. [...] vieram as frustrações que se abateram sobre a parte da oficialidade voltada para as questões da organização e do adestramento militares, aos olhos da qual não havia razões que pudessem justificar os pequenos efetivos e nem a falta de medidas tendentes a modernizá-los. (MOTTA, 1998, p. 147).

1.1.2 A profissionalização dos oficiais

Cabe aqui uma análise da profissão militar devida importância que a formação militar receberá a partir do terço final da República Velha (1891-1930). Samuel Huntington (1996) elenca três elementos essenciais do profissionalismo militar a saber: especialização, responsabilidade e caráter corporativo.

Como explica Fázio (2008, p. 51) a especialização é “adquirida na educação extensa e na experiência considerada a base da competência profissional”. A formação do profissional é decorrente da administração racional⁶, podendo-se afirmar que aquela ocorre de forma contínua – pedagogicamente conhecido por educação continuada, incluindo aí uma formação em serviço – em estabelecimentos próprios à estrutura do Exército (academia, escolas, centros de instrução, institutos). A formação e a instrução militares são dispostas ao longo da carreira com a intenção de habilitá-los e aperfeiçoá-los para o exercício complexo da profissão. Parafraseando Huntington (1996) a habilidade em questão é a de administrar a violência, exigindo que a força armada forme e instrua seus integrantes para dirigir operações de aplicações da violência, resultando daí um ensino com alto tempo de prática.

O elemento responsabilidade é dado pela especialização da profissão em garantir a defesa do Estado. Como manifesta Huntington (1996, p. 34), “o comportamento com relação à sociedade é guiado pela consciência de que suas habilitações só podem ser utilizadas para fins aprovados pela sociedade através de seu agente político que é o Estado.” Já o caráter corporativo traduz-se em escolas, costumes, tradições, associações, publicações exclusivos.

Via de regra, ele [o oficial] vive e trabalha longe do restante da sociedade; física e socialmente, é provável que ele tenha menos contatos não-profissionais do que a maioria de outros profissionais. A linha que o separa do leigo ou do civil é simbolizada de público pelo uniforme e pelas insígnias do posto. (HUNTINGTON, 1996, p. 34).

⁶ “A administração burocrática é racional, nos termos da racionalidade instrumental, na medida em que adota os meios mais adequados (eficientes) para atingir os fins visados.” (BRASIL, 1997, p. 4)

No Exército, apesar das reformas econômicas⁷ ocorridas a partir da década de 80, prevalece o modelo de administração burocrática por se tratar de um setor de atividade exclusiva de Estado⁸. Weber (1982) a elucida como um traço do caráter corporativo e com funcionamento baseado em: 1) regulamentos tais como leis e normas administrativas; 2) mando como fator organizacional sendo exercido pelo princípio hierárquico do cargo; e 3) administração especializada, pressupondo treinamento e aprendizado técnico. Quanto ao assunto, Freund (2006, p. 170) sistematiza a burocracia moderna como típica forma do domínio legal e elenca alguns princípios da organização burocrática: recrutamento por concurso; remuneração fixa e aposentadoria; promoção por critérios objetivos; hierarquia das funções; direito da autoridade em controlar o trabalho dos subordinados; separação completa entre função e o homem que a ocupa; proteção dos funcionários no exercício de suas funções por meio de estatutos; serviços definidos por leis, de modo que as funções e os poderes são divididos e distribuídas à execução das tarefas correspondentes.

Silveira (2002, p.42) apresenta-nos uma interpretação mais atual sobre a profissionalização militar em uma força armada:

As máquinas de guerra se tornaram imensas estruturas burocráticas [...]. Isto é o que Janowitz (1967) denominou como processo de “civilização”. Ora, para a burocracia desempenhar sua missão a contento, é cada vez mais exigido um desenvolvimento das técnicas de educação e treinamento através de exames especiais e especialização contínua. [...] Moskos observa aqui a passagem de uma lógica institucional, centrada na tradição e no heroísmo militar, para uma lógica ocupacional, onde a modernização e a profissionalização calcadas num tipo específico de educação e treinamento estão acentuadas. [...] implica em realçar o papel da educação, que busca combinar a formação do caráter cívico-corporativo com a perícia e a destreza militar.

Passaremos a tratar da profissionalização dos oficiais combatentes do Exército pelo seguinte roteiro: a) panorâmico histórico, com o propósito de apresentar o processo de profissionalização delimitado pelas intenções de Mallet antes da 1ª Guerra Mundial até as ações da Missão Militar Francesa antes da 2ª Guerra Mundial, período de consolidação do ensino na instituição; e b) a atualidade, com o fim de expor as recentes ações no sistema de ensino de forma a contextualizar o recorte do objeto de estudo, a educação a distância.

⁷ Propostas por Luiz Carlos Bresser Pereira no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1999) como resposta à crise dos anos 80/90.

⁸ Conforme o Programa de reestruturação e qualidade dos Ministérios (BRASIL, 1998d).

a) Panorâmico histórico

Várias são as iniciativas de modernizar e profissionalizar a Instituição durante o período da República Velha (1889-1930). Segundo João Nepomuceno de Medeiros Mallet, ministro da Guerra do governo de Campos Sales (1898-1902), “uma das causas que mais profundamente afetavam o organismo do Exército, enfraquecendo-o, era a defeituosa organização dos estabelecimentos de ensino militar” (RODRIGUES, 2008, p. 73). Foi Mallet que forneceu a base intelectual para as iniciativas de reforma até a 1ª Guerra Mundial, o Projeto Mallet:

[...] mudar a composição das unidades, centralizar as nomeações, reorganizar a educação militar, enfatizar a importância do treinamento de tiro ao alvo, executar manobras rotineiramente, regularizar o planejamento, melhorar os critérios de promoção e elevar o nível intelectual do corpo de oficiais. (McCANN, 2009, p. 106).

Continuamente, em 1904, foi dada a Revolta da Escola Militar do Brasil⁹, apoiada pela Escola Preparatória e Tática do Realengo, em virtude da oposição de oficiais¹⁰ ao controle oligárquico do Brasil republicano, representando o modelo profissional que Carvalho (2005) define como soldado-cidadão, uma ideologia intervencionista que permitia ao soldado assumir a cidadania plena. A revolta foi contida, as escolas fechadas e seus estudantes transferidos para quatro escolas: Escola de Guerra de Porto Alegre (Porto Alegre/RS); Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria (Rio Pardo/RS); Escola de Artilharia e Engenharia (Realengo/RJ); e Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia (Curato de Santa Cruz/RJ), que mais tarde seriam reunidas com o nome de Escola Militar do Realengo (RODRIGUES, 2008).

O então ministro da Guerra do governo de Rodrigues Alves (1902-1906), Francisco de Paula Argolo, afirmou que sistema educacional militar era incapaz de transformar civis em militares, pelo fato do ensino ser teórico e pobre em conteúdo militar, e pelo fato dos militares não se manterem fora de lutas partidárias (McCANN, 2009).

Segundo Rodrigues (2008, p. 86) foi organizado um novo Regulamento para os Institutos Militares de Ensino que “visava eliminar o excesso do chamado ensino teórico e

⁹ Mais conhecida por Escola Militar da Praia Vermelha.

¹⁰ Como os generais Sylvestre Travassos, Olympio da Silveira, o ex-Tenente-Coronel e Senador Lauro Sodré, o Major Agostinho Raimundo Gomes de Castro e o Capitão Antônio Augusto de Moraes. (RODRIGUES, 2008, p. 79)

buscava implantar um ensino militar mais profissional (valorização da prática).” Ainda afirma que o

tempo destinado aos estudos militares na escola de formação de oficiais, alterado pelo Regulamento de 1905, continuou, na prática, com o predomínio das Armas “científicas” (Artilharia e Engenharia). A reforma do ensino teve por objetivo profissionalizar os cursos e não reduzi-los, ou seja, teve como principal objetivo a formação do “troupiér”, uma categoria social mais voltada para as questões militares, menos preocupada com as questões políticas, ao mesmo tempo em que o mundo civilizado ficava mais complexo por conta das inovações tecnológicas e requeria um profissional cada vez mais especializado.

Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, ministro da Guerra do governo de Afonso Pena (1906-1909), foi o responsável pela aplicação de significativas mudanças renovadoras como: a implementação da instrução militar nos colégios secundários; o envio de jovens oficiais para estagiar junto ao exército alemão com objetivo de treinamento; e promoção da lei do recrutamento por sorteio¹¹ que tardará a acontecer. Como presidente (1910-1914) o Marechal não mede esforços: promove o último estágio dos oficiais no exército alemão e reabre a Escola Militar¹² imbuída de um ensino militar profissional. Essas ações terão desdobramentos significativos na profissionalização do oficial do Exército. Trataremos primeiro dos estágios dos jovens oficiais no exército alemão, reconhecidos na história da instituição como *jovens turcos*¹³.

A repercussão direta dos estágios no exército alemão para a Instituição foi a fundação¹⁴ em 1913 da revista de assuntos militares A Defesa Nacional, que travava campanha em prol da modernização do Exército (CARVALHO, 2005; MOTTA, 1998; NASCIMENTO; ABRÃO, 2009). Rodrigues (2008, p. 104), ao analisar o pensamento político dos *jovens turcos* a partir da revista em tela, enquadra-os

em um projeto que tinha como objetivo a construção da nacionalidade e do Estado, aliado ao interesse de estabelecer a ordem interna, a defesa nacional, e o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Sendo que, o Exército como fator principal de estabilidade social, deveria sofrer mudanças estruturais pelas quais pudesse intervir nas mudanças da sociedade brasileira. O Exército deveria agir como corporação e não individualmente.

¹¹ Instituiu o serviço militar obrigatório, vigorando até 1945.

¹² A Escola Militar do Realengo teve sua origem na Escola da Praia Vermelha, fechada em 1904.

¹³ “A denominação ‘Jovens Turcos’ é em referência aos oficiais da Turquia de Mustafá Kemal que tentaram a modernização do atrasado exército turco.” (NASCIMENTO; ABRÃO, 2009, p.956).

¹⁴ Oficiais fundadores: “Estevão Leitão de Carvalho, Jorge Pinheiro, Joaquim de Souza Reis, Bertholdo Klinger, Amaro de Azambuja Villa Nova, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Euclides Figueiredo, José Pompêo Cavalcanti de Albuquerque, Mário Clementino de Carvalho, Brasílio Taborda, e, Francisco de Paula Cidade. Dos doze membros fundadores, apenas os quatro últimos não eram ex-estagiários no Exército Alemão, mas, sim, adeptos da nova campanha de renovação do Exército”. (RODRIGUES, 2008, p. 101).

A repercussão indireta dos estágios no exército alemão para a Instituição foi a *Missão Indígena*, que está implicada na segunda ação do presidente Marechal Hermes da Fonseca: a reabertura da Escola Militar, agora denominada de Escola Militar do Realengo. Os *juvencos turcos*, em 1918, prestaram concurso para ingresso no quadro de instrutores da Escola, sendo constituída a *Missão Indígena* com intuito de fortalecer a instrução militar (ensino prático ou profissional) aprendido no estrangeiro. Como bem coloca Rodrigues (2008, p. 101) o estágio serviu para dar maior intensidade à nova orientação profissional no Exército.

Segundo Motta (1998, p. 258), na nova escola ocorreram cinco reformas entre 1913 (data da criação) a 1944 (data da transferência para a cidade de Resende - RJ), com a intenção de se alcançar “padrões adequados de enquadramento e currículo”, mas essas mudanças na direção do profissionalismo militar esbarravam na tradição do bacharelismo. Quanto ao ensino militar podemos afirmar que este sofreu com a dificuldade em dosar o *quantum* de ensino teórico ou geral, “as matemáticas, as demais ciências – a ‘cultura geral’ ” e o de ensino prático-profissional, ou instrução militar nos currículos escolares.

A dificuldade de se achar um currículo ideal, referencia-se em uma disputa interna na Instituição entre os *bacharéis* e os *tarimbeiros*, do final do Império à Proclamação da República. Os bacharéis, influenciados pelo positivismo e pelo professor militar Benjamin Constant, defendiam o ensino teórico – matemáticas, filosofia e letras – na Escola Militar da época. Os tarimbeiros, conforme Carvalho (2005, p. 25) relata são os “ex-combatentes da Guerra do Paraguai, muitos sem curso na Escola Militar.” Para eles há a necessidade do ensino prático, que prepare o oficial para a arte da guerra. Marechal Deodoro da Fonseca é o exemplo deste grupo.

Mudança forte será sentida nos governos do período da Primeira Guerra Mundial (1ª GM, 1914-1918) e década seguinte. A guerra evidenciou as inconveniências de um país destituído de um parque industrial compatível, provocando a superação da economia agroexportadora pela industrialização com pólo no sudeste, onde se localizava a cafeicultura. Em mesma época acontecem a Semana de Arte Moderna, renovadora do ambiente artístico e cultural paulistano; o movimento tenentista, reação ao domínio da oligarquia; surgimento do operariado e da legislação trabalhistas; as primeiras transmissões de rádio; tudo acompanhado de uma educação para as elites, precária assistência médica e falta de coesão e consciência nacional. O meio intelectual implorava por mudança. No Exército, o recrutamento, de fato, passa a ser realizado por sorteio e a modernização ganha novo impulso.

O ambiente gerado pelo conflito armado provou nosso atraso à realidade bélica, reforçando a ideia existente desde a República Velha de trazer uma missão estrangeira para modernizar e instruir o Exército.

o Exército necessitava mais que instrutores para ‘nossas escolas de guerra’ [destinadas à formação, especialização ou aperfeiçoamento de oficiais e praças] existentes; precisava de militares estrangeiros para organizá-lo em seu todo, participando, inclusive, no trabalho do Estado-Maior. Isto representava transformações amplas e profundas [...] um exército moderno em sua tática, regulamentos e estrutura. Tal pretensão deixava subjacente que conseguiu-lo com auxílio de militares estrangeiros significava contratar gabaritados oficiais vitoriosos na Primeira Guerra [...]. (BASTOS FILHO, 1994, p. 38).

Até a 1ª GM era a Alemanha a favorita para fechar o contrato de uma missão, tendo acontecido alguns contratos como os dos estágios dos jovens oficiais. No entanto, pelos vinte anos de negociações diplomáticas, pela vitória da Tríplice Entente e pela expertise dos oficiais encarregados pelo Estado Maior francês de acompanhar o Marechal Hermes da Fonseca em visita ao país, a França torna-se a eleita (DOMINGOS, 2001).

O trabalho da modernização e profissionalização na força começou com os *jovens turcos* e foi completado pela Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército do Brasil, de forma que o conceito de soldado-cidadão, elaborado anteriormente, cederá espaço ao de soldado-profissional, isto é, de um soldado com neutralidade política do oficial e do Exército “dedicado à preparação da defesa do país”. (CARVALHO, 2005 p. 41)

Antes de introduzirmos os feitos e impactos da Missão Militar Francesa, ocorrida no período de 1919 a 1940, vale ressaltar o discurso em que se apresenta a Missão como a “única forma de concretamente absorvermos seus ensinamentos [do vitorioso exército francês], tendo como objetivo final elevarmos nosso Exército **ao nível dos de poderosas nações européias.**” (BASTOS FILHO, 1994, p. 38, grifo nosso). O nosso grifo vem destacar o que Machado (1970) esclarece sobre as teorias de modernização, expondo-as como um processo natural de desenvolvimento. Infere-se, também, como Motta (1998, p. 226), que os militares estavam frustrados “diante da impossibilidade de se realizarem plenamente no campo da ‘modernidade’ do seu ofício”.

A ideologia da modernização fica explicitada como um paradigma cuja estrutura econômica do país deve ser modificada para alcançar os níveis de desenvolvimento já alcançados pelos países desenvolvidos (CARDOSO, 2005; FAORO, 1992; FERNANDES, 2006). A industrialização, nesse momento, servirá aos governos para políticas desenvolvimentistas. Até o Exército bradará que a falta dela o faz precário, com armas obsoletas, com material de combate inadequado.

Tinha o Brasil o Exército que podia ter, levando-se em conta o seu estágio de desenvolvimento econômico, consideradas a sua pobreza e as condições de dependência econômica em que vivia. Do nosso estado militar o ponto verdadeiramente débil era o do armamento. Cada ano que passava as nações ricas, industrializadas, equipavam-se com material bélico mais poderoso e sofisticado, enquanto às subdesenvolvidas ficava mais e mais difícil acompanhá-las no evoluir dos seus exércitos. (MOTTA, 1998, p. 225).

O professor Manuel Domingos (2001) afirma que a Missão Militar Francesa dirigiu o processo de modernização do Exército Brasileiro, tendo sido: criadas escolas¹⁵; reformulado o ensino militar com a introdução de disciplinas técnicas; consagrado a formação contínua dos oficiais; elaborados regulamentos que definem a promoção hierárquica pelo reconhecimento do mérito, que alteram as normas disciplinares; reorganizadas unidades operacionais; e iniciados os oficiais no planejamento estratégico.

Historicamente, a valorização ora de um ensino prático, ora de um teórico na formação profissional sempre existiu e na vigência do contrato com o exército francês, especialmente, quando este passa a atuar na Escola Militar do Realengo, em 1924, tratar-se-ia de “realizar harmonização entre os estudos científicos básicos e os técnicos, específicos da operativa militar.” (MOTTA, 1998, p. 273). A tarefa de instrução da Missão a realizar-se no âmbito das escolas foi fundamental para que a Instituição consolidasse as bases da sua formação profissional.

Dedicados ao estudo sobre a Missão, o General Malan (1988) e o Coronel Bastos Filho (1994) confirmam que ela maximizou a importância do Estado-Maior, reorganizou o sistema de ensino escolar, instruiu, modernizou os serviços de Veterinária e Saúde, melhorou a produção das fábricas militares e arsenais, dotaram o EB de armamento moderno e diversificado, além de elaborarem um corpo de doutrina¹⁶ tática cujo lema era “a Artilharia conquista, a Infantaria ocupa”.

Além desta missão estrangeira de relevante vulto para a Instituição, aconteceu a partir de 1934 a Missão Militar Americana (MMA). Os interesses norte-americanos eram de “manter um ambiente continental estável e favorável à sua atuação no Teatro de Operações da Europa” que viveria a II Guerra Mundial. Em resumo, a missão influenciaria na aquisição de material bélico, na doutrina militar e na modernização do ensino (FERNANDES, 2011).

Por análise de rara fonte documental do período da missão americana no que tange ao ensino militar, a designada Notas de aula - Matéria IV - Métodos de Instrução (BRASIL,

¹⁵ Foram criadas a Escola de Aviação, a Escola de Veterinária, as Escolas de Intendência e de Administração, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e a Escola de Estado-Maior.

¹⁶ A Doutrina Militar Terrestre é definida pela instituição por um “conjunto de valores, de princípios gerais, de conceitos básicos, de concepções, de normas, de métodos e de processos, que tem por finalidade orientar a organização, o preparo e o emprego da Força Terrestre.” (BRASIL. DECEX, 2010).

1940), de autoria do coronel americano Rodney Smith, chefe da missão, podemos constatar ensinamentos de uma pedagogia em que as ênfases estavam no papel controlador do professor e na aplicação e verificação do conteúdo ministrado. Não poderia ser classificada de uma pedagogia tecnicista em sua plenitude, mas suas bases estavam sendo consolidadas no sistema de ensino do Exército a partir da experiência dos oficiais americanos na Centro de Instrução de Artilharia de Costa, atual Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea.

Durante cinquenta anos, de 1940 a 1990, o ensino viveu a ascendência e dominação da pedagogia tecnicista reforçadas pelo sistema político autoritário ocorrido no Brasil. A pesquisa em foco não encontrou fontes suficientes para descrever o Sistema de Ensino do Exército em vigor no período ou mesmo mudanças relevantes na formação profissional do militar que diferencie do período anterior.

b) Atualidade (1994-...)

O período denominado de Pós-Guerra Fria (1990-...) caracterizou-se pela pressão interna por modificações estruturais nas formas de atuação da Força Terrestre que no âmbito mundial passou a operar cada vez mais através de unidades móveis em cenários incertos, contrapondo-se ao confronto de exércitos nacionais em campo aberto, que tinha sido a forma predominante de conflito bélico até então.

A este respeito, convém evocar as injunções do terrorismo no que concerne às novas modalidades de prática militar e a uma participação maior do Exército nas missões de paz em contexto de guerrilha urbana e de lide com populações civis. Isto exigiu a adoção de formas alternativas de atuação do Exército, reconhecidas como Guerra de Quarta Geração¹⁷ (4GW) ou guerra assimétrica. Em termos operacionais a 4ª Geração introduz um elemento de ruptura que deriva do emprego de novas capacidades que o oponente não percebe, capacidades que representam novos métodos de ataque e defesa (CENTRO DE OPERAÇÕES TERRESTRES, 2009, p. 8). Acompanhando a nova geração de guerra, apresenta-se a ideia de um soldado pós-

¹⁷ Fourth Generation Warfare – 4GW

industrial do exército profissional¹⁸ forjado pelo avanço da tecnologia, o fim do exército de massa¹⁹ e a aversão a perdas humanas.

O Ministério da Defesa²⁰ (MD) lançou em 2008 a Estratégia Nacional de Defesa (END) em virtude de dois acontecimentos importantes que Oliveira (2009) demarca como a crise do setor aéreo e o reequipamento das forças de países vizinhos. Apresentada como um plano de ações estratégicas de médio e longo prazo, com objetivos de “modernizar a estrutura nacional de defesa, atuando em três eixos estruturantes: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e política de composição dos efetivos das Forças Armadas.” (BRASIL, 2008d).

Provocada pelo Ministério o Exército põe em pauta, entre outros objetivos, a formação profissional. O militar do século XXI precisa reunir qualificação e rusticidade; dominar tecnologias e práticas operacionais não convencionais caracterizadas pelos tipos de conflitos da atualidade (BRASIL, 2008d; PINHEIRO, 2009).

No âmbito do Exército foi elaborado um plano intitulado Estratégia Braço Forte como resposta à END, mas percebeu-se que tal Plano não teria condições de transformar a Instituição, de mudar concepções (VILLAS-BOAS, 2010), tendo sido estabelecido para isso a Diretriz para implantação do processo de transformação do Exército Brasileiro²¹, de 2010. Inaugura-se o Processo de Transformação do Exército Brasileiro (PTEB).

Transformar seria uma nova etapa do processo de modernização? Segundo os documentos normativos oficiais desse novo processo, que foram baseados no artigo do Brigadeiro Jaime García Covarrubias, adaptação, modernização e transformação têm significados diferentes:

adaptação – que consiste em adaptar as estruturas existentes para continuar cumprindo com as tarefas previstas; **modernização** – otimização das capacidades para cumprir a missão de uma melhor forma e **transformação** – desenvolvimento das novas capacidades para cumprir novas missões ou desempenhar novas funções em combate. Em poucas palavras a transformação implica numa mudança mais radical já que envolve mudanças nas missões e tem um alcance não somente técnico, mas também político. (COVARRUBIAS, 2007, p. 18).

Sobre a afirmativa do Brigadeiro Covarrubias (2007, p. 22) reitera-se o alcance político no significado de transformação militar pretendido visto que ela deve ser iniciada na

¹⁸ Termo cunhado por Kuhlmann (2007) para designar o militar pós-moderno.

¹⁹ “[...] diminuição de homens no campo de batalha proporcionada pela junção da tecnologia à estratégia e pela necessidade de forças ágeis à rapidez com que os exércitos se postam para o combate e a incerteza quanto ao inimigo.” (KUHLMANN, 2007, p. 27)

²⁰ Órgão do governo federal para articular ações que envolvam mais de uma Força Armada.

²¹ Portaria nº 075-EME, de 10 junho de 2010.

estrutura política de defesa. Oliveira (2009) ao tratar da transformação das Forças Armadas corrobora:

O exame das diretrizes da Estratégia de Defesa Nacional nos permite concluir que o Ministério da Defesa e a Secretaria de Assuntos Estratégicos **promovem um processo de modernização** (otimização das atuais capacidades em vista de missões habituais) **e de transformação** (desenvolvimento de novas capacidades e estrutural das Forças Armadas).

É neste contexto que o Estado-Maior do Exército (EME), órgão de direção central do sistema de ensino, encanta o PTEB, com objetivo de: 1) “promover a transformação do Exército, trazendo-o de uma **concepção ligada à era industrial para a era da informação**; 2) proporcionar ao Exército o desenvolvimento das capacidades requeridas pela evolução da estatura político-estratégica do Brasil; 3) reforçar junto à sociedade brasileira a percepção da relevância e da imprescindibilidade do Exército para a Nação; 4) realizar a modernização dos sistemas operacionais; 5) **implantar uma mentalidade de inovação**; e 6) adequar a estrutura do Exército aos limites impostos pelo orçamento federal. Para tanto, constitui grupos de trabalho, onde Educação e Cultura são consideradas vetores de transformação, com a responsabilidade de impulsionar o processo. (BRASIL, 2010a, grifo nosso). Surge, portanto, um novo perfil do soldado. Enseja-se um processo de reconsideração do modelo de formação em curso na Instituição.

1.2 Modernização do Ensino Militar: exame introdutório

O ano de 1990 foi um divisor de águas para a educação brasileira por assumir compromissos²² com a agenda formulada por organismos internacionais como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Falleiros (2005, p. 211) esclarece que a reforma educacional brasileira reflete o projeto de sociedade capitalista demandando por uma

educação capaz de conformar o “novo homem” de acordo com os pressupostos técnicos, psicológicos, emocionais, morais e ético-políticos da “flexibilização” do trabalho e com um modelo de cidadania que não interfira nas relações burguesas fundamentais no contexto de ampliação da participação política.

²² Conferência Mundial de Educação para Todos.

O Exército, não imune ao contexto, realizou no ano de 1994 o Seminário Política Educacional para o Exército: ano 2000, sinalizador de um cenário que exigiria ajustamentos e adequações em variados aspectos da política de pessoal adotados organização. No referido documento são sugeridas medidas institucionais para enfrentar a evolução da mudança: 1) ênfase na educação geral; 2) incentivo ao autoaperfeiçoamento, adotando-se uma pedagogia da aprendizagem centrada no “aprender a aprender²³”; 3) promoção da cultura da informática; e 4) sistema de ensino à distância para constante atualização do militar.

Para atender às necessidades levantadas foi organizado o Grupo de Trabalho para o Estudo da Modernização do Ensino (GTEME), no âmbito do então Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP)²⁴, um dos órgãos diretores do ensino do EB, que atuou entre 1995 e 1996, para estudar o Sistema de Ensino do Exército (SEE) e propor ações para modernizá-lo. Esta iniciativa é respaldada pelo artigo 83 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) que estabelece que o ensino militar é regulado em lei específica, isto é, por leis ou outros documentos legais formulados pela Instituição.

O GTEME elaborou um relatório conhecido como *Fundamentos para a Modernização do Ensino* (1996) que consubstanciava o diagnóstico do sistema e estabelecia diretrizes para o prosseguimento dos trabalhos de modernização do ensino. Após isto, o DEP promoveu as *Diretrizes para a Modernização do Ensino*²⁵, em que previa a reformulação da legislação básica, a revisão do sistema de avaliação, dos perfis profissiográficos (modelo de profissional almejado) e o desenvolvimento dos recursos humanos na área do ensino. Havia-se iniciado o Processo de Modernização do Ensino (PME). Seu desencadeador, o General-de-Exército Gleuber Vieira²⁶ (1998), o resume como um processo contínuo de adoção de novo enfoque pedagógico.

[...] modelo que se quer adotar, a escola já não pode ensinar tudo. Seleciona um núcleo de conhecimentos básicos para ministrar a seus alunos. Esses devem participar ativamente do processo ensino-aprendizagem, experimentando, pesquisando e trabalhando em grupo, explorando a dúvida e o erro, manifestando seus talentos, usando técnicas disponíveis na busca e seleção do conhecimento que constroem. [...] Devem ser flexível e adaptável às novas gerações de tecnologias. [...] Portanto, é um processo inesgotável, que se deseja transformado numa postura pedagógica. (GLEUBER VIEIRA, 1998, p. 6)

²³ Quanto à discussão conceitual da proposta, consultar capítulo 2.

²⁴ Em 2008 o DEP passa a ser denominado de Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX). Esclarece-se que a adoção do nome DECEX só será feita quando se alcançar o ano de 2008. Enquanto isto trataremos este órgão de direção setorial por DEP.

²⁵ Portaria nº 25/1996 (BRASIL, 1996c)

²⁶ O Gen Ex Gleuber Vieira foi Chefe do DEP (1995); Chefe do Estado-Maior do Exército (1997) e Ministro do Exército (1999-2002).

No ano seguinte, 1997, foi elaborado o Manual do Instrutor, ainda em vigor, que orienta os instrutores/professores sobre técnicas e métodos mais adequados para o planejamento e desenvolvimento das sessões de instrução/aula. Em 1999 foi promulgada a Lei de Ensino do Exército²⁷, que estabelecia o Sistema de Ensino do Exército para promover o ensino profissionalizante e o escolar a partir dos seguintes princípios: 1) integração à educação nacional; 2) seleção pelo mérito; 3) profissionalização continuada e progressiva; 4) avaliação integral, contínua e cumulativa; 5) pluralismo pedagógico; 6) aperfeiçoamento constante dos padrões éticos, morais, culturais e de eficiência; e 7) titulações e graus universitários próprios ou equivalentes às de outros sistemas de ensino. Foram, ainda, no âmbito do DEP, documentos normativos para regular as atividades relacionadas com a elaboração e revisão dos currículos e a avaliação educacional nas escolas.

Definida uma Política de Ensino²⁸ (BRASIL, 2002) foram rematadas as normatizações, colocando o ensino “como atividade prioritária capaz de manter atualizados os recursos humanos, consoante a evolução e o progresso em todos os campos do conhecimento.”

No entanto, pode-se questionar se a implementação do aprender a aprender, fundamentada nas pedagogias da aprendizagem de vertente escolanovistas, válida tanto para a modalidade presencial quanto para a modalidade a distância de ensino do Exército, pode vir a transformá-lo, ainda marcado pela influência do paradigma tradicional e tecnicista difundida pelos documentos normativos oficiais e pela epistemologia do instrutor/professor do sistema.

Não obstante ao exposto quanto ao processo de modernização do ensino da instituição, sobrevém a implantação da educação por competências na formação de oficiais da linha de ensino bélica. Alinhada com o já citado Processo de Transformação do Exército Brasileiro (PTEB, 2010) a educação por competências é encampada pelo sistema de ensino do DECEX, tendo o Centro de Estudos do Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC) como *locus* sistematizador e propagador.

Por conta do PTEB, o DECEX ordenou ao CEP²⁹ que fosse mapeado o perfil do futuro oficial concludente da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e modelado o conceito de competências para a educação militar. Dessa forma, o CEP formalizou o programa “O profissional militar do século XXI” e definiu competência para a profissão militar como “a

²⁷ Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999 (BRASIL, 1999).

²⁸ Portaria nº 715, de 06 dezembro de 2002, do Comandante do Exército.

²⁹ Para facilitar a leitura citaremos o Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC) como Centro de Estudos de Pessoal (CEP).

capacidade de mobilizar, ao mesmo tempo e de maneira interrelacionada, conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, para decidir e atuar em situações diversas” (BRASIL, 2011a, p. 7). E, ainda, admite explicitamente a relação da educação por competências como o PME, de 1996 e uma proximidade metodológica de resolução de problemas com àquelas introduzidas pela Missão Francesa, de 1919 a 1940.

O ensino por competências não é, no entanto, estranho às principais tradições educativas do ensino militar. Ao contrário, apresenta afinidades com os aspectos principais de diversas reformas que ocorreram ao longo do século XX no ensino militar. Neste sentido, convém assinalar que **as primeiras abordagens de resolução de problemas da vida pessoal e profissional, próximas do ensino por competências, foram introduzidas no ensino militar com a Missão Francesa [...].**

Para preparar este militar polivalente, que ultrapasse a aprendizagem estrita de tarefas pré-determinadas, **o PME, à semelhança do ensino por competências,** enfatizou a formação geral, centrada nos conhecimentos e habilidades básicas de leitura, escrita, cálculo e Tecnologias de Informação e Comunicação [...] (BRASIL, 2011b, p. 38, grifo nosso)

Seria o ensino por competências uma nova etapa do processo de modernização do ensino? Ou seria garantidor, com proposto pelas diretrizes do PTEB, de transformação? Relembrando a definição de aporte do processo dado pelo Brigadeiro Covarrubias (2007, p. 18), transformação “implica numa mudança mais radical já que envolve mudanças nas missões e tem um alcance não somente técnico, mas também político.” E como grifado na citação do Programa “O profissional militar do século XXI” do CEP, o ensino por competências parece ser uma evolução do processo de profissionalização do oficial, profissionalização esta dada pela Missão Militar Francesa e pelo Processo de Modernização de Ensino.

2 PROPOSTA PEDAGÓGICA DO ENSINO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Dada a visão contextual do processo de modernização e seu desdobramento para a formação do oficial combatente, deve-se investigar a proposta pedagógica implementada em seu sistema de ensino cujos marcos foram as ações da Missão Militar Francesa do início da República, o PME de 1995 e do encetado PTEB, porque urge considerar os fundamentos das teorias de aprendizagem e do conhecimento que fundamentam as políticas de pessoal e educacional na organização militar estudada.

A organização da estrutura do ensino bélico se dá por uma composição de cinco sistemas (figura 1). O SEE tem por finalidade “qualificar recursos humanos para ocupação de cargos e para o desempenho de funções” (BRASIL, 1999a). Com exceção do sistema de ensino militar científico-tecnológico, os demais têm suas atividades planejadas, organizadas, coordenadas e controladas pelo DECEX, agrupados em um sistema maior, denominado de Sistema de Educação, Cultura e Desporto (SECAD). Nosso objeto de estudo, educação a distância, será contextualizado no subsistema de ensino militar bélico, apesar de ser possível encontrá-lo em outros subsistemas.



Figura 1 – Diagrama do Sistema de Ensino do Exército

Fonte: BRASIL. Exército Brasileiro. Comandante do Exército. Portaria nº 338, de 26 maio de 2008. Sistema de Planejamento do Exército: Diretriz Estratégica de Educação. Brasília, 2008b. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, 30 maio 2008. n. 22.

Os cursos conduzidos pelo DECEX para os oficiais das Armas, Quadro e Serviço são distribuídos ao longo da carreira conforme fluxograma apresentado na figura 2. Há dois cursos obrigatórios para a ascensão funcional, o Curso de Formação de Oficiais (CFO) e o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO).

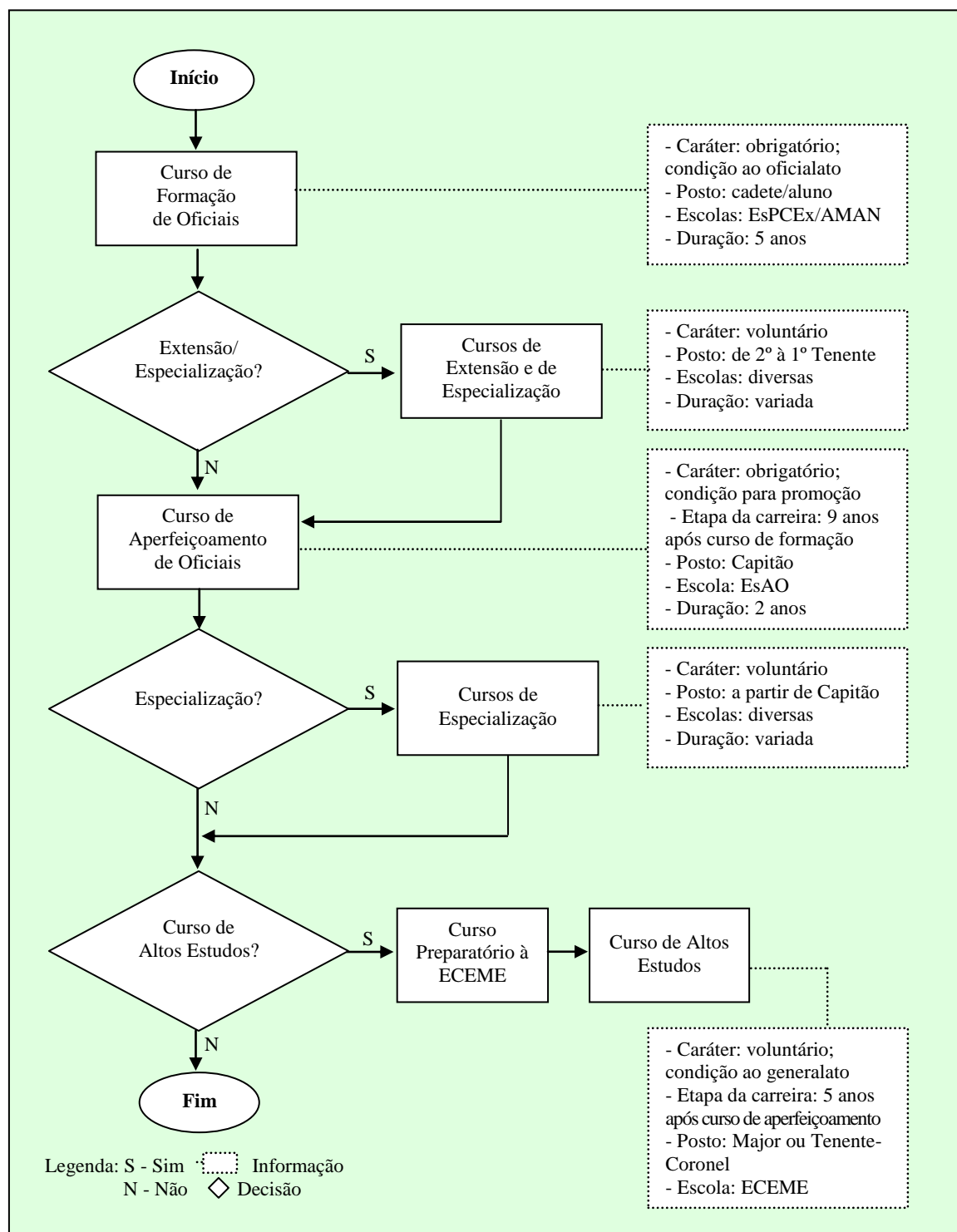


Figura 2 – Itinerário formativo do oficial combatente

Em continuidade a análise da proposta pedagógica do SEE (PP/SE) é indispensável saber que não existe um documento oficial único que torne público a intencionalidade política que articula a ação educativa a um projeto histórico e o paradigma epistêmico-conceitual (SANTIAGO, 2002) de tal sistema. Para extrair os fins e objetivos do ensino do Exército, assim como, a concepção de conhecimento e a teoria de aprendizagem orientadora de suas práticas pedagógicas foram pesquisados os principais registros institucionais de ensino e nacionais sobre Defesa, em lista cronológica:

Fonte documental	Teor	Autor, Ano
1) Relatório “A política educacional para o Exército Brasileiro ano 2000: fundamentos”.	Análise da realidade em que o militar atuará – século XXI. Propostas para adequação do ensino.	Estado-Maior do Exército (EME), [1995?].
2) Diretriz para a modernização do ensino na área do Departamento de Ensino e Pesquisa* (DEP). Portaria nº 25/DEP.	Estratégias para a modernização do ensino: reformulação de currículos; modernização das práticas educacionais; intensificação do relacionamento externo; redefinição do sistema de avaliação da aprendizagem.	DEP, 1995.
3) Fundamentos para a Modernização do Ensino – Documento nº 49.	Diagnóstico do sistema de ensino do Exército e diretrizes para o prosseguimento dos trabalhos de modernização do ensino. Muita das normatizações do ensino, em vigor, obedece ao estabelecido pelos documentos elaborados pelo Grupo de Trabalho para o Estudo da Modernização do Ensino (GTEME).	GTEME, 1996.
4) Diretrizes Gerais para a Educação a Distância no Exército Brasileiro Portaria nº 185/EME.	Objetivos da EAD e criação da Coordenadoria de Educação a distância (CEAD).	EME, 2010.
5) Manual do Instrutor.	Técnicas e métodos de ensino para o planejamento das sessões de instrução/aula.	EME, 1997.
6) Conceituação dos Atributos da área afetiva. Portaria nº 12/DEP.	Definições referentes aos atributos, valores e requisitos da área afetiva.	DEP, 1998.
7) Lei de Ensino no Exército e sua regulamentação. Lei nº 9.786/99 e Decreto nº 3182/99.	Princípios, finalidades, objetivos, estrutura e organização do ensino.	Presidência da República, 1999.

- | | | |
|---|--|--|
| 8) Normas para elaboração e revisão de currículos – NERC.
Portaria nº 103/DEP. | Regula a elaboração e revisão dos currículos. É a segunda versão da Metodologia para elaboração e revisão de currículos (MERC, 1997), elaborada pelo GTEME. | DEP, 2000. |
| 9) Política de Ensino do Exército.
Portaria nº 715/ Cmt. Ex. | Objetivos e premissas básicas para a condução do ensino no Exército. | Comandante do Exército (Cmt. Ex.), 2002. |
| 10) Normas para avaliação educacional – NAE.
Portaria nº 26/DEP. | Regula a avaliação educacional. Versão atual dos Fundamentos para uma metodologia de avaliação educacional no Exército Brasileiro (FUMAEB, 1997), elaborada pelo GTEME. Documentos complementares: Normas para elaboração do conceito escolar (NECE) e Normas para elaboração dos instrumentos da avaliação educacional (NEIAE). | DEP, 2003. |
| 11) Política de Defesa Nacional.
Decreto nº 5484/05. | Objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional na área da Defesa. | Presidência da República, 2005. |
| 12) Estratégia Nacional de Defesa.
Decreto nº 6703/08. | Plano de ações estratégicas para modernizar a estrutura nacional de defesa. | Presidência da República, 2008. |
| 13) Diretriz Estratégica de Educação.
Portaria nº 338/Cmt. Ex. | Incorporada ao Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx), atualiza as premissas básicas do ensino e trata da organização e funcionamento do sistema de ensino. | Cmt. Ex., 2008. |
| 14) Política de Ensino de Defesa.
Decreto nº 7274/10. | Objetivos para o incremento de estudos de interesse da defesa nacional no âmbito da sociedade. | Presidência da República, 2010. |

*Em 2008 passa a ser denominado de Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX).

Figura 3 – Fontes documentais

Constituído um conjunto de documentos para serem submetidos à análise, selecionamos relatórios e dispositivos legais (leis, decretos, portarias, regulamentos, normas internas), revogados ou não, ora por expressarem elementos constituintes do projeto político-pedagógico da instituição e ora por manterem relação com o objeto de estudo e ao seu contexto. Certos documentos revogados foram selecionados como fonte importante, pois são elementos históricos da proposta pedagógica e do objeto investigado. Reapresentamo-nos com as categorias pedagógicas reveladas pela frequência com que surgem e da significação para o grupo: “core”; autoaperfeiçoamento; “aprender a aprender”; cultura da informática; e o aluno

como figura central do processo ensino-aprendizagem. Os documentos da década de 2000 retomam as categorias de: educação continuada; de educação a distância; e uso das novas tecnologias nas atividades de ensino.

Fonte documental Autor, Ano	Principais categorias pedagógicas
1) Relatório “A política educacional para o Exército Brasileiro ano 2000: fundamentos” EME, [1995?].	<ul style="list-style-type: none"> - formação geral e “core” - autoaperfeiçoamento (“aprender a aprender”) - ensino a distância - cultura de informática
2) Diretrizes Gerais para a Educação a Distância no Exército Brasileiro Portaria nº 185/EME.	<ul style="list-style-type: none"> - autoaperfeiçoamento - educação continuada
3) Manual do Instrutor Portaria nº 92/EME, 1997.	<ul style="list-style-type: none"> - aluno como figura central do processo didático-metodológico - “aprender a aprender” - ensino a distância
4) Conceituação dos Atributos da área afetiva Portaria nº 12/DEP, 1998.	<ul style="list-style-type: none"> - autoaperfeiçoamento (atitude para aprendizagem)
5) Lei de Ensino no Exército e sua regulamentação Lei nº 9.786/99 e Decreto nº 3182/99	<ul style="list-style-type: none"> - profissionalização continuada e progressiva - pluralismo pedagógico - condicionamento diferenciado dos reflexos e atitudes profissionais - desenvolvimento do pensamento estruturado - procedimentos centrados no aluno - autoaperfeiçoamento e predisposição à mudança - uso da informática nas atividades de ensino
6) Normas para elaboração e revisão de currículos – NERC Portaria nº 103/DEP, 2000	<ul style="list-style-type: none"> - formação geral e “core” - currículo por disciplinas - interdisciplinaridade - avaliação global da aprendizagem - ensino a distância

7) Política de Ensino do Exército Portaria nº 715/Cmt. Ex., 2002.	<ul style="list-style-type: none"> - professor como facilitador da aprendizagem - aluno como figura central do processo didático-metodológico - atitudes favoráveis à autoaprendizagem - educação continuada - novas tecnologias, apoio na individualização da aprendizagem
8) Normas para avaliação educacional – NAE Portaria nº 26/DEP, 2003.	<ul style="list-style-type: none"> - autoaprendizagem - “aprender a aprender” - rendimento integral do aluno/avaliação global da aprendizagem - retroalimentação
9) Diretriz Estratégica de Educação Portaria nº 338/Cmt. Ex., 2008.	<ul style="list-style-type: none"> - aluno como figura central do processo didático-metodológico - autoaprendizagem - ensino a distância

Figura 4 – Principais categorias pedagógicas das fontes documentais

Foi possível a partir das análises dos objetivos e/ou prescrições dos relatórios e dispositivos legais elencados traçar um paralelo com certos documentos oficiais do sistema de ensino regulado pelo Ministério da Educação, do Brasil (MEC). A seguir, na figura 5, construiu-se um esquema didático na intenção de trabalhar as equivalências conceituais do material. Para auxiliar na leitura do esquema, foram adotadas as formas de contornos em vermelho para o as leis comuns aos sistemas; as formas de contornos pontilhados em verde para os documentos do sistema de ensino militar, as de contornos contínuos em verde para o conjunto dos documentos do sistema de ensino do Exército; e as formas de contornos em azul para o conjunto do sistema regulado pelo MEC. A primeira aproximação conceitual refere-se às declarações sobre a identidade dos sistemas, dos seus contextos sócio-políticos e culturais, seus macros objetivos. Traçam diretrizes e ações a serem executadas por seus órgãos competentes. A segunda relaciona-se com orientações as escolas na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas. O projeto pedagógico-curricular, construído no âmbito da comunidade escolar, inspirar-se-á nas orientações anteriores e promoverá a ponte com a última etapa do planejamento. A última desdobra-se nos planejamentos de curso, unidade e aula, traduzidos no cotidiano das salas de aulas.

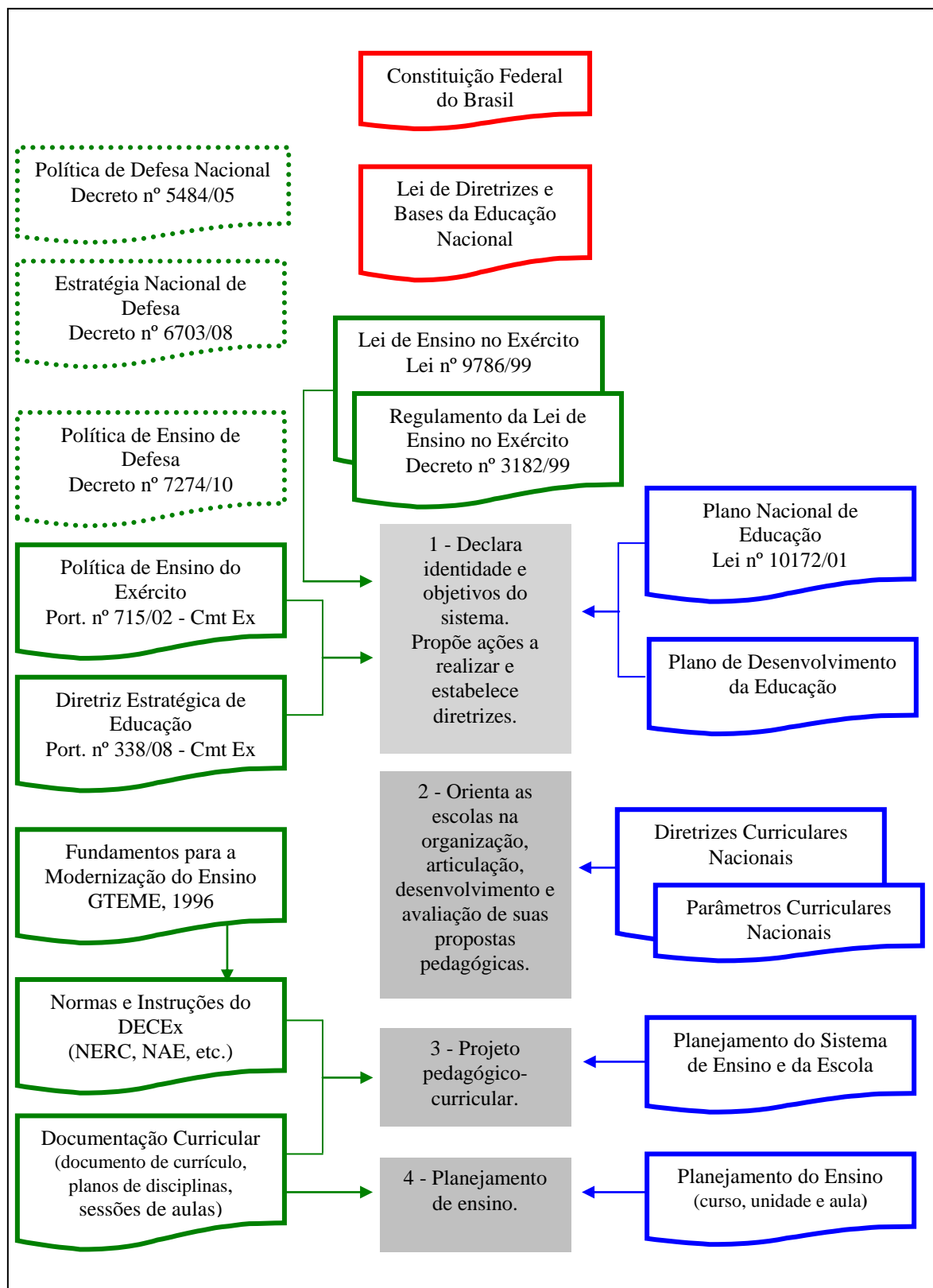


Figura 5 – Relações conceituais dos documentos oficiais dos sistemas de ensino.

Legenda: formas de contorno em vermelho: documentos comuns aos dois sistemas de ensino; formas de contorno pontilhado em verde: documentos do ensino militar; formas de contorno contínuo em verde: documentos do SEE; formas de contorno em azul: documentos do sistema de ensino nacional; as formas cinzas esclarecem as relações conceituais.

Adiante trataremos de descrever e discutir o autoaperfeiçoamento, o “aprender a aprender” e o aluno como figura central do processo ensino-aprendizagem como as três categorias de maior relevância da proposta pedagógica do SEE, em consonância à análise de seus documentos oficiais, particularmente o Relatório “A política educacional para o Exército Brasileiro ano 2000: fundamentos”, a Política de Ensino do Exército, a Diretriz Estratégica de Educação, o Manual do Instrutor e as Normas reguladoras do DECEX sobre currículo e avaliação.

2.1 A construção da proposta pedagógica do Exército

Nos meados da década de 1990 foi publicado o “Relatório Jacques Delors”. O relatório, resultado de trabalhos desenvolvidos de 1993 a 1996, é um dos documentos da UNESCO que mais provocou ecos na política educacional brasileira ao conceber o “aprender a conhecer” ou “aprender a aprender³⁰”, o “aprender a fazer”; o “aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros” e o “aprender a ser” como pilares da educação (DELORS, 2001). Vieira (2001) e Falleiros (2005) concordam que ele foi a matriz da nova proposta curricular do MEC, e Falleiros acrescenta a teoria das competências de Philippe Perrenoud e o pensamento complexo de Edgar Morin à tal matriz. Em termos gerais a fundamentação pedagógica dessa proposta curricular pode ser sintetizada por: 1) foco no desenvolvimento cognitivo do aluno; 2) enfoque social do processo de ensino-aprendizagem por meio dos temas transversais e da noção de interdisciplinaridade; e 3) desenvolvimento de competências, do “aprender a aprender”, tendo em vista as transformações no mundo do trabalho e da vida trazidas pelas novas tecnologias.

Em mesma época, o Exército promoveu o Seminário Política Educacional para o Exército: ano 2000, originando daí o documento *A Política Educacional para o Exército Brasileiro – Ano 2000* (BRASIL, 1994a). Nele são sugeridas medidas institucionais para enfrentar a era do conhecimento, onde a crescente velocidade das modificações sociais e tecnológicas exigirá uma alta capacidade adaptativa do homem.

³⁰ Rabelo, Segundo e Barroso (2009) afirmam que o “aprender a conhecer” é conhecido também por “aprender a aprender”.

O que ocorre, nesta nossa era, é que o futuro está contido em um quadro de mudanças aceleradas, em que os conhecimentos, as tecnologias, [...] tornam-se, rapidamente, obsoletos e superados como mecanismos de adaptação do homem ao seu ambiente. [...] A evidência dessa questão conduz-nos à primeira adequação [referindo-se à necessidade da educação geral] a ser feita em **nossa “pedagogia”**. (BRASIL, 1994a, grifo nosso, p. 61-62).

Antes de examinarmos as medidas de enfrentamento propostas, que serão as linhas mestras para que se construa a política educacional da Instituição junto com as experiências vivenciadas pela implantação do PME, vale discutir a demarcação de uma pedagogia particularizada, conforme destaque da citação anterior.

Não foi encontrado o termo *pedagogia militar* nos documentos oficiais do ensino pesquisados. Foi encontrado *ensino militar*. O primeiro documento que emprega o termo *ensino militar* é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9394/96): “Art. 83. O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.” O ensino militar é particularmente regulado e pode ser compreendido por similitude ao dispositivo que havia na LDB anterior (Lei nº 5692/71) como aquele ministrado nas escolas militares: “Art. 68 O ensino ministrado nos estabelecimentos militares é regulado por legislação específica.” O próximo dispositivo legal que cita o termo é o decreto que regulamenta a Lei do Ensino no Exército (Decreto nº 3182/99) para classificar as linhas de ensino³¹ do Exército a saber: a Bélica; a Científico-tecnológica; a de Saúde; e a Complementar. As atividades de qualificação são agrupadas por destinação do preparo do profissional. Na linha de ensino militar Bélica, por exemplo, haverá apenas qualificação de pessoal para Força Terrestre, como os cursos de formação de oficiais e sargentos combatentes.

Ainda em pesquisa pelo termo *pedagogia militar*, encontramos nas notas de aula Matéria IV - Métodos de Instrução (BRASIL, 1940), da Missão Militar Americana, uma apresentação acerca da Pedagogia geral e sua aplicação às necessidades do ensino militar. Apesar das notas de aula não serem parte dos documentos normativos e por isso não ser objeto de nossa análise documental, elas apontam para uma sistematização de certa prática no sistema de ensino. Os ensinamentos da prática pela equipe da Missão Militar Americana aos instrutores do então Centro de Instrução de Artilharia de Costa demarcam o incipiente espírito da pedagogia prática onde o instrutor controla e dirige o processo com ênfase na aplicação e verificação da lição ministrada. Este método pedagógico será criticado pelo GTEME e inspirará a *modernização do ensino militar*. Nos dias atuais, aquelas prescrições se encontram mais amenas, como achado na redação do objetivo do Manual do Instrutor: “indicar aos

³¹ Para melhor compreensão das Linhas de Ensino do Exército, consultar apêndice B.

instrutores e monitores os caminhos mais adequados para que possam planejar, orientar, controlar e avaliar as sessões de instrução ou de aula” (BRASIL, 1998c, p. 1-1).

Pode-se, então, retornar às medidas de enfrentamento às mudanças das quais o relatório *A Política Educacional para o Exército Brasileiro – Ano 2000* se refere para adequar a sua pedagogia: 1) ênfase na educação geral; 2) incentivo ao autoaperfeiçoamento, adotando-se uma pedagogia da aprendizagem centrada no “aprender a aprender”; 3) promoção da cultura da informática; e 4) sistema de ensino à distância para constante atualização do militar.

Quanto à ênfase na educação geral discorre:

Trata-se da necessidade de prevalência da educação geral, entendida **como a formação geral necessária a acompanhar e a compreender a evolução científica e tecnológica** bem como as modificações dos padrões de comportamentos individuais e organizacionais. (BRASIL, 1994a, grifo nosso).

A educação geral, definida como formação geral, é a primeira adequação da qual a instituição tratará. Traduzida na promoção de um ensino técnico-científico que sustente fazeres específicos por campos de saber, tem como defesa a dominância científica como caminho seguro para que o oficial acompanhe a evolução da sociedade e das ciências. Isto garantido por um currículo técnico-científico que faça frente às mudanças aventadas.

Quando não é possível delimitar [...] quais serão as fronteiras do conhecimento nos próximos dez anos (pois de 3 em 3 anos as informações disponíveis para o homem quase que dobram), quais serão os sistemas de armas mais eficientes, qual será o cenário geo-estratégico mais provável [...]. Quando esse grau de imprevisibilidade, a partir da percepção atual, torna-se um dado prevalente na construção de currículos e programas educacionais que pretendem iniciar a formação do chefe militar desse futuro, então é necessário que se organize um “core” de conhecimentos que deve servir de núcleo para atender as inovações, que, provavelmente ocorrerão, mas que no momento, não podemos ser prognosticadas [...]. (BRASIL, 1994a., p. 62).

Quanto ao incentivo ao autoaperfeiçoamento e ao “aprender a aprender”, os propõe como resposta às inovações velozes e permanentes que ocorrem na atual sociedade e como uma estratégia alternativa à formação dos recursos humanos após cursos regulares³²

Somente uma atitude voltada para o auto-aperfeiçoamento minimizará essa necessidade [constante de atualização]. Para isso, torna-se necessário estabelecer mecanismos de motivação e dotar [...] o aluno com estratégias que lhe permitirão, no seu futuro profissional,

³² Nomeia-se por cursos regulares aqueles que a Instituição identifica por ciclos de ensino (grupamento dos cursos necessários à progressão na carreira militar): de formação; de aperfeiçoamento; de altos estudos; e de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército. Os dois primeiros ciclos são obrigatórios. O conjunto dos cursos regulares compõe o itinerário formativo (apêndice B e figura 2, respectivamente).

desenvolver o seu auto-aperfeiçoamento. A expressão “aprender a aprender” não pode permanecer apenas como uma declaração de intenções, inócua, mas deve ser conseqüente e envolver um conjunto de estratégias, [...], e permitir o auto-desenvolvimento, o autodidatismo, [...]. Paralelamente a essa decisão de operacionalizar o conceito de “aprender a aprender”, devem ser implantados mecanismos de incentivação, que promovam a vontade de auto-aperfeiçoamento. (BRASIL, 1994a).

O autoaperfeiçoamento se apresenta conectado com o ideário do “aprender a aprender”, sem grandes considerações epistêmico-conceitual. Aparece sinonimizado por autodesenvolvimento e o autodidatismo. Como categoria, eles (autoaperfeiçoamento e ao “aprender a aprender”) serão encontrados em todos os documentos oficiais, o que os indicam como as primeiras categorias da proposta pedagógica do SEE.

Quanto à cultura da informática, responsabiliza a Informática pela célebre produção de conhecimentos gerada pelos equipamentos, metodologias, meios de comunicações, necessidades e atitudes inovadores agregados à ela, entendendo que haveria esforços para acompanhar a evolução da mudança.

Todas as inovações fazem parte desse cenário de mudança, da era do conhecimento. Portanto, a promoção de uma “cultura de informática” é uma condição fundamental para a inserção nesse novo mundo. [...] **Não se trata, propriamente, de estudar a informática, como uma disciplina do conhecimento**, analisando suas lógicas, seus métodos, sua abrangência e sua aplicação. **Mas, antes, inserir o aluno nesse novo mundo, [...].** Enfim, permitir que o aluno integre o computador ao espectro de suas capacitações, **tornando-o um meio de utilização permanente na sua interação com o ambiente em que vive.** (BRASIL, 1994a, grifo nosso).

Quanto ao sistema de ensino à distância, a Instituição o vincula como estratégia da sua política de pessoal e de educação continuada, de acordo com o preconizado anos mais tarde nas ordens do Comandante:

a. Conduzir a Política de Ensino do Exército considerando:
4) a utilização de novas tecnologias, particularmente na área de informática, como ferramenta de transmissão de conhecimento nos cursos e estágios realizados de forma presencial ou **pelo sistema de ensino a distância, servindo de apoio a individualização da aprendizagem;** [...] (BRASIL, 2002, grifo nosso)

Em decorrência do seminário, o DEP solicita, em 1995, ao Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), da Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME), que elaborem um diagnóstico do sistema de ensino militar da linha bélica. Este diagnóstico, publicado como *Fundamentos para a Modernização do Ensino* (Documento nº 49/GTEME), considera que a cultura dos polígrafos, apostilas e transparências; a insuficiente preparação pedagógica dos docentes; a supervalorização das provas; a subvalorização do desempenho; as bibliotecas pobres, desatualizadas e pouco utilizadas; e o

intercâmbio assistemático com outros sistemas de ensino são os maiores óbices à modernização do ensino. O programa de trabalho do GTEME avança e para cada área crítica é proposto um projeto com ações a realizar, como mostra a tabela abaixo.

PROGRAMA GERAL DE TRABALHO DO GTEME	
Projeto 1 – Fundamentos para a modernização do ensino	Diagnóstico das áreas críticas: a) Estrutura do sistema b) Legislação do ensino c) Currículos d) Didática e metodologia e) Sistema de avaliação f) Recursos humanos envolvidos nas atividades de ensino g) Infraestrutura escolar h) Relacionamento do sistema com instituições fora do Exército
Desdobramentos do Projeto 1:	
Projetos	Ações e situação atual
2 – Reformulação de legislação Básica	Criação da Lei e regulamento da de Ensino do Exército, Regulamento de preceitos comuns aos estabelecimentos de ensino do Exército (R-126) e normatização sobre Ciências Militares, todas em vigor.
3 – Reformulação da Metodologia para elaboração e revisão de currículos (MERC)	Normas para Elaboração e Revisão de Currículos – NERC, em vigor.
4 – Reformulação do Sistema de Avaliação	Normas para Avaliação Educacional – NAE e Normas para elaboração do conceito escolar – NECE, ambas em vigor.
5 – Desenvolvimento de recursos humanos na área de ensino	Capacitações em serviço por Estágios de Atualização Pedagógica (ESTAP), em vigor.
6 – Reformulação dos currículos em cada escola	Revisão dos planos de disciplinas, em atenção ao “core” e aos atributos da área afetiva, em vigor.
7 – Revisão dos perfis profissiográficos	Revisão dos perfis, em atenção ao ser do profissional no lugar do fazer. Inclusão dos atributos da área afetiva, em vigor.
Ação Complementar	
Projetos e Programas Facilitadores	Ações e situação atual
1 – Biblioteca	Projeto de interligação em rede. Em fase final de implantação.
2 – História Militar	Disciplina ministrada nos cursos de formação para preservação dos valores centrais do EB. Em vigor. Oferta, também, curso de pós-graduação a distância em convênio com a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

3 – Trabalho em grupo	Orientação didática-metodológica. Tornou-se capítulo do Manual do Instrutor.
4 – Informática	Disciplina ministrada nos cursos. Conteúdo: operações básicas de microcomputadores, Windows 95, Word e Noções básicas de Powerpoint. Introdução do telensino de idiomas e de cursos preparatórios. A disciplina de informática foi extinta e o sistema de ensino a distância expandido.
5 – Leitura	Programa de caráter institucional com objetivo de incentivar o hábito e o gosto pela leitura. Em vigor
6 - Liderança	Tornou-se Manual técnico.

Figura 6 – Programa Geral de Trabalho do GTEME.

O trabalho do GTEME foi uma construção da identidade pedagógica do sistema, que apesar de não produzirem um documento que explicitasse a articulação da ação educativa a um projeto histórico e a um paradigma epistêmico-conceitual, concebeu os principais documentos normativos do ensino, como: a) Metodologia para elaboração e revisão de currículos (MERC, 1997) que revisada é hoje as Normas para Elaboração e Revisão de Currículos (NERC, 2000) para regular as atividades relacionadas com a elaboração e revisão dos currículos; b) Fundamentos para uma metodologia de avaliação educacional no Exército Brasileiro (FUMAEB, 1997), atual Normas para Avaliação Educacional (NAE, 2003) para orientar a avaliação educacional nas escolas; e c) Manual do Instrutor (3ª edição, 1997) orientador das práticas didáticas.

2.1.1 Os pilares da proposta pedagógica

A partir da análise daquelas normas é possível destacar uma série de diretrizes para a prática educativa, como o estabelecimento do “core”, o fomento ao autoaperfeiçoamento, à adoção de procedimentos didáticos centrados no aluno e à ênfase na avaliação formativa, como previsto em documentos antecessores, como é o caso do documento *A Política Educacional para o Exército Brasileiro – Ano 2000*. Dos arquivos em mídia da Assessoria de Desenvolvimento e Avaliação Educacional (ADAE) do DECEX, encontramos uma palestra de 1998 em que a equipe do GTEME apresentava em um ESTAP os pilares da modernização do ensino (figura 7).



Figura 7 – Pilares do Processo de Modernização do Ensino

Fonte: BRASIL. Exército Brasileiro. Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP). **Sistema de Ensino no Exército**: apresentação. GTEME. 1998a. CD-ROM. Arquivo da Assessoria de Desenvolvimento e Avaliação Educacional do Departamento de Educação e Cultura do Exército.

O estabelecimento do “core”, decorrente da ênfase à educação geral, foi definido como um núcleo de conhecimentos indispensáveis em um currículo, sendo justificado pela instituição em virtude da sociedade contemporânea ser caracterizada pela volatilidade dos conhecimentos e valores:

Na impossibilidade do Estabelecimento de Ensino ensinar tudo a seus discentes, uma vez que a velocidade de produção do conhecimento é de tal ordem que, o que é atual hoje, pode ser obsoleto um ano depois, necessário se faz que as escolas selecionem para cada curso ou ano um núcleo essencial de conhecimentos, chamado “CORE” (coração), que permita ao aluno, posteriormente, por meio do auto-aperfeiçoamento, ampliar os conhecimentos básicos obtidos. (FARIA, 2000, p. 29).

O aspecto central da proposta de ensino-aprendizagem do PME repousa na categoria pedagógica do “aprender a aprender”, que se vincula estreitamente à concepção do professor como facilitador, além da defesa do ensino centrado nas atividades dos alunos, conforme as contribuições do aprender fazendo de Dewey.

Aprender a Aprender vale muito mais do que aprender um assunto ou uma matéria específica, uma vez que significa aprender princípios, modelos ou bases, a partir dos quais tornar-se-á mais fácil adquirir novos conhecimentos relacionados com aqueles aprendidos previamente. (BRASIL, 1998c, p. 7-1)

O “aprender a aprender” pensado como mais uma competência a ser adquirida pelo aluno para melhorar sua adaptação, ou melhor, para garantir um máximo desempenho do profissional inserido num mundo de incertezas, é hoje considerado pelos agentes de ensino do Exército um obstáculo epistemofílico³³, por ter sido praticado na mais radical *laissez-faire* educacional. Diante do problema, Wortmeyer³⁴ (2005) menciona como equívocos comuns: destituição do docente de diretividade no processo ensino-aprendizagem; desvalorização da aquisição de conhecimentos básicos legado pelas gerações anteriores (transmissão do conhecimento); adoção padronizadas de técnicas de ensino como fórmulas para assegurar o “aprender a aprender”; ausência de dispositivos para despertar o interesse pela pesquisa; orientação precária quanto à metodologia de pesquisa; consideração de que a crítica não supõe fundamentação nem respeito às normas de conduta.

Apesar desta perspectiva escolanovista, o PME considerou a Pedagogia do Domínio de Benjamin Bloom³⁵ e os objetivos educacionais como uma variável a ser controlada. Observa-se nos documentos normativos ao ensino à referência clara aos domínios da teoria em tela:

O Sistema de Ensino do Exército exige uma postura qualitativa em sua teoria e prática pedagógicas de modo a desenvolver em seus discentes, dentre outras capacidades, a de auto-aperfeiçoamento, a partir de uma sólida **estrutura cognitiva, afetiva e psicomotora capaz de assegurar o desenvolvimento das habilidades de aprender a aprender**. (BRASIL, 2003, grifo nosso)

O comportamento do militar pode ser dividido em três áreas, com respectivos níveis de aprendizagem, e que são: **psicomotora, cognitiva e afetiva**. A área psicomotora compreende as habilidades motoras (destrezas e habilidades) e a área cognitiva, que abrange as habilidades mentais (conhecimentos); ambas têm como objetivo principal o desempenho individual. A área afetiva trata de atitudes, valores e idéias [...]. (BRASIL, 1998c, p. 3-6, grifo nosso)

³³ Visca (1987, p. 58) postula três as causas patológicas a-históricas que dificultam a aprendizagem: epistêmica, epistemofílica e funcional. O obstáculo epistemofílico pode ser descrito como interferência de “vínculo afetivo que o sujeito estabelece com os sujeitos e situações de aprendizagem”.

³⁴ Daniela Wortmeyer é psicóloga, capitão do Exército, atuou nas seções Psicopedagógica e de Coordenação Pedagógica da Academia Militar das Agulhas Negras e defendeu dissertação sob o título “Desafios da internalização de valores no processo de socialização organizacional: um estudo da formação de oficiais do exército”, em 2007. Atua na Diretoria de Avaliação e Promoções.

³⁵ Cf. Boavida (1998).

Em 1997 foi aperfeiçoado o Manual do Instrutor. A primeira edição do manual é de 1955 e a segunda, de 1973. O manual em vigor é o da 3ª edição³⁶ (1997). O texto do manual é um dispositivo legal (Portaria 092/97-EME), orientador das práticas didáticas que indica procedimentos técnicos e metodológicos, alternadamente, inspirados na escola tecnicista e na escola nova. São exemplos de procedimentos do tecnicismo o rol de técnicas de instrução (interrogatório, estudo dirigido, etc.), a conceituação da aprendizagem em áreas cognitiva, psicomotora e afetiva. São exemplos de procedimentos da escola nova o “aprender a aprender” e a proposta de trabalho em grupo.

Fato extremamente diferenciador de outras propostas pedagógicas embasadas na Pedagogia dos Domínios, foi a elaboração das Normas para Elaboração do Conceito Escolar (NECE), aprovadas pela Port nº 102/DEP, de 28 dezembro 2000, com a finalidade de sistematizar o desenvolvimento e a avaliação dos resultados do processo de ensino aprendizagem do domínio afetivo. Conceituam como área afetiva o “domínio do comportamento humano que compreende todos os aspectos relacionados com valores, atitudes, sentimentos, interesses e emoções.” Atributos, valores e requisitos da área afetiva são conceituados em portaria específica (Portaria nº12-DEP/1998). Elege-se a honestidade, a integridade e a lealdade como valores que o indivíduo deve ter desenvolvido desde a infância, cabendo a Instituição reforçá-los ao longo da carreira. Entre os requisitos básicos essenciais, qualidades que envolvem comportamentos, atitudes e valores, estão o autoaperfeiçoamento, o civismo, o espírito de corpo, o idealismo e o patriotismo. Os atributos seriam os valores e requisitos mais representativos ao ofício do militar, desde objetividade, rusticidade, liderança até zelo e tato, num total de quarenta e dois. A proposta é que se possa desenvolver e avaliá-los por meio de situações de aprendizagem na qual os indivíduos exercitem o “espírito” de cada atributos da área afetiva.

Chamamos atenção para a categoria do autoaperfeiçoamento presente na proposta pedagógica. De acordo com a portaria que conceitua os atributos da área afetiva, em uma tentativa de padronizar a linguagem técnica no sistema, o autoaperfeiçoamento é conceituado como “disposição ativa para mobilizar seus recursos internos, visando aprimorar e atualizar seus conhecimentos”. Postulado como uma atitude para aprendizagem é um requisito essencial do militar. Em diferentes documentos de ensino, fontes primárias de nossa pesquisa, os termos autoaprendizagem, autodesenvolvimento e autodidatismo substituem o termo autoaperfeiçoamento, e por não haver conceituação deles, a não ser para o termo

³⁶ Por conta do PTEB e da adoção do ensino por competências, ocorre atualização do Manual, a ser publicada em 2011/12.

autoaperfeiçoamento, causam a impressão de novas categorias significativas, sem sê-las. Para fins de análise das categorias pedagógicas os consideraremos autoaperfeiçoamento.

Apesar dos aspectos escolanovistas como a ênfase no “aprender a aprender”, as incrustações tecnicistas são evidenciadas no currículo por objetivos comportamentais. O instrutor/professor desse projeto pedagógico se vê às voltas com constantes dilemas: currículos inchados de conteúdos *versus* tempo dedicados à pesquisa e ao trabalho de grupos; seleção pelo mérito (o grau, a nota) *versus* foco na avaliação formativa; ensino profissionalizante corporativo *versus* produção da ciência militar.

Com a Lei de Ensino do Exército³⁷, ação do projeto de Reformulação de legislação Básica do GTEME (consultar figura 6), formaliza-se que o SEE promoveria o ensino profissionalizante e o escolar a partir dos seguintes princípios: 1) integração à educação nacional; 2) seleção pelo mérito; 3) profissionalização continuada e progressiva; 4) avaliação integral, contínua e cumulativa; 5) pluralismo pedagógico; 6) aperfeiçoamento constante dos padrões éticos, morais, culturais e de eficiência; e 7) titulações e graus universitários próprios ou equivalentes às de outros sistemas de ensino.

O princípio de integração à educação nacional faz-se respeitar pelo disposto no artigo 16 da LDB (Lei nº 9394/96) que discrimina as instituições mantidas pela União como parte do sistema federal de ensino, caso do SEE. Interpretação aceita por Libâneo (2003) e acrescida dos cursos fora do ensino regular como os cursos de formação, aperfeiçoamento, especialização e treinamentos ofertados pelo Instituto Rio Branco, pela Polícia Federal e outros. Por conta de integrar o sistema federal, torna-se pública a educação promovida no Exército, conseqüentemente habilitada a programas governamentais³⁸ e cosignatária das orientações pedagógicas emanadas pelo MEC. Sobre equivalências de titulações existe portaria³⁹ no âmbito dos ministérios da Defesa e da Educação que reconhece os cursos de formação de oficiais das Forças Armadas como equivalentes aos cursos de graduação do sistema de ensino civil, na modalidade bacharel, de forma a garantir aos oficiais a continuação de estudos no sistema regulado pelo MEC.

Os princípios da seleção pelo mérito e da profissionalização contínua e progressiva diz respeito à carreira do funcionário público, o militar. O SEE, enquanto qualificador de recursos humanos para a corporação, seleciona os profissionais por meio de concursos públicos, avalia por mérito para preenchimento de cargos, e dispõem seus cursos e estágios de forma a

³⁷ Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999 (BRASIL, 1999).

³⁸ Por exemplo, a adoção do Programa Nacional do Livro Didático pelos Colégios Militares (educação básica).

³⁹ Portaria Normativa Interministerial nº 830/MD/MEC, de 23 de maio de 2008.

proporcionar atualizações de conhecimentos e procedimentos ao longo da carreira. O princípio do aperfeiçoamento constante dos padrões éticos, morais, culturais e de eficiência e o princípio da profissionalização contribuem para o espírito ou *ethos* militar.

Já o princípio da avaliação integral, contínua e cumulativa pode ser tratado pelo viés educacional onde o sujeito é ativo no processo de ensino-aprendizagem ou pelo viés administrativo em que o desempenho funcional é avaliado anualmente, de forma a compor um dossiê para decisões institucionais.

Por fim, o pluralismo pedagógico como princípio de promoção do ensino é um dado que provoca considerações. Pluralismo, de plural, segundo o dicionário é “uma doutrina que atribui aos fenômenos cosmológicos e aos históricos uma pluralidade de causas”. Se considerarmos que o SEE é destinado à qualificação de recursos humanos para funções bélicas, bem como à educação básica, então, é necessária adoção de mais de uma teoria pedagógica que sustentem seus objetivos e metas. No entanto, conjugar mais de uma teoria para um mesmo objetivo é transitar pelo fenômeno do hibridismo à moda Mary Shelley. Do pluralismo ao hibridismo foi o resultado das apropriações teóricas por agentes de ensino do sistema sem formação pedagógica.

Em 2002, cinco anos após os documentos normativos originários do PME, o Comandante do Exército, por portaria⁴⁰, estabelece o ensino como a atividade primaz para atualizar seus recursos humanos. No texto legal está presente a ideia do instrutor/professor com postura de facilitador da aprendizagem, valendo-se de técnicas pedagógicas que estimulem no aluno atitudes favoráveis ao autoaperfeiçoamento, indispensável para manter os recursos humanos em constante adaptação às novas tecnologias e aos novos conhecimentos. Reafirma-se o aluno como figura central do processo didático-pedagógico da Instituição,

2.2 Nova tendência

Com o Processo de Transformação do Exército Brasileiro (PTEB, 2010) a educação por competências desponta como uma nova tendência pedagógica para formação dos oficiais combatentes.

Educação por competências é uma proposta forte no atual cenário educacional nacional e internacional. Philippe Perrenoud (1999, p. 7), autor pioneiro no tema, a conceitua

⁴⁰ Portaria nº 715, de 06 dezembro de 2002, do Comandante do Exército.

como “uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles”. No Brasil, o MEC já a utiliza com a adoção do modelo avaliativo por competência e habilidades expresso no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

O Exército, inspirado nas ideias de Perrenoud, Zabala e Coll, e nas práticas de gestão por competências de grandes empresas, fomenta as próximas ações de “transformação” do seu ensino, aportando-a no curso de formação de oficiais combatentes, ou seja, na AMAN e na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx), conforme o programa “O profissional militar do século XXI” em curso.

Das categorias pedagógicas centrais da proposta pedagógica do SEE descritas, quais serão as contempladas pelo novo processo? Quais serão excluídas? Haverá proposta de formação pedagógica dos instrutores/professores para que se diminuam os equívocos comuns de suas práticas? Que discurso normativo vigorará diante de tantas complexidades reais?

Diante da agenda da educação nacional, do cenário da modernização do ensino do EB, de sua profissionalização, das diversas normatizações de caráter pragmático efetivadas nos órgãos centrais e setoriais do seu sistema de ensino e no vislumbre do Processo de Transformação do Exército, pode-se afirmar que ensino do Exército é um ensino profissional, prático, que passados quarenta anos da presença da Missão Militar Francesa e de diversas reformas administrativas e pedagógicas, consolida-se por uma formação teórico-prática cuja proposta pedagógica se insere no paradigma dos métodos ativos de aprendizagem, conjugando-os a uma identidade organizacional burocrática e racional, fomentadora de práticas de planejamento e controle das ações docentes e discentes.

3 A INCORPORAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA POLÍTICA DE ENSINO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

A educação a distância (EAD) é uma modalidade não presencial de ensino mediada por tecnologias da informação e comunicação (TIC). Seu sentido e lugar devem ser compreendidos como parte de uma ação humana valorativa.

3.1 A sociedade da técnica e tecnologia

É da natureza humana a busca para solução de problemas ou para facilitação da vida, uma busca por uma “ferramenta”. Parí (2004) argumenta que todos os seres vivos lançam mão da técnica, posto que todos lutam para sobreviver. Se, em um primeiro momento, a técnica surgiu à espécie humana como meio de sobrevivência, em seu aperfeiçoamento ela rumou para a dominação. A técnica moderna, concebida por Heidegger como a técnica das máquinas⁴¹, não se reduz ao fazer do homem, ela inclui “o poder que o leva a dis-por do real” (HEIDEGGER, 2002, p. 23), de forma que o modo de agir do homem tornou-se técnico. Leopoldo e Silva (2007) corrobora que “o caráter instrumental existe com certeza, mas antes dele há de se considerar um certo modo de habitar o mundo do qual a instrumentalidade é consequência”. Brüseke (2002) esclarece que o homem pensa tecnicamente e desoculta o mundo tecnicamente, ou seja, se apropria e aproxima-se da natureza, para desmontá-lo e recompô-lo ao seu gosto. A compreensão desse modo de habitar está na raiz técnica da modernidade.

A ciência moderna nasceu da esmagadora ambição de conquistar a Natureza e subordiná-la às necessidades humanas. A louvada curiosidade científica que teria levado os cientistas “aonde nenhum homem ousou ir ainda” nunca foi isenta da estimulante visão de controle e administração, de fazer as coisas melhores do que são (isto é, mais flexíveis, obedientes, desejosas de servir). Com efeito, Natureza acabou por significar algo que deve ser subordinado à vontade e razão humanas – um objeto passivo da ação com um propósito, um objeto em si mesmo desprovido de propósito e portanto à espera de absorver o propósito injetado pelos senhores humanos.

O conceito de Natureza, na sua acepção moderna, opõe-se ao conceito de humanidade pelo qual foi gerado. Representa o outro da humanidade. É o nome do que não tem objetivo ou

⁴¹ Desenvolvida na segunda metade do século XVIII, dadas pelas revoluções científicas (1450-1750) e industrial (1750-1940).

significado. Despojada de integridade e significado inerentes, a Natureza parece um objeto maleável às liberdades do homem. (BAUMAN, 1999, p. 48)

Foi a revolução científica, da cosmologia heliocêntrica de Copérnico à teoria gravitacional de Newton (1543 a 1687), a responsável por um poderoso movimento de mudança da imagem do mundo, das “idéias sobre o *homem*, sobre a *ciência*, [...] sobre as *relações entre ciência e sociedade, entre ciência e filosofia e entre saber científico e fé religiosa*” (ANTISIERI; REALE, 1990, p. 153, grifo do autor). A revolução científica é caracterizada por uma nova “forma de saber”, que reúne teoria e prática, ciência e técnica, com destaques para o método exigente de técnicas de comprovação e para seu autor, o cientista.

[...] foram os cientista que criaram a ciência. Mas ela surgiu e se desenvolveu *também* porque encontrou toda uma base tecnológica, toda uma série de máquinas e instrumentos que constituíam quase que uma base natural de testes, oferecendo-lhe técnicas de comprovação e talvez até propondo-lhe novos, profundos e fecundos problemas. Galileu não aprendeu a dinâmica com os técnicos do arsenal, assim como, mais tarde, Darwin não iria aprender a teoria da evolução com os criadores de animais. Mas, da mesma forma como Darwin falava com os criadores, também Galileu visitava o arsenal. E esse fato não é de somenos importância. O técnico é aquele que sabe *que* e, amiúde, sabe também *como*. Mas é o cientista que sabe *por que*. Em nossos dias, um eletricitista sabe muitas coisas sobre as aplicações da corrente elétrica e sabe como implantar um sistema, mas que eletricitista conhece o *por que* a corrente funciona do modo como funciona ou sabe alguma coisa sobre a natureza da luz? (ANTISIERI; REALE, 1990, p. 194, grifo do autor)

Segundo Heidegger o reino da técnica é a época final da idade metafísica onde a ciência, o progresso e a máquina são seus ídolos. A determinação antropológica da técnica, isto é, de que ela é uma atividade do homem e a determinação de que é um meio para um fim são corretas, porém acaba por guiar todo esforço de colocar o homem num relacionamento direto com a técnica, sem análise dos pressupostos da sociedade na qual se vive. Max Weber, em 1917, introduz o termo *desencantamento do mundo*⁴² para nomear uma diagnose epocal, onde andam juntas a ciência e a “falta de sentido”, adotando-se para o termo um significado cético da ciência moderna.

Uma vez que o que a ciência visa com sua racionalidade formal referente a fins [*Zweckrationalität*] é o domínio técnico do mundo natural pela tecnologia, opondo com isso aguerrida aversão e resistência à expansão, no cotidiano, da racionalidade substantiva com relação a valores [*Wertrationalität*], perde seu chão a pertinência mesma da questão do sentido, pois dele, no fim das contas, a ciência que preza seu nome na tem mesmo nada a dizer – y *compris* o sentido dela própria. Ela que pretende tudo calcular, prever e dominar, não é capaz de definir nenhum valor, sequer mesmo de dizer se vale a pena ser cientista e dedicar a vida à pesquisa. (PIERUCCI, 2005, p. 152)

⁴² Para Weber o desencantamento do mundo, antes de 1917, nomeava um “elo causal *sine qua non* no encadeamento histórico-cultural da emergência e ascensão da forma caracteristicamente ocidental de racionalismo que iria se derramar no ‘espírito’ do moderno capitalismo” (PIERUCCI, 2005, p. 151).

Como dito, o homem busca ferramentas para solucionar problemas ou para facilitar a vida, busca uma tecnologia, provoca alterações no seu viver, pensar, sentir, conviver; na cultura, nas normas, nas instituições. O homem contemporâneo consagra o binômio Ciência & Tecnologia (C&T) e, a partir do século XX, os Centros de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)⁴³, “determinando a junção definitiva da ciência e tecnologia.” (LE MOS, 2002, p. 40).

Definições volumosas substantivam técnica e tecnologia como uma construção histórica e social. Comungamos das definições organizadas por Rüdiger (2007, p. 186) ao expor que técnica é um “conhecimento operacional que se desenvolve socialmente como forma de saber prático” e tecnologia, “um conhecimento operacional que designamos pelo termo técnica enquanto se articula com a forma de saber que chamamos de ciência”.

Ao capitular sobre o fenômeno tecnológico, Lemos (2002, p. 29) alcança a acepção original do termo técnica (do grego *tekne*, traduzida por arte) para conceituá-la como um “conceito filosófico que visa descrever as artes práticas, o saber fazer humano” até ao assombro da tecnologia, isto é, da técnica moderna. Neste ponto, a tecnologia é criação de uma época conhecida por modernidade, onde a técnica se articula com a ciência “através da mediação da máquina e, potencialmente, em todas as áreas passíveis de automatização” (RÜDIGER, 2007, p. 186).

Técnica, ciência e tecnologia, a tríade revolucionária. Adam Schaff (1995, p. 22) determina três revoluções técnico-científicas da modernidade: a primeira em que a força física do homem foi substituída pela energia das máquinas; a segunda em que as “capacidades *intelectuais* do homem são ampliadas e inclusive substituída por autômatos”; e a última por uma composição revolucionária da microeletrônica, da microbiologia e da energia nuclear. Ao tratar de um expansionismo tecnológico, pode-se aprofundar a questão recorrendo a Amarante (2009) quando complementa que é a evolução da energia empregada na mecanização industrial, o elemento motor de tais revoluções.

- i. (1750-1800): a máquina é comandada e energizada pelo homem, animal ou vento.
- ii. (1800-1850): a máquina é comandada pelo homem e energizada pelo vapor, energia de mudança de fase da água.
- iii. (1850-...): a máquina é comandada pelo homem e energizada por carvão (mineral ou vegetal) ou por energia hidráulica, transformados em elétrica.
- iv. (1900-...): a máquina é comandada pelo homem e funciona com motor a combustão interna e caldeira, acionados por combustível extraído do petróleo, podendo também ser convertido em energia elétrica.

⁴³ O “centro de P&D vale-se dos conhecimentos adquiridos nas universidades para [...] a obtenção de ‘ferramentas’ a serem disponibilizadas para a sociedade”. Objetiva-se “tanto o desenvolvimento de novos materiais e produtos e o estabelecimento de novos processos, sistemas e serviços específicos quanto o melhoramento técnico ou operacional daqueles já existentes.” (AMARANTE, 2009, p. 27)

- v. (1950-...): a máquina deixa de ser comandada pelo homem, passando a ter sua operação controlada pela automação analógica.
- vi. (1970-...): a máquina deixa de ser comandada pelo homem, passando a ter sua operação controlada pela automação digital, dirigida pelo computador.
- vii. (1980-...): a máquina deixa de ser comandada pelo homem, passando a ter sua operação controlada pelo robô. (AMARANTE, 2009, p. 31)

Da sociedade científica (1450-1750), atravessando a sociedade industrial (1750-1940), à sociedade informacional⁴⁴ (1940-...) há, no mínimo, quinhentos e sessenta anos de compromisso do homem com o crescimento e a inovação contínuos da sociedade ocidental como tal (OUTHWAITE, 1996), com, em grande parte do tempo, uma visão determinista e positivista da tecnologia cujo significado é o de imputar a ela, por si mesma, a capacidade de provocar mudanças socioculturais, políticas e econômicas.

A partir da segunda metade dos anos 70 autores como Pierre Lévy, Manuel Castells e Jean Lojkin apresentam uma alternativa de compreensão em relação à noção da influência tecnológica (PORTO, 2007) onde “a distinção entre tecnologia e sociedade, atores humanos e não humanos, não é tão nítida, pois ‘a tecnologia é a sociedade e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas’” (SANTOS, 2004 apud CASTELLS, 1999, p. 25).

Aprofundamos a questão com a contribuição de Andrew Feenberg (2003), filósofo da tecnologia, quanto ao *status* da tecnologia na era moderna:

A Tecnologia é:	<u>Autônoma</u>	<u>Controlada pelos Seres Humanos</u>
<u>Neutra</u> (separação completa entre meios e fins)	Determinismo (p. ex. Teoria da Modernização)	Instrumentalismo (fé liberal no progresso)
<u>Carregada de Valores</u> (os meios conformam um mundo de vida que inclui os fins)	Substantivismo (meios e fins unidos em sistemas)	Teoria Crítica (escolha de sistemas e meios-fins alternativos)

Figura 8 – Estado da tecnologia na era moderna

Fonte: FEENBERG. 2003.

⁴⁴ Conhecida também por sociedade informática ou tecnológica.

Expondo que a tecnologia pode ser considerada neutra de valores ou carregada de valores e a partir desta escolha pode ser orientada pela autonomia da tecnologia ou por ter sua evolução controlada pelo homem, aborda as interseções possíveis. Uma delas é o instrumentalismo, interseção dos eixos controle humano e neutralidade de valores. Visão em que a tecnologia é simplesmente uma ferramenta, correspondendo à fé liberal no progresso. Outra é o determinismo, interseção dos eixos neutralidade de valores e autonomia. É a visão na qual o avanço tecnológico é a força motriz da história. Defende-se que a tecnologia não é humanamente controlada e que a neutralidade de valor atribuída à tecnologia é um valor formal, a eficiência. Ambos, o instrumentalismo e o determinismo, vêm a tecnologia como neutra.

Os deterministas tecnológicos argumentam em geral que a tecnologia utiliza o avanço do conhecimento do mundo natural para servir às características universais da natureza humana [...]. Cada descoberta [...] satisfaz alguma necessidade básica ou estende nossas faculdades. Comida e abrigo estão entre estas necessidades e motivam alguns avanços; as tecnologias como o automóvel estendem nossos pés, enquanto os computadores estendem nossos cérebros. A tecnologia está arraigada por um lado no conhecimento da natureza e por outro nas características genéricas da espécie humana. Adaptar a tecnologia a nossos caprichos não nos é uma opção. Ao contrário, nós devemos nos adaptar à tecnologia, que é a expressão mais significativa de nossa humanidade (FEENBERG, 2003, p. 7).

Ilustração característica da neutralidade de valores é a que Novaes e Dagnino (2004, p.3) nos revelam sobre o fetiche tecnológico, em que a tecnologia é apresentada como neutra, eterna, a-histórica, onde as relações sociais são “diluídas no conteúdo aparentemente não específico da técnica”.

Da mesma forma que a mercadoria encobre uma relação de classes de uma época histórica determinada, a tecnologia é entendida como um meio para se atingir fins, como “ciência aplicada” em equipamentos para aumentar a eficácia na produção de bens e serviços.

Retomando as interseções, encontramos o substantivismo, entre os eixos carregada de valores e autonomia, posição que atribui valores à tecnologia.

Se a tecnologia incorporar um valor substantivo, ela não será meramente instrumental e não poderá ser usada para diferentes propósitos de indivíduos ou sociedades que diverjam sobre o que seja o bem. O uso da tecnologia [...] seria, por si só, uma escolha específica de valor [...] (FEENBERG, 2003, p. 7).

Por último, entre os eixos carregada de valores e controle humano está a teoria crítica. É a visão em que os valores incorporados à tecnologia são socialmente especificados e que representa uma “promessa para aumentar a liberdade”.

Na teoria crítica, as tecnologias não são vistas como ferramentas, mas como suportes para estilos de vida. [...] Nós não temos que esperar por um deus para nos salvar, como Heidegger exclamou, mas podemos ter esperança de salvar-nos a nós mesmos através de intervenções democráticas na tecnologia. Quando dizem que na visão determinista “as civilizações tenderiam ‘alcançar’ padrões tecnológicos sempre mais avançados”, sendo a produção de C&T única e universal, “conduzindo os povos para o bem-estar e o progresso econômico e social”, além do que dizem quanto à visão positivista ou instrumental do objeto tecnológico neutro, esquecido que a “tecnologia nada mais é que um artefato social, cultural e que, por isso, não está livre de influências históricas, políticas, culturais.” (FEENBERG, 2003, p. 10).

Em sumo, técnica e tecnologia são produtos de seu processo histórico, onde o homem as concebe por uma perspectiva instrumental, que não a explica em sua totalidade. A partir da inauguração do saber científico, o homem com modo típico de pensar, ser e agir, funda a tecnociência moderna com as tecnologias digitais se propagando velozmente e infiltrando-se em objetos do cotidiano, em um movimento de miniaturização e automação. (LE MOS, 2002).

3.2 A sociedade de hoje

Norbert Wiener (1894-1964), matemático estadunidense, fundador da cibernética⁴⁵, foi o cientista que modelou o “pensamento sobre o papel das máquinas destinadas a comunicar na organização social” e que anunciou a sociedade do futuro organizada em torno da informação (MATTELART, 1999, p.157). Schaff (1995), Lojkin (1995) e Castells (2002) a denominaram de informática, informacional e em rede, respectivamente.

Schaff (1995) a interpreta como consequência da segunda revolução científica provocadora de mudanças econômicas como o desemprego estrutural, sociais como a assunção da ciência como força produtiva e culturais como o computador como instrumento da cotidianidade.

Para Lojkin (1995, p. 11) a sociedade informacional é dada por uma revolução tecnológica de conjunto, compreendida além da criação do transistor, do satélite artificial, do *chip*, da internet e da nanotecnologia. É o “anúncio e a potencialidade de uma nova civilização”, ultrapassando as divisões de atividades, de funções e de homens como, por exemplo, a atividade doméstica *x* profissional, o trabalho improdutivo *x* produtivo.

⁴⁵ Campo da teoria do controle e comunicação, seja na máquina ou no animal.

Ora, o que atualmente emerge, em todas as instâncias das nossas sociedades, são enormes potencialidades de ultrapassar essas divisões [...]. Sem resumir a revolução informacional – especialmente as novas cooperações entre serviços e produção –, o instrumento informático pode permitir, conectado a outras novas técnicas de telecomunicação, a criação, e a estocagem de uma imensa massa de informação **outrora monopolizadas, e em parte esterilizadas, por uma pequena elite** de trabalhadores intelectuais. (p. 15, grifo nosso)

É no reconhecimento do instrumento informático, das técnicas de telecomunicação, da criação e estocagem da informação que os argumentos de Lojkin encontram os de Wiener no que se referem ao tratamento da informação e que são consistentes ao que Feenberg (2003) expõe como teoria crítica da tecnologia.

A sociedade da informação só pode ser uma sociedade em que a informação circule sem entraves. Ela é, **por definição, incompatível com o embargo ou a prática de segredo, a desigualdade de acesso e a transformação em mercadoria** de tudo o que circula nos canais de comunicação. (MATTELART, 1999, p. 157, grifo nosso).

Por sua vez, Castells (2002, p. 65) recomenda a denominação sociedade informacional visto que o termo designa “uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas”.

A nova estrutura econômica, social e cultural vai ser alavancada pela revolução tecnológica da microeletrônica liderada pelos Estados Unidos a partir da década de 1970 e se constitui por ter a informação como matéria-prima, a penetrabilidade das novas tecnologias nas atividades humanas cotidianas, a lógica de redes, a flexibilidade como uma capacidade de reconfigurar a base material da organização e a convergência de tecnologias específicas para um sistema integrado de informação – a microeletrônica, as telecomunicações e a optoeletrônica⁴⁶ – e os computadores como marcas. É pela análise da nova estrutura econômica, social e cultural que o sociólogo divulga a constituição da sociedade em rede, configurada pelo paradigma da tecnologia da informação.

Um paradigma econômico e tecnológico é um agrupamento de inovações técnicas, organizacionais e administrativas inter-relacionadas cujas vantagens devem ser descobertas não apenas em uma nova gama de produtos e sistemas, mas também e sobretudo na dinâmica da estrutura dos custos relativos de todos os possíveis insumos para a produção. *Em cada novo paradigma, um insumo específico ou conjunto de insumos pode ser descrito como o “fator-chave” desse paradigma caracterizado pela queda dos custos relativos e pela disponibilidade universal.* A mudança contemporânea de paradigma pode ser vista como uma transferência de uma tecnologia baseada principalmente em insumos baratos de energia para uma *outra que se baseia predominantemente em insumos baratos de informação derivados do avanço da tecnologia em microeletrônica e telecomunicações.* (FREEMAN apud CASTELLS, 2002, p. 107).

⁴⁶ Transmissão por fibra ótica e laser.

Em sua obra, sistematiza o informacionalismo como a nova estrutura econômica, surgida nos anos 80, período de expansão e rejuvenescimento do capitalismo, como um novo modo de desenvolvimento, com organizações capazes de:

[...] **gerar conhecimentos e processar informações** com eficiência; adaptar-se à geometria variável da economia global; **ser flexível** o suficiente para transformar seus meios tão rapidamente quanto mudam os objetivos sob o impacto da rápida transformação cultural, tecnológica e institucional; e **innovar**, já que a inovação torna-se a principal arma competitiva. (CASTELLS, 2002, p. 233, grifo nosso)

É no paradigma da tecnologia da informação que nos deparamos com as TICs como fator central de bens e serviços e promotoras da transformação da sociedade numa autêntica sociedade em rede.

Como descrito, uma técnica é produzida por uma cultura. Ela condiciona a sociedade. Um conjunto de invenções técnicas permitiu o desenvolvimento de redes de comunicação que foi do telégrafo à internet. Diferentemente do sistema de comunicação do fim da década de 1970, estruturado em torno da televisão, é a internet sua atual espinha dorsal. A cultura de hoje é mediada por um sistema de comunicação caracterizado pelo seu alcance global, de potencial interativo e com convergência de mídias. Daí o efeito da penetrabilidade dessa nova tecnologia na atividade humana. Ainda, ao se tratar de tal efeito, encontramos o sentimento pessoal de perda de controle e de aceleração das vidas (CASTELLS, 2002, 2004).

A aceleração das inovações tecnológicas se dá agora numa escala multiplicativa, uma autêntica reação em cadeia, de modo que em curtos intervalos de tempo o conjunto do aparato tecnológico vigente passa por saltos qualitativos em que a ampliação, a condensação e a miniaturização de seus potenciais reconfiguram completamente o universo de possibilidades e expectativas, tornando-o cada vez mais imprevisível, irresistível e incompreensível. Sendo assim, sentindo-nos incapazes de prever, resistir ou entender o rumo que as coisas tomam [...] (SEVCENKO, 2001, p. 17)

O texto de Sevcenko sobre aceleração das inovações tecnológicas pode ser dialogado com os escritos de Lévy (2003, p. 26) sobre o uso de uma tecnologia.

[...] enquanto discutimos sobre os possíveis usos de uma dada tecnologia, algumas formas de usar já se impuseram. Antes de nossa conscientização, a dinâmica coletiva escavou seus atratores. Quando finalmente prestamos atenção, é demasiadamente tarde... Enquanto ainda questionamos, outras tecnologias emergem na fronteira nebulosa onde são inventadas as idéias, as coisas e as práticas. [...] Nestas zonas de indeterminação onde o futuro é decidido, grupos de criadores marginais, apaixonados [...] tentam, [...], direcionar o devir. Nenhum dos principais atores institucionis – Estado ou empresas – planejou deliberadamente, [...], o desenvolvimento da informática pessoal, o das interfaces gráficas interativas para todos, [...], dos hipertextos ou da Word Wide Web, [...]. Essas tecnologias, todas impregnadas de seus primeiros usos e dos projetos de seus criadores, [...], transmitidas pela efervescências de movimentos sociais e práticas de base, vieram inesperados para qualquer “tomador de decisões”.

O tempo virtual e o espaço de fluxos são os fundamentos dessa nova sociedade. Tempo virtual é o tempo das comunicações instantâneas, onde o tempo cronológico não é aplicável e que perde sua capacidade de moldar o espaço. Tempo sem tempo, simultâneo e intemporal, subordinado ao espaço de fluxos. Espaços conectados através das redes de computadores, onde não existe distância entre dois pontos, mas que tem nas conexões que ligam as redes instrumentos privilegiados do poder.

Não podemos deixar de comentar sobre a lógica de redes, essência da nomeada sociedade em rede. Rede é um conjunto de “nós” (*backbones*) interconectados, distribuídos estrategicamente pelo globo terrestre (Estados Unidos, Reino Unido, Japão, França, Alemanha e outros), baseados na arquitetura e infraestrutura de redes de computadores, disponibilizados horizontalmente e por trabalho colaborativo, que se mantém devido à vontade dos integrantes envolvidos.

Ao recobrar o paradigma da tecnologia da informação percebemos que para a educação a cultura da virtualidade real, isto é, do novo ambiente de tecnologias da informação e comunicação e da lógica de redes, trazem desafios políticos como a luta pela liberdade, o combate à info-exclusão⁴⁷ e a transformação do trabalho.

Em linhas gerais, a liberdade pode ser ameaçada pelo controle ao acesso à rede ou seu uso ser influenciado por interesses políticos ou comerciais, por exemplo. A info-exclusão pode ser produzida por: a) falta de infraestrutura tecnológica; b) obstáculos econômicos ou institucionais para acessar às redes; c) insuficiente capacidade educativa e cultural para utilizar a internet de forma autônoma; e d) integração da capacidade de processamento da informação e geração de conhecimentos em cada um de nós, isto é, capacidade intelectual para aprender a aprender durante toda vida. (CASTELLS, 2002, 2004). De acordo com novo ciclo econômico, Carnoy (apud CASTELLS, 2004, p. 122) indica que o trabalho nas economias desenvolvidas é transformado em emprego autônomo, trabalho parcial, trabalho temporário, subcontratação e consultoria. Nas economias menos desenvolvidas transforma-se em atividades informais e desregulamentadas.

⁴⁷ Difere da tecno-exclusão, que é o acesso diferencial ao serviço de banda larga de alta velocidade (CASTELLS, 2004).

3.2.1 Mais um ponto: a revolução comunicacional

No bojo da sociedade informacional pode-se afirmar que a velocidade e as tecnologias ditam o ritmo dos atuais processos de comunicação. Foi no século XIX que a base científica gerada pela Revolução Industrial permitiu a ocorrência de inovações midiáticas⁴⁸ como o telégrafo (1837), o telefone (1876) e o rádio (1895), ampliando o “desejo do homem de agir a distância”. A televisão (1928) e o computador (1939) já são produtos do século XX. E foi nos anos de 1970 que despontaram as tecnologias digitais e as redes telemáticas⁴⁹, bases para as novas mídias. Para Lemos (2002) as bases para isso são: a técnica de numerização da informação – o digital, rápido progresso dos componentes eletrônicos e as técnicas eletrônicas de compressão da informação.

Junto às evoluções técnicas das mídias deve-se destacar o dispositivo comunicacional em jogo. A imprensa, o rádio e a televisão são mídias estruturadas pelo princípio comunicacional um-todos, centro emissor de mensagem para muitos receptores passivos e dispersos. O correio e o telefone são estruturados por um-um, ponto a ponto. A *Word Wide Web*⁵⁰ (*WWW* ou *web*) e as conferências eletrônicas são exemplos do princípio todos-todos, diálogo entre vários participantes (LÉVY, 2003). As mídias, suporte ou veículo da mensagem, hoje são consideradas multimídias por empregarem diversos suportes ou veículos e quando *online* (internet) possibilitam uma comunicação todos-todos por meio de variadas linguagens (texto, imagem, som, vídeo), com certa interatividade.

A interatividade é uma característica fundamental do processo de comunicação mediada por computador. Em voga nas áreas que estudam a interação homem-máquina e homem-homem via computador, a interatividade é comumente sistematizada por Lemos (2002), Lévy (2003), Primo (1999) e Santaella (1996) como uma relação tecnossocial baseada no diálogo, ultrapassando o conceito de “amigabilidade” da interface⁵¹. Lévy (2003) e Lemos (2002) apontam que o telefone foi a primeira mídia interativa com dispositivo diferente de um-todos, do tipo analógico-mecânica, e que já convivemos com as mídias digitais possibilitadoras da comunicação todos-todos como exemplo: a teleconferência, os

⁴⁸ Canais ou ferramentas usadas para armazenamento e transmissão de informação ou dados.

⁴⁹ Segundo com Mattelart (1999, p. 163) o termo telemática surgiu na França em 1978 “fruto da imbricação crescente entre computadores e telecomunicações.”

⁵⁰ Lévy (2003, p. 27) a define como uma “função da internet que junta, em um único e imenso hipertexto ou hiperdocumento, todos os documentos e hipertextos que a alimentam.”

⁵¹ Manipulação de ícones pelo intermédio do *mouse* (LEMOS, 2002).

videogames em realidade virtual e os hiperdocumentos acessíveis *online*. Todos são de uma interatividade tipo eletrônico-digital que permitem ao usuário de um equipamento ou programa a interrupção da sequência de informações e sua reorientação em tempo real (presenteísmo).

As novas tecnologias da informação e da comunicação (NTICs) são resultados de convergências tecnológicas que alteram significativamente o espaço-tempo em que a humanidade parece funcionar. São, sobretudo, novos dispositivos de comunicação e de informação. É o ciberespaço. É a cibercultura.

O ciberespaço é “um espaço aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores.” (LÉVY, 2003, p. 92). A cibercultura é a sociedade como prática da tecnologia (LEMOS, 2002). É consequência da informática. Em termos bastante amplos, informática é a ciência com origens na cibernética que estuda o processamento automático da informação por meio do computador.

A internet não é apenas uma tecnologia, é também “a forma organizativa que distribui o poder da informação, a geração de conhecimentos e a capacidade de ligar-se em rede em qualquer âmbito da actividade humana.” (CASTELLS, 2004, p. 311). É a forma dominante de comunicação.

É sobre o efeito das novas tecnologias nas atividades humanas que se pretende avançar na discussão sobre a educação, especificamente da educação a distância, como prática histórico-social atual de nossa sociedade.

3.3 Educação a Distância

Em nosso tempo – sociedade informacional, sociedade em rede, cibercultura – , as tecnologias digitais se propagam velozmente, impactando todas as áreas de atividade do homem. Em termos de educação, causa uma mudança paradigmática. O processo tecnológico outrora exposto nos convence que o fenômeno da educação a distância da forma que conhecemos hoje é produto do salto tecnológico da informática e da comunicação advindo dos anos de 1970. Ela é expressão da cibercultura.

Não se pode negar que há experiências anteriores de EAD registradas, como é o caso do estudo por correspondência onde o material impresso era entregue ao aluno por correio, na década de 1880 (MOORE; KEARSLEY, 2010). É o primeiro momento da EAD e que vêm

sendo modificado com o surgimento e aprimoramento de ferramentas da informática e da comunicação aplicadas à educação. Nesse sentido pode-se agrupar as gerações em três, conforme Nova e Alves (2002, p. 87): a textual, a analógica (recursos de áudio e vídeo) e a digital. A fim de complementar, evoca-se a classificação das gerações da EAD descrita por Taylor (apud DIAS; LEITE, 2010).

Modelo de EAD e Tecnologias associadas	Características da tecnologia		
	Alta interatividade	Flexibilidade (tempo, lugar e espaço)	Custos institucionais variáveis próximos a zero
1ª) Correspondência - Impressão	Não	Sim	Não
2ª) Multimídia - Impressão - Fita de áudio - Fita de vídeo - Aprendizagem baseada no computador - Vídeo interativo	Não Não Não Sim Sim	Sim Sim Sim Sim Sim	Não Não Não Não Não
3ª) Teleaprendizagem - Audioteleconferência - Videoconferência - Comunicação audiográfica - Transmissão de TV/rádio e audioteleconferência	Sim Sim Sim Sim	Não Não Não Não	Não Não Não Não
4ª) Aprendizagem flexível - Multimídia interativa online - Acesso via internet e recursos <i>www</i> - Comunicação mediada por computador	Sim Sim Sim	Sim Sim Sim	Sim Sim Sim
5ª) Aprendizagem flexível e inteligente - Multimídia interativa online - Acesso via internet e recursos <i>www</i> - Comunicação mediada por computador, usando sistemas de resposta automáticos - Acesso via portal do <i>campus</i> aos processos e recursos da instituição	Sim Sim Sim Sim	Sim Sim Sim Sim	Sim Sim Sim Sim

Figura 9 – Gerações da educação a distância

Fonte: TAYLOR (apud DIAS; LEITE, 2010, nossa adaptação).

Taylor estrutura os modelos existentes de EAD mediante a tecnologia predominante que é empregada. O modelo por correspondência tem como base a tecnologia da impressão; o

modelo de multimídias é apoiado em tecnologias impressas e audiovisuais; o modelo de teleaprendizagem, tecnologias para comunicação síncrona; e o modelo de aprendizagem flexível, baseado no envio *online* do material via internet. A partir daí, o autor analisa cada modelo segundo características importantes para o seu sucesso ou boa aceitação; são: a capacidade de proporcionar interatividade; a possibilidade de flexibilizar o tempo, lugar e o espaço dos envolvidos (alunos, professores, tutores, etc.); e o custo que uma instituição teria para desenvolver o modelo.

De forma geral, a literatura propõe que a primeira geração da EAD seja compreendida pelo ensino por correspondência e sua tecnologia de impressão, caracterizada pelo dispositivo comunicacional um-todos. Que a segunda geração seja aquela marcada pelo uso de múltiplas tecnologias sem o uso do computador. A televisão é o carro-chefe dessa geração. A confluência de mídias (texto, áudio e vídeo) se faz sentir, mas ainda em um dispositivo um-todos. Que a terceira geração seja aquela em que as múltiplas tecnologias estejam presentes, como o uso do computador e as redes de computadores, em um dispositivo comunicacional todos-todos. Encontram-se aí os ambientes interativos da *web*. E que a partir da quarta geração sejam aquelas que incorporem as múltiplas tecnologias computacionais de banda larga, organizando os processos educativos em torno do computador e da internet, fazendo surgir fortemente a aprendizagem colaborativa e *online*.

Santos (2010), no entanto, enfatiza que a educação *online* não deve ser entendida como uma evolução ou nova geração de EAD. Para a pesquisadora, a educação *online* é um fenômeno da cibercultura, afastando-se da lógica comunicacional da mídia de massa, da pedagogia da transmissão e da autoaprendizagem como uma aprendizagem mediada pelo material didático, lógica da educação a distância. A educação *online* se configuraria em práticas comunicacionais interativas e hipertextuais em que os ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), as teleconferências e as videoconferências seriam dispostas enquanto aportes digitais para uma aprendizagem colaborativa.

Logo, apresentar uma definição possível de educação a distância como modalidade de ensino em que as atividades de ensino-aprendizagem são desenvolvidas, em sua maioria, com alunos e professores separados no espaço e no tempo (DIAS; LEITE, 2010; NOVA; ALVES, 2002; MAIA; MATTAR, 2007; MOORE; KEARSLEY, 2010) talvez não seja o bastante para aguçar uma postura investigativa sobre a modalidade como mudança paradigmática na educação.

Poderíamos contextualizá-la como uma tecnologia educativa, isto é, como emprego de meios audiovisuais com finalidade formativa. No entanto, isto também poderia reduzi-la à

uma simples evolução das TICs aplicadas ao ensino formal ou não-formal⁵². Se ela é expressão da cibercultura como aportá-la?

Um dos caminhos para realizar tal tarefa pode ser encontrado no exame de conceitos basilares da EAD: mediação, autonomia do aluno e interatividade, fundamentados por uma teoria pedagógica a ser escolhida pelo grupo social em ação. A concepção, implantação e o desenvolvimento da educação a distância devem ser analisados em amplitude e, principalmente, integrada à estrutura de educação vigente no país.

Sancho (2001, p. 39, p.46) coloca em pauta a educação escolar como tecnologia social onde o problema prático é atender a demanda da população de instrução, de transmissão de habilidades e técnicas, por garantia de “certa continuidade e de controle social mediante a transmissão e promoção de uma série de valores e atitudes considerados socialmente convenientes [...]”. Acredita-se que o sistema escolar é uma forma de “intervenção social em interação com o sistema no qual se inscreve [...] muito influenciado pelo imperativo tecnológico.” A EAD, modalidade de ensino praticada desde século XIX, pode ser reposicionada como um potencial inovador das reformas de ensino que são conduzidas em diversos países para dar conta das exigências dos novos sistemas de produção, de formação de qualidade e a expansão da formação continuada a partir da sua segunda geração.

Desta maneira, a EAD não pode ser apreendida como um ensino desvinculado de uma proposta maior. Deve ser compreendida como elemento do sistema educacional, assim como o ensino presencial, que sofre impactos das mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais do sistema no qual está inserido e que adotará concepções e práticas pedagógicas que respondam às demandas. Daí surge a mudança paradigmática decorrente das exigências da sociedade informacional, da revolução tecnológica, da cultura cibernética, do todo em movimento. Tipificação notória se encontra nas intenções do MEC expressas das Diretrizes e Parâmetros Curriculares, quando institucionaliza a teoria sócio-construtivista como constructo para o desenvolvimento das práticas pedagógicas na educação brasileira e como potencializadora de aprendizagem significativa.

Ensino ativo, alunos cidadãos plenos e autônomos e professores mediadores são premissas de aporte do ensino seja ele presencial, à distância ou híbrido (*blended learning* – com certa carga horária presencial e certa carga horária à distância). Associada às NTICs,

⁵² O ensino formal é estabelecido por um trabalho pedagógico-didático que apresenta estrutura, organização, planejamento e sistematização, como o trabalho das escolas e da educação sindical. O ensino não-formal apresenta baixo grau de estruturação e sistematização, como os meios de comunicação e os equipamentos urbanos e de lazer (museus, praças). Ambos apresentam intencionalidade. (LIBÂNEO, 1998).

descrita a partir da terceira geração, a EAD caracteriza-se pelo uso de múltiplas tecnologias, especialmente a Internet, remetendo-se a uma concepção de aprendizagem ativa, centrada no sujeito que aprende. Filatro (2004, p.31) apresenta uma interconexão entre o paradigma de ensino-aprendizagem construtivista e a tecnologia da computação em que há a indivisibilidade do social e da *web*, configurando-se um ambiente virtual de aprendizagem definido como “espaços multimídias na internet cujas ferramentas e estratégias visam propiciar um processo de aprendizagem baseado predominantemente na interação entre os participantes, incentivando o trabalho cooperativo”. Nesta perspectiva, a dimensão de vanguarda da EAD reside no que Lévy (2008) conceituou como o espaço cibernético - “terreno onde está funcionando a humanidade, hoje” - de forma a impor novas reformas aos sistemas de educação e formação.

Para este estudo, que se foca na educação a distância, as categorias presentes no ensino presencial – aprendizagem ativa, autonomia do aluno, formação de cidadãos, mediação pedagógica, interdisciplinaridade, contextualidade – constantes das Diretrizes e Parâmetros Curriculares, são reconhecidas também pelas teorias da educação a distância e difundidas como autonomia, mediação e interatividade. O triângulo didático – aprendiz, conteúdo, agente educacional – se mantém.

a) Autonomia

Autonomia, na proposta de formação humana da modernidade tornou-se categoria basilar da pedagogia e palavra de ordem das propostas de educação a distância. Seu constructo pedagógico se fortaleceu na legitimação científica mais consistente da psicologia cognitiva⁵³ e conseqüentemente em sua institucionalização na política educacional brasileira, comprometida com os pressupostos neoliberais.

Para a epistemologia genética, autonomia é um estágio evolutivo da moral em que o indivíduo a constrói a partir das estruturas do pensamento. Freitag (1991) demonstra que Piaget ancora sua teoria sobre a concepção da moralidade no Iluminismo, visto que a temática da autonomia é central no pensamento iluminista. De Rousseau, pressupõe-se a gênese da

⁵³ Trata-se do construtivismo interacionista e do sócio-interacionista.

razão; de Kant, a autonomia da razão. Logo, a razão, para Piaget, é dada pelo pensamento formal com características da racionalidade e da moral autônoma, pré-requisitos à cidadania.

O pensamento lógico formal coerente resulta dos confrontos, conflitos e intercâmbios intelectuais que se tornam possíveis e necessários no interior do grupo. Por isso mesmo Piaget chamou, originalmente, o pensamento formal de pensamento “socializado”, comunicável. A relação entre pensamento lógico (razão teórica) e autonomia moral (razão prática) é, pois, intrínseca à própria psicogênese e não externa; ela não é mera justaposição mas essencialmente uma relação dialética. (FREITAG, 1991, p. 57)

Na literatura sobre educação a distância, especificamente de interpretação mais pedagógica como as de Peters (2001; 2004) e de Moore (2008), constata-se o emprego do morfema auto- de forma a adjectivar o papel do discente como gestor de sua aprendizagem: aluno e/ou estudo autônomo, aprendizagem autocontrolada, aprendizagem autodirigida, aprendizagem autorregulada, autoaperfeiçoamento, autoaprendizagem, estudo autodirigido. Peters (2001) percebe a série de expressões em uso e a considera como sinal de crescimento da importância do estudo autônomo na didática do ensino a distância.

Alunos autônomos são aqueles que

reconhecem suas necessidades de estudo, formulam objetivos para o estudo, selecionam conteúdos, projetam estratégias de estudo, arranjam materiais e meios didáticos, identificam fontes humanas e materiais adicionais e fazem uso delas, bem como quando eles próprios organizam, dirigem, controlam e avaliam o processo de aprendizagem. (PETERS, 2001, p. 95)

Frente a uma explicação metacognitiva da ação do aluno inspirado nas pedagogias da aprendizagem, Moore, idealizador da teoria da distância transacional, corrobora com o significado de autonomia na EAD como a capacidade do aluno em tomar decisões sobre seu aprendizado, ou seja, de controlar seu processo de aprender.

Também ficou evidente que diversos alunos usavam materiais didáticos e programas de ensino para atingir seus próprios objetivos, à sua maneira e sob seu próprio controle. O termo "autonomia do aluno" foi escolhido para descrever este processo. A autonomia do aluno é a medida pela qual, na relação ensino/aprendizagem, é o aluno e não o professor quem determina os objetivos, as experiências de aprendizagem e as decisões de avaliação do programa de aprendizagem. Foi criada uma descrição de um aluno ideal totalmente autônomo (cujas características devidas ao sexo foram descritas de uma maneira que seria evitada se a descrição fosse escrita hoje). Este ideal era o de uma pessoa emocionalmente independente de um instrutor [...]. (MOORE, 2002)

Moore (2008), inclusive, alicerçou o uso da expressão estudo independente na natureza do aprendizado de aluno da educação a distância, o aluno adulto. O autor concorda com os princípios da andragogia de Malcolm Knowles e reconhece que alunos adultos gostam de ter controle sobre o que está acontecendo, precisam ser consultados para tomadas de

decisões, gostam de utilizar sua experiência pessoal como recurso de aprendizado, encaram aprender como necessário para resolver problemas atuais e se apresentam motivados.

Maia e Mattar (2007) ao tratar do papel do aluno da EAD assinala que esta modalidade de ensino implica em uma cultura da aprendizagem, onde as atividades são a busca, a seleção e aplicação, diferente do ensino presencial e de sua cultura do ensino, com as atividades de receber e memorizar. Sobre as condições, perfil e competências do aluno em ambientes virtuais, Monereo e Pozo (2010) indicam que se fazem necessários ajustes culturais para aprender por conta do período formativo ser, atualmente, um processo ao longo da vida (*life-long learning*). O aluno, na condição de aluno em ambientes virtuais, deve possuir a competência de localizar, comunicar e compartilhar conhecimentos. Moore e Kearsley (2010), no mesmo sentido, afirmam que hábitos e atitudes dos alunos contribuem para determinar o sucesso de um curso à distância. É um processo, que, indiscutivelmente, exige comprometimento do aluno.

Diferentemente, estudiosos como Paulo Freire discutem por outro viés a categoria da autonomia. Para os autores progressistas, ela é uma capacidade do sujeito de fazer frente à opressão, alienação e ignorância. A educação, por sua vez, um caminho para formar homens críticos, livres que autodeterminam sua vontade para além da capacidade técnico-científica. Trata-se da emancipação do sujeito histórico.

b) Mediação e interatividade

Segundo Mauri e Onrubia (2010) pode-se conceber o processo de ensino e aprendizagem virtual centrada na dimensão tecnológica, com destaque nas possibilidades de acesso à informação e de criação de novos materiais e metodologias ou na dimensão da construção do conhecimento, em que é fundamental o aspecto da interação social mediada pelas tecnologias. Coll e Martí (2010, p. 426) elegem a interatividade como a característica mais interessante para um eficaz processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias, em vista do “diálogo contínuo entre as decisões e as intervenções do sujeito e as mudanças que aparecem na tela.”

Combinar um ambiente virtual interativo com estratégias de mediação é uma competência central do professor desta modalidade. A mediação pedagógica é um conceito vygotskyano que, em termos genéricos, pode ser definida como processo de intervenção de

um elemento (instrumentos e signos) intermediário numa relação. Com a revolução comunicacional tornou-se crescente a potencialidade das NTICs na promoção da aprendizagem na medida em que as tecnologias digitais atuam como instrumentos psicológicos, incluídos no conceito de atividade mediada concebido por Vygotsky (1991).

O papel explícito da intervenção pedagógica no processo de ensino-aprendizagem é, também, uma atividade de mediação com a finalidade de “provocar avanços que não ocorreriam espontaneamente.” (OLIVEIRA, 1993, p. 62). Deve o professorado aprender a dominar e valorizar uma nova cultura da aprendizagem para que seja possível um projeto de interatividade pedagógica. O trabalho docente é o de favorecer a interação entre o aluno e conteúdo escolar (sujeito e objeto do conhecimento) em ambientes virtuais, planejado por uma atividade mediadora potencializada pelos dispositivos tecnológicos.

3.4 O movimento da educação a distância no Exército

Descreveremos o fenômeno da EAD no ensino do Exército, objeto desta pesquisa, a partir de alguns aspectos históricos e situação atual, e logo em seguida, da concepção e abordagem da modalidade na instituição com a finalidade de auxiliar na compreensão do momento atual do SEE, bem como conduzir a uma percepção mais consciente da relação entre a modalidade de ensino e o sistema.

Reconhecida dificuldade foi encontrada para realizar o levantamento histórico das atividades de ensino a distância devido aos poucos registros oficiais e dispersos dados estatísticos. A história da EAD no Exército não está documentada. Encontram-se artigos científicos disponíveis na internet, mas sem abarcar o conjunto do fenômeno ou seu princípio.

Para o resgate de parte dessa história, foram utilizadas as técnicas de entrevista a partir de uma perspectiva qualitativa em que “as informações aparecem na complexa trama em que o sujeito as experimenta em seu mundo real” (GONZÁLEZ REY, 2002, p.89) com atores que puderam contar a história não registrada do desenvolvimento da modalidade antes de 1994, data da primeira diretriz⁵⁴ publicada, mais a técnica de pesquisa bibliográfica e a de análise do discurso oficial encarnado em leis, diretrizes, normas, regulamentos e ordens.

⁵⁴ As Diretrizes para o Ensino à Distância no Exército Brasileiro encontram-se, na íntegra, no anexo A.

3.4.1 Evolução

A educação a distância foi formalmente instituída em 1994 pelo EME, porém com a designação de ensino a distância. No entanto, sabemos que já se a praticava antes, sem formalidade institucional, isto é, sem uma normatização de funcionamento.

Têm-se conhecimento por meio de pesquisa realizada por Cardoso (2007) de que no século XVII, entre 1641 e 1656, foi escrito um livro de autoria desconhecida sobre ensinamentos de aritmética, geometria, fortificação e artilharia para estudos domiciliar sem mestre, com objetivo de instruir o exército do Brasil Colônia na arte militar. Divulga-se este fato histórico para reiterar que as iniciativas de instrução sem a presença do professor e por meio de recursos tecnológicos não é uma invenção social dos dias atuais e nem mesmo novidade para a organização em estudo.

Uma das primeiras experiências institucionais com o ensino por correspondência são os cursos preparatórios para a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Oliveira e Silva (2010) relatam que em 1963 foi criado o Curso Preparatório para a EsAO com a finalidade preparar os oficiais para o curso de aperfeiçoamento. Este curso preparatório foi absorvido como primeiro ano do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), na modalidade a distância, na forma em que é ministrada hoje. Datado de 1965, o Curso de Preparação à ECEME (CP-ECEME), destina-se a capacitar oficiais para participarem dos processos seletivos da escola. Ambos os cursos fazem parte do itinerário formativo do oficial combatente (figura 2).

A expansão da EAD na Instituição se confunde com a história do Centro de Estudos de Pessoal (CEP), principalmente com o trabalho da sua extinta Coordenação de Estágios por Correspondência (CECOR). O CEP foi criado em 1965 como “resultado da fusão do Curso de Técnica de Ensino, do Curso de Classificação de Pessoal e do Centro de Estudos de Línguas Estrangeiras”, que eram realizados em diferentes escolas (BRASIL, 2011). Segundo os relatos de profissionais militares que por lá atuaram (apêndice C) descobrimos que havia na década de 1970 três cursos por correspondência: Atualização Pedagógica, Psicopedagogia e Técnica de Ensino.

Por pesquisa bibliográfica foi possível recuperar a dissertação de Schaffel (1989), professora civil do CEP, que avaliou a experiência de atualização pedagógica dos militares atuantes no ensino do Exército através do ensino à distância desenvolvido pelo CEP. A pesquisadora pode datar o Sistema de Telensino do CEP de 1974, promotor de estágios

(atividade educacional de curta duração) de Atualização Pedagógica, Análise Ocupacional e Operacionalização de Objetivos Educacionais. Anos depois, os estágios passaram a ser de Atualização Pedagógica, Orientação Educacional e Elaboração de Currículos. O lema do referido sistema era “Uma nova experiência para o homem que se renova”. (SCHAFFEL, 1989, p. 5). Os estágios não eram atividades educacionais do itinerário formativo do oficial combatente.

Em 1986, o material dos cursos da CECOR sofreu atualização de conteúdo, mantendo-se a metodologia de instrução programada.

Continuava a mesma metodologia. [...] Instrução Programada. Era só atualização de conteúdo. Instrução programada você sabe quem o que é? São apostilas com uma espécie de questionário, pergunta e resposta, só que você não tem um acompanhamento de nenhum professor, nenhum orientador, nenhum professor. Você [o aluno, o cursista] era autodidata. (Entrevista 1, Entrevistado A)

Em mesma época foi narrado que no CEP se mantinha um informal curso de idiomas:

Olha que coisa interessante, mais ou menos em 85 [...] o CEP tinha uma estrutura dos manuais americanos de ensinar idiomas. Nossos companheiros, amigos telefonavam para nós, que trabalhávamos no CEP, e pedia o envio do manual para que pudessem se preparar [no idioma]. Aí a gente falava assim, lembro até os valores, a cópia do manual custa 38 [moeda da época], me manda 45 [moeda da época] que eu tiro uma cópia e mando para você. Isso nós fazíamos direto. Isso é importante por que vai nascer o curso de idiomas a distância. (Entrevista 2, Entrevistado C)

O curso de idiomas a distância se expandiu na Instituição e em 1989 foi implantado o Telensino de Idiomas de alemão, espanhol, francês e inglês, com objetivo de “manutenir, reciclar ou aprofundar os conhecimentos dos militares” nos intervalos dos cursos regulares do sistema. A partir de 2002 passou a se chamar Curso de Idiomas a Distância (CID), apoiado por livros, CDs-áudio e AVA e em junho de 2011 foi regularizado o Curso de Idiomas Virtual (CIV)⁵⁵ de alemão, espanhol, francês, inglês, italiano e russo, de caráter voluntário e a ser indenizado pelos alunos.

Mas, de acordo com a narrativa do entrevistado C, o momento auge da EAD se dá em 1994/95, quando a CECOR será extinta e implementado novo modelo de cursos a distância. Isto ocorreu em virtude do projeto idealizado pela professora Nelly Maia, apoiada pelo então comandante do CEP. A professora foi à Open University para uma visita institucional, de caráter técnico sobre o modelo de EAD desenvolvidos naquela universidade. Os três estágios da extinta CECOR seriam propostos em parceria com a Universidade Federal do Rio de

⁵⁵ Portaria nº 079-DECEX, de 21 de junho de 2011.

Janeiro (UFRJ), na gestão do Prof. Paulo Alcântara Gomes (1994 a 1998). A universidade convalidou o projeto dos cursos do CEP, certificando-os como cursos de pós-graduação *lato sensu*, de 1997 até aproximadamente o ano de 2003. Os entrevistados A e B complementaram o entrevistado C, na medida em que expuseram que tais cursos funcionaram de 1997 a 1999 no CEP e a partir de 2000 na UFRJ, adotando-se a geração mais avançada de EAD da época.

Entrevistador: Funciona no CEP, mas já com convênio com a UFRJ?

Entrevistado B: Já com convênio, por que senão não podia certificar e então não tinha jeito.

Entrevistador: Então os Srs foram para UFRJ em que período?

2000. A turma da UFRJ.

Entrevistador: O que o Sr. chama de embrião, embrião da EAD da UFRJ?

Entrevistado B: Da UFRJ.

Entrevistador: Então não tem nada mais a ver com o Exército?

Entrevistado A: Tem a ver.

Entrevistado B: É o mesmo curso.

Entrevistado A: Só que a gente passou a trabalhar junto com eles, pois até então, como ele estava dizendo, a gente fazia tudo, eles só forneciam a certificação. Em 99 nós fomos para dentro da UFRJ, ocupamos uma instalação lá dentro.

Entrevistado B: No Centro de Filosofia.

Entrevistado A: Na Praia Vermelha.

Entrevistador: Mas por que foram para lá?

Entrevistado A: Porque a UFRJ começou a sentir a necessidade: “a gente só está de barriga de aluguel?” Eles também estavam querendo trabalhar.

Entrevistado B: Eles não queriam dar mais só o certificado para o aluno do Exército. Eles queriam ter lá dentro o êxito do EAD.

Entrevistado A: Eles queriam pegar a expertise, pois a gente já tinha alguma expertise nisso daí.

Entrevistador: Nesse projeto, desde 96, qual era a metodologia?

Entrevistado A: Aí já era a metodologia de EAD, com acompanhamento tutorial.

Entrevistado B: Só que era um embrião ainda. Nós mandávamos o material para o aluno; o aluno se ligava com o tutor, já tínhamos o tutor lá na nossa sala e no CEP.

Entrevistador: Era material impresso?

Entrevistado B: Era material impresso e a ligação do aluno era basicamente por telefone e fax. Ainda não tinha o computador.

Entrevistado A: E os que podiam ir, presencialmente também. A metodologia disso foi com a Open University, de Londres. O embrião do EAD nosso começou pela Open University, seguindo o modelo deles.

Entrevistado B: Aí ficamos até 2003, dentro da UFRJ. Aí o nosso convênio estava fazendo cinco anos (ele foi feito em 1999) e não nos chamaram mais para renovar; tinha sido mudado o reitor. (Entrevista 1, entrevistados A e B)

Com o enfraquecimento do núcleo do CEP, expande-se o EAD no SEE por meio de outras ações e da mesma liderança, o entrevistado C. Entre 2002 e 2003, no DECEX, foi criada a Assessoria de Tecnologia da Informação e Educação a Distância (ATED), que tinha como principal projeto o desenvolvimento portal de educação do DECEX (figura 10), customizado na plataforma Moodle, atualmente nomeada como *ebaula* (figura 11). O Sistema de Ensino a Distância (SEAD), instituído em 1994 pelas Diretrizes Gerais para o Ensino a Distância, inicia o modelo de aprendizagem flexível (TAYLOR apud DIAS; LEITE, 2010) ou a 4ª geração de EAD com a adoção da tecnologia de acesso à internet e da comunicação mediada por computador.



Figura 10 – Portal de Educação do Exército.

Fonte: Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX). Rio de Janeiro: DECEX; 2011. [acesso em 08 ago. 2011]. Portal de Educação. Disponível em: <<http://www.ensino.eb.br>>.



Figura 11 – Página inicial do ebaula.

Fonte: Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX). Rio de Janeiro: DECEX; 2011. [acesso em 08 ago. 2011]. Portal de Educação. Disponível em: <<http://www.ensino.eb.br>>.

Em 2008, o EME investe na organização e expansão SEAD e por meio da Portaria nº 091-EME reconhece e credencia como habilitados a conduzir a modalidade os estabelecimentos de ensino listados:

1. Centro de Estudos de Pessoal;
2. Centro de Instrução de Aviação do Exército;
3. Centro Integrado de Guerra Eletrônica;
4. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais;
5. Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas;
6. Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea;
7. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército;
8. Escola de Comunicações;
9. Escola de Educação Física do Exército;
10. Escola de Equitação do Exército;
11. Escola de Formação Complementar do Exército;
12. Escola de Instrução Especializada;
13. Escola de Inteligência Militar do Exército;
14. Escola de Sargentos das Armas;
15. Escola de Sargentos de Logística; e
16. Escola de Saúde do Exército.

Desde então, os cursos que existiam nessas escolas passaram por revisões e muitos se tornaram cursos híbridos (com fase a distância e fase presencial) com apoio técnico-pedagógico da ATED e da Fundação Trompowsky. Citamos como exemplos os cursos de aperfeiçoamento para oficiais e sargentos.

Ator atual e de forte influência no cenário da educação a distância do SEE é a Fundação Marechal Roberto Trompowsky Leitão de Almeida, a Fundação Trompowsky. Criada em 2006, em cerimônia presidida pelo General-de-Exército Bastos, e instalada no Palácio Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, a Fundação foi registrada como de apoio ao DECEX, sendo um importante vetor do chamado processo de modernização do ensino (FUNDAÇÃO TROMPOWSKY, 2011).

Em seu estatuto social, disponível em seu site, a Fundação, pessoa jurídica de direito privado, declara que têm os seguintes objetivos, dentre outros:

I – colaborar com as atividades educacionais das diversas unidades que compõem o sistema de Ensino do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEEx); [...]

V – contribuir para integrar o Sistema de Ensino do Exército ao Sistema de Educação Nacional; [...]

XXI – celebrar protocolos, acordos, convênios, contratos [...] com pessoas de direito público ou privado [...] para a realização de estudos e projetos de pesquisa e de desenvolvimento de serviços [...] visando o desenvolvimento e aperfeiçoamento de pessoal, em todos os níveis [...] (FUNDAÇÃO TROMPOWSKY, 2010)

Comprova-se tal ação por meio de consulta ao Portal de Educação do Exército (figura 12). Exemplos presentes no cotidiano dos militares são as ofertas de cursos de especialização como Direito Militar, Direito em Administração Pública, Docência do Ensino Superior, Gestão da Comunicação e Marketing Institucionais, Gestão em Administração Pública e História Militar.



Figura 12 – Portal de Educação do Exército: Cursos > Pós-graduação

Fonte: Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEEx). Rio de Janeiro: DECEEx; 2011. [acesso em 16 ago. 2011]. Portal de Educação. Disponível em: <<http://www.ensino.eb.br>>.

Em consulta realizada à ATED/DECEEx foi possível verificar a oferta de cursos e/ou atividades do SEAD e consolidar a oferta (figura 13). Os dados foram obtidos por diferentes relatórios gerados pela administração do Portal, sem consolidação ou revisão institucional. A assessoria não tem um levantamento de dados estatísticos que pudesse servir a esse trabalho.

Dos 69 cursos do SEAD, 43 (62%) cursos e/ou atividades são do sistema DECEEx. Desses 43 cursos, 58% fazem parte do itinerário formativo do oficial e são ministrados pelo SEE, sem custo ao alunado; 19% são cursos de especialização, pós-graduação *lato sensu*,

ofertados em convênio com outros Institutos de Ensino Superior do Sistema de Educação Nacional, como o Curso de Especialização em História Militar em convênio com UnisulVirtual (Universidade do Sul de Santa Catarina – Virtual) e com a interveniência do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB, com investimento financeiro por parte do aluno militar de R\$ 4.694,86; e 19% são cursos e/ou atividades sem classificação pela Instituição. Do total, dos 69 cursos ofertados, 25 (36,2%) são do itinerário formativo do militar. Outra importante informação é a de que 26 cursos (38%) do Portal de Educação do Exército, administrado pelo DECEEx, são de responsabilidade de órgãos como o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), o Comando de Operações Terrestres (COTER), o EME e a Secretaria de Economia e Finanças (SEF).

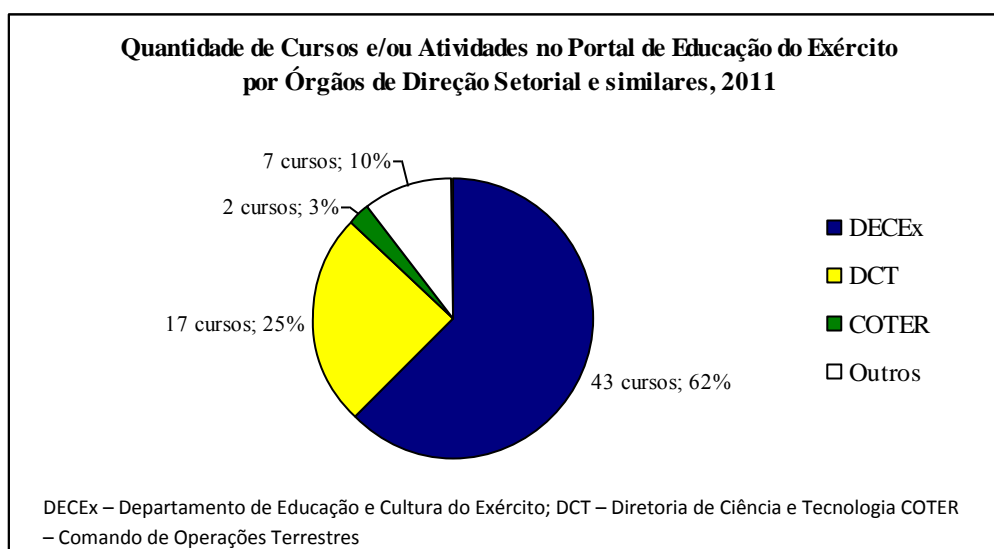


Figura 13 – Quantidade de cursos e/ou atividades no Portal de Educação do Exército por ODS e similares

Em atenção aos dados gerados pelo Sistema de Excelência (SE-EB), em dezembro de 2010, foi possível recuperar que dos 111 estabelecimentos de ensino do DECEEx, 27 (24, 3%) utilizam o AVA. Mas de acordo com os dados da ATED/DECEEx, de agosto de 2011, 12 deles (figura 14) estavam com cursos e/ou atividades em funcionamento no AVA. Contudo, dos 27 estabelecimentos somente 16 deles são autorizados a conduzir a modalidade conforme Portaria nº 091-EME/2008. A discrepância dos dados não foi eliminada por não se ter acesso nominal aos dados do SE-EB.

Estabelecimento de Ensino do DECEX com cursos e/ou atividades em funcionamento no Portal, agosto 2011		
1	Academia Militar das Agulhas Negras	Capacitação para Instrutores da AMAN
2	Centro de Estudos de Pessoal	Curso de Auxiliar de Comunicação Social
		Curso de Auxiliar de Ensino
		Curso de Comunicação Social
		Curso de Coordenação Pedagógica
		Curso de Idiomas a Distância – Alemão, Espanhol, Francês e Italiano
		Curso de Psicopedagogia e Orientação Educacional
		Direito Militar
		Estágio de Operações Psicológicas
		Gestão Estratégica de Recursos Humanos
	Convênio com Fundação Getúlio Vargas	Curso de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior, 1ª fase
3	Centro de Instrução de Aviação do Exército	Estágio de Operações Aeromóveis para Oficiais e Sargentos
4	Centro de Instrução de Guerra Eletrônica	Curso Básico de Guerra Eletrônica para Oficiais e Sargentos
5	Colégio Militar de Juiz de Fora	Língua estrangeira para Ensinos fundamental (6ª ao 9 anos) e médio
6	Colégio Militar de Manaus	Ensinos fundamental (6ª ao 9 anos) e médio
7	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, 1ª fase
		Curso de Aperfeiçoamento Militar - Quadro de Saúde (Médicos, Dentistas e Farmacêuticos), Quadro de Engenheiros Militares e Quadro Complementar de Oficiais
8	Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos	Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos, 1ª fase
9	Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea	Estágio de Artilharia e Defesa Antiaérea
10	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército	Ambiente Virtual de Pesquisas da ECEME
		Curso de Preparação à ECEME
11	Escola de Educação Física do Exército	Curso de Instrutor de Educação Física do Exército
12	Escola de Sargentos das Armas	Instruções de Técnicas Aeromóveis

Figura 14 – Estabelecimentos de Ensino do DECEX com atividade no AVA

Dos cursos tratados, gostaríamos de destacar que dos cursos obrigatórios à carreira do oficial combatente, ou seja, os cursos de formação e o de aperfeiçoamento, somente o aperfeiçoamento tem no seu desenho curricular uma carga horária à distância. No curso de formação há uso da modalidade como apoio a disciplinas, de forma rudimentar. Conclui-se que dos 69 cursos do SEAD, somente 1 (1,4%) faz parte do núcleo obrigatório do itinerário formativo do oficial combatente.

A mais recente Diretriz sobre a Educação a Distância no Exército, aprovada pela Portaria nº 185-EME/2010, estabelece como objetivos:

- a. Ampliar a capacidade do Sistema de Ensino do Exército, apoiando os seus componentes, particularmente no que se refere à Linha de Ensino Militar Bélico, inclusive a Instrução Militar, à Linha de Ensino Militar Científico-Tecnológico, ao Ensino Preparatório e Assistencial e à Educação de Jovens e Adultos.
- b. Proporcionar aos integrantes do Exército a oportunidade de ampliar a sua capacitação, nas áreas de interesse da Força ou individuais, por meio do auto-aperfeiçoamento.
- c. Contribuir na preparação de militares para ingresso nos cursos do Sistema de Ensino do Exército.
- d. Contribuir no aperfeiçoamento, na especialização e na capacitação de militares.
- e. Cooperar na educação continuada desenvolvida pelo Exército.

f. Proporcionar aos integrantes da Força, servindo no Brasil ou no exterior, bem como aos seus familiares acompanhantes, declarados como dependentes, de acordo com a legislação em vigor, condições de realizar Cursos do Ensino Regular. (BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2010, grifo nosso).

Ao confrontar os objetivos da Diretriz (2010) com a evolução da EAD até então descrita, seguramente, podemos afirmar que a maioria de seus objetivos foi alcançada.

3.4.2 A incorporação nas políticas de formação

Convém investigar de que forma foi realizada a incorporação da EAD nas políticas de formação da Instituição, a partir dos seus órgãos normativos (EME e DECEX) e do funcionamento do SEE e de seu subsistema, o SECD.

A primeira normatização oficial do fenômeno da educação a distância no SEE foi publicada como Diretrizes para o Ensino à Distância no Exército Brasileiro no ano de 1994. Nessas diretrizes, o EME fixou objetivos e estabeleceu a organização do sistema. Em 1999, o mesmo órgão aprovou as Diretrizes Gerais do Ensino à Distância no Exército Brasileiro, de forma a atualizar alguns objetivos, modificar a organização e inserir atribuições a órgãos subordinados. Recentemente, dezembro de 2010, editou as Diretrizes Gerais para a Educação a Distância no Exército Brasileiro, onde alterou a designação do fenômeno, de ensino para educação a distância, recriou uma coordenadoria e resumiu as prescrições normativas.

Inicialmente, no relatório “A política educacional para o Exército Brasileiro ano 2000: fundamentos” se considerou que a cibernética iria exigir da Instituição esforços consideráveis a fim de acompanhar as mudanças da sociedade informacional. Portanto, enfatizou a utilização inteligente da informática, que na área educacional se pôs à serviço do “aprender a aprender”:

É preciso, assim, que a Escola desenvolva técnicas que permitam ao discente resolver novos e velhos problemas sem receitas ou memorizações, aprendendo a buscar dados, montar alternativas de solução e apresentar resultados por meio de relatórios ou exposições orais. Utiliza para isso, meios de informática e das técnicas do trabalho em grupo e da pesquisa, ficando em condições de realizar o que se intitulou chamar de “aprender a aprender”, uma vez que a característica essencial do seu tempo de vida é o elevado grau de incerteza. (FARIA, 2000, p. 29-30)

Logo, a concepção de educação à distância do EB partilhará da matriz do Processo de Modernização de Ensino (PME) o aluno como figura central do processo didático-pedagógico

e associará a esse ideário as categorias do autoaperfeiçoamento e autonomia, conceituadas anteriormente.

Os argumentos pró-EAD são aqueles que fortalecem a ideia de aperfeiçoamento constante para fins de atualização e manutenção dos padrões de desempenho e de economia de recursos, por esta modalidade alcançar por meio dos dispositivos tecnológicos os alunos militares dispersos no território nacional e distantes das escolas de formação e aperfeiçoamento⁵⁶.

Decerto, a modalidade foi vinculada estreitamente às políticas de educação continuada, depreendida, segundo Furter (1975, p. 108), como um “princípio de um sistema de educação global”, com o objetivo de exercer uma “ação renovadora sobre todos os organismos que se ocupem de formação”. Com efeito, uma das estratégias propostas pela política de pessoal da Instituição é precisamente a educação continuada, a ser proporcionada pelo SEAD. Verifica-se tal afirmação nas redações das Diretrizes que a normatiza.

Redação dos objetivos	Fonte
Proporcionar aos integrantes do Exército [...] a oportunidade de ampliar a sua capacitação, nas áreas de interesse da Força ou individuais [...].	Diretrizes de 1994, 1999 e 2010.
Preencher o intervalo educacional entre as escolas de formação, especialização [...].	Diretriz de 1994.
Proporcionar a reciclagem de conhecimentos dos militares mediante a realização de cursos de extensão e de atualização [...].	Diretriz de 1999.
Cooperar na educação continuada desenvolvida pelo Exército.	Diretriz de 2010.

Figura 15 – Objetivos da EAD: educação continuada

As diretrizes sobre educação a distância de 1994, 1999 e de 2010 (anexo A) nos mostram que o EME confere à modalidade uma importância estratégica por ampliar a capacidade de seu sistema, bem como o de proporcionar ao militar oportunidade de capacitação. É sobre esta oportunidade que o SEAD, em parceria com a Fundação Trompowsky e com Institutos de Ensino Superior, constituirá seus cursos de especialização, por fora do itinerário formativo institucional. É, também, alicerçada no vetor do autoaperfeiçoamento que proclamará o culto a uma pedagogia da aprendizagem centrada no “aprender a aprender”. Nesse contexto, o SEAD, por meio de seus tutores, terá o papel de incentivador, de facilitador.

⁵⁶ As escolas de formação e aperfeiçoamento dos oficiais estão localizadas no estado do Rio de Janeiro; enquanto que as dos sargentos estão localizadas nas cidades de Cruz Alta (RS), de Três Corações (MG) e do Rio de Janeiro.

Para a Instituição, o autoaperfeiçoamento como um valor profissional favorável à formação continuada presente mesmo após a conclusão de cursos obrigatórios, trata-se de uma dimensão da formação profissional capaz de adaptar o militar às inovações velozes próprias da sociedade contemporânea, marcada pela evolução tecnológica. Portanto, a manutenção de uma atitude favorável à autoaprendizagem e a utilização de novas tecnologias pelo SEAD são os mecanismo propulsores na direção dos objetivos de uma educação continuada, conforme preconizado nas ordens do Comandante:

b. Conduzir a Política de Ensino do Exército considerando:

1) o ensino no Exército como atividade prioritária capaz de manter atualizados os recursos humanos, consoante a evolução e o progresso em todos os campos do conhecimento; [...]

4) a **utilização de novas tecnologias, particularmente na área de informática, como ferramenta de transmissão de conhecimento** nos cursos e estágios realizados de forma presencial ou **pelo sistema de ensino a distância, servindo de apoio a individualização da aprendizagem**; [...]

6) o desenvolvimento, em todos os níveis, de **atitudes favoráveis à auto-aprendizagem, condição essencial para um processo de educação continuada**, indispensável para manter os recursos humanos em constante **adaptação às novas tecnologias e aos novos conhecimentos**. [...] (COMANDANTE DO EXÉRCITO, 2002, grifo nosso)

O conceito de autoaprendizagem, amplamente discutido e considerado parte da categoria do autoaperfeiçoamento, pode ser relacionado com a categoria de autodaxia. Remetendo-nos, novamente, ao um trecho do relatório “A política educacional para o Exército Brasileiro ano 2000: fundamentos” (BRASIL, 1994a) achamos a idéia de que o “aprender a aprender deve permitir o auto-desenvolvimento, o autodidatismo, [...]”. Mais um emprego do morfema auto- diante do papel do aluno virtual.

Furter (1966) elabora a categoria autodidaxia como uma aprendizagem no campo das atitudes, como a capacidade de se autoformar. Defende a ideia da função de ajustamento exercida pelas atitudes, que resulta na adaptação do homem primitivo e moderno às suas culturas e subculturas específicas (ROKEACH, 1981, p. 105).

A Pedagogia do Domínio de Bloom, adotada pelo PME, considera as atitudes, interesses, valores como objetivos da área afetiva e como todo objetivo educacional, uma variável a ser controlada. Por isso, normatizou o desenvolvimento e a avaliação do processo de ensino-aprendizagem do domínio afetivo pela Portaria nº12-DEP/1998 e pela NECE. O autoaperfeiçoamento, atitude para autoaprendizagem, foi um dos atributos mais apregoados nas políticas de formação. E, enquanto uma atitude deve ser mantida pelo militar ao longo da carreira e reforçado pela Instituição, o que vem ao encontro da ideia de ajustamento à cultura organizacional do militar.

Se o autoaperfeiçoamento é uma atitude que garante um ajustamento à cultura de aprendizagem, de educação continuada proposta pelas Diretrizes de EAD, deve-se investigar se os militares têm uma atitude favorável à EAD, visto que os órgãos de direção do ensino do EB apostam nesta modalidade para um aperfeiçoamento contínuo de seus integrantes de forma que seu efetivo esteja em condições de enfrentar os desafios bélicos da atualidade.

4 DISCURSOS E ATITUDES: DIÁLOGOS NO CAMPO

Havia uma preocupação. No trabalho do dia a dia na Instituição, cabia a mim analisar as propostas de novos cursos ou de reformulações de cursos consagrados e, em sua maioria, aparecia lá, intrusa, sem justificativa, uma fase de ensino a distância. Uma curiosidade que o tempo me trouxe: como se ampliava a oferta desses cursos se havia na organização um senso comum de afirmar que educação a distância é só para fazer *downloads*, só para disciplinas teóricas sem muita importância? De observações simples, de discussões entre profissionais da área, questões se verificavam. As prescrições normativas estabeleciam ampliação do SEAD, o incentivo ao autoaperfeiçoamento, mas não indicavam ações pedagógicas para o desenvolvimento dessa nova prática educativa. Não existiam estudos pedagógicos. A educação militar entrava em uma nova fase sob a égide da cibernética e da aceleração radical da produção de bens e serviços. Mas, o aluno militar daria que sentido a essa nova prática? Esse mesmo aluno, que anos à frente, será o militar dirigente, apresenta que tendência atitudinal para com a EAD? A problematização se delimita: os alunos matriculados em cursos da modalidade a distância desenvolvidos pelo Exército Brasileiro, têm atitudes favoráveis à educação a distância?

Com objeto escolhido, alvo de preocupação e de curiosidade, passou-se a construção metodológica. Queríamos compreender o fenômeno em seu contexto e para isso foi desenvolvida uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa, com o propósito de descrever a complexidade do problema, compreender a interação de variáveis, oferecendo contribuições ao processo de institucionalização da política de formação da organização em pauta, a partir de interpretações das atitudes de determinado grupo (OLIVEIRA, 2008).

Os métodos não são conflitivos, são complementares. Segundo Goldenberg (2007, p. 53) “a combinação de metodologias diversas no estudo do mesmo fenômeno, conhecida como triangulação, tem por objetivo abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do objeto de estudo.” Os dados qualitativos seriam necessários para compreensão do fenômeno em seus próprios termos, sendo possível descrição detalhada. Os dados quantitativos permitirão identificar um padrão de comportamento ou opinião.

Admitida a triangulação metodológica, fez-se uso de mais de uma técnica, de mais um meio válido de coletar dados. Para descrever e compreender o contexto do fenômeno recorreu-se à pesquisa bibliográfica e à pesquisa documental seguida de análise. Para historicizar o objeto, além do uso das primeiras técnicas, as entrevistas focais foram

importantes instrumentos de coleta das experiências vividas e não-registradas. O que pode ser verificado nos capítulos 1, 2 e 3 deste trabalho.

Para investigar as tendências atitudinais dos alunos em relação à EAD, empregou-se a escala social, com objetivo de “medir a intensidade de opiniões e atitudes de maneira mais objetiva possível.” (GIL, 2008, p.137).

Para tanto, foi construído um questionário que em sua primeira parte levantaria o perfil e a experiência dos alunos com a modalidade e em sua segunda parte traria um inventário de atitudes com asserções próprias do discurso e das concepções pedagógicas institucionais e do conhecimento especializado sobre o tema a partir de Castells, Lemos, Lévy, Moore, Primo e Peters. Neste inventário, item 4 do questionário aplicado (apêndice D), instrumento adaptado da Escala de Likert, são reunidas 20 (vinte) afirmativas para que o entrevistado, ou seja, o aluno militar, escolha o grau de concordância com as suas convicções (figura 16).

4. IDEIAS SOBRE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

São listadas 20 (vinte) asserções sobre educação a distância. Dê sua concordância ou discordância em relação a cada um dos enunciados, segundo a graduação: **concordo plenamente (6); concordo um pouco (5); indeciso (4); discordo um pouco (3), discordo plenamente (2); e não sei responder (1).**

A1) Alunos do ensino a distância têm um desempenho em sua aprendizagem tão boa quanto os alunos do ensino presencial.

Concordo plenamente	Concordo um pouco	Indeciso	Discordo um pouco	Discordo plenamente	Não sei responder
6	5	4	3	2	1
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Figura 16 – Exemplo do inventário, item 4 do questionário

A população estudada era formada por militares no posto de Capitão, oficiais combatentes, homens, que cursavam no ano de 2010 o segundo ano do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) da EsAO, localizada na Vila Militar, bairro de Deodoro, zona oeste do Rio de Janeiro.

Faz-se necessário certo esclarecimento quanto à escolha populacional. O CAO é um curso obrigatório do itinerário formativo do oficial combatente e o primeiro do fluxo da carreira a desenvolver a ensino mediado pelas NTICs. Ele é curso de dois anos, com duas fases dispostas consecutivamente: a primeira com 720 horas na modalidade a distância, conhecido como CAO 1º Ano; e a segunda com 1640 horas na modalidade presencial, na EsAO.

Inicialmente, havíamos escolhido como amostra alunos que cursavam em 2010 a fase a distância. Solicitamos ao Curso de Ensino à Distância (CEAD/EsAO), núcleo responsável por conduzir o CAO 1º ano, que enviasse o questionário a 10 alunos, por correio eletrônico para pré-teste. O tutor do curso enviou para 25 alunos por acreditar que alguns poderiam não responder. Decorrido algum tempo, o tutor enviou 6 questionários respondidos, o que corresponde a uma perda de 76%. Perguntado sobre o ocorrido, responde: “Você já deve ter percebido as dificuldades do EAD e a necessidade de mudança comportamental de todos os envolvidos no processo. Ninguém mais respondeu!”⁵⁷. Entendendo que a interação no ambiente virtual do curso estava comprometida, optou-se por aplicar o questionário e a escala nos alunos que já haviam realizado a fase a distância e estavam na EsAO para a fase presencial, no ano de 2010.

O questionário e a escala foram aplicados a 138 alunos de um total de 385, amostra determinada por critérios probabilísticos e pelo método de amostragem estratificada (gráfico 1). O que significa que a seleção de cada subpopulação, isto é, de cada Arma, Quadro e Serviço (AQS) designados por Infantaria, Cavalaria, Comunicações, Engenharia, Material Bélico e Intendência, ocorreu de forma aleatória.

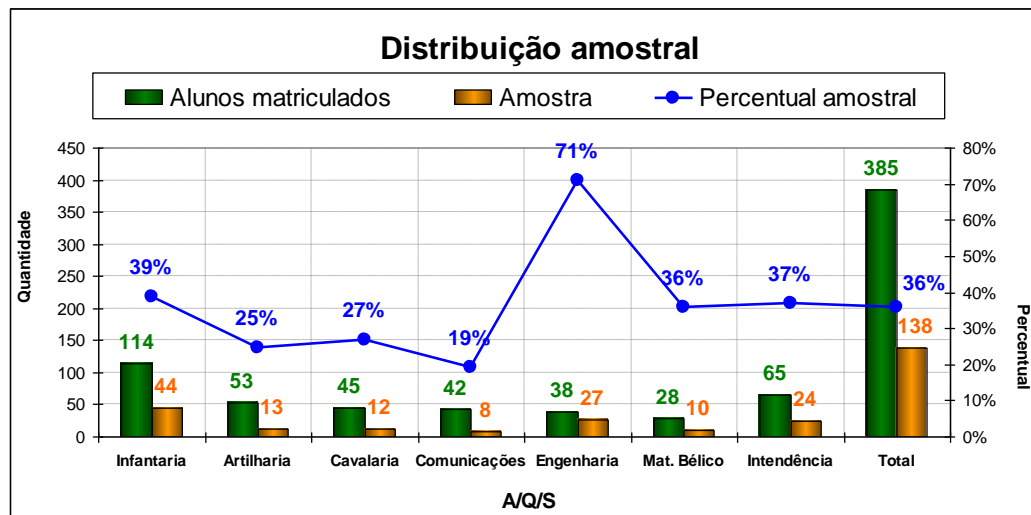
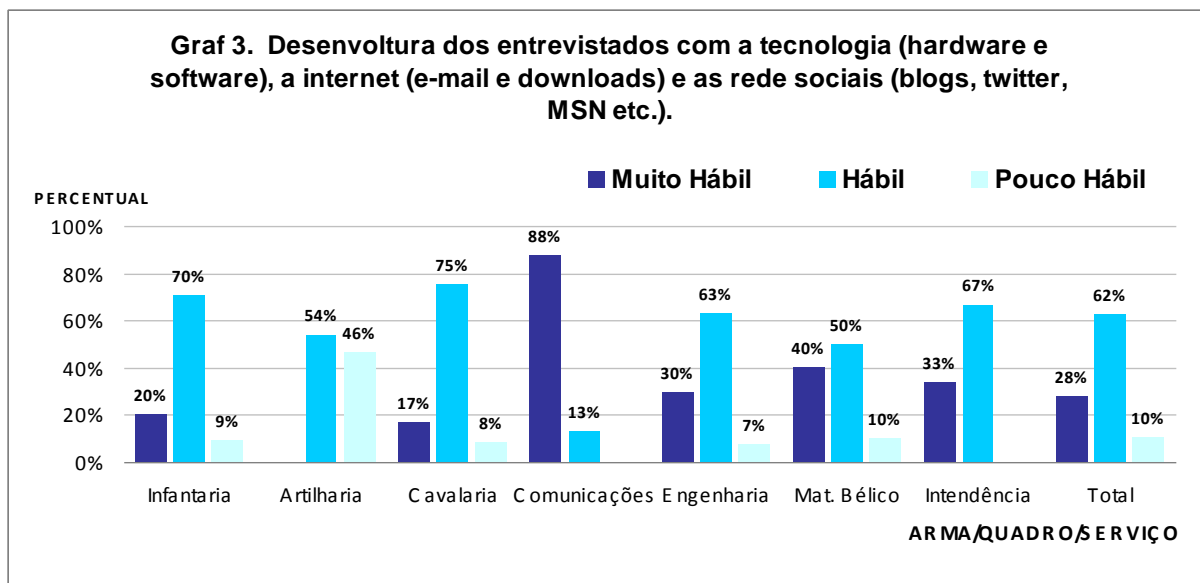
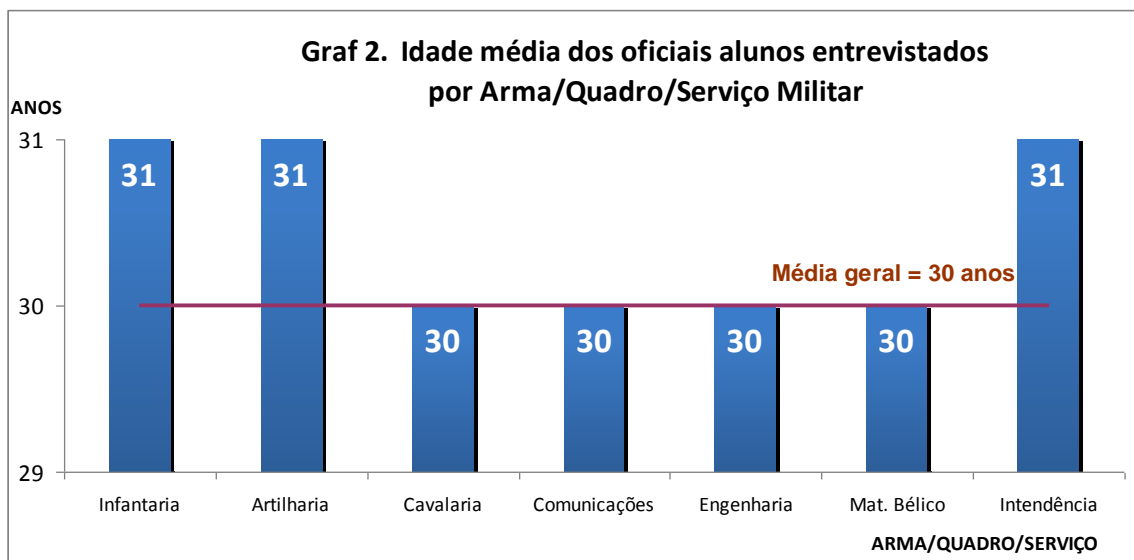


Gráfico 1 – Distribuição amostral

Na primeira etapa do questionário (itens 1 e 2) verificamos que a idade média de 30 anos (gráfico 2) combinada com uma autoavaliação (gráfico 3) mediana de suas habilidades tecnológicas (resolve problemas simples do computador, faz *downloads*, usa *e-mail* e interage

⁵⁷ Informação verbal.

nas redes sociais em nível elementar) não confirma o perfil da Geração Internet ou Geração Y, nascidos entre 1977 e 1997, usuário, segundo Tapscott (2010), da tecnologia digital de modo intenso em sua vida diária. A subpopulação que se considera mais hábil, previsivelmente, é a de Comunicações, arma técnica que lida com as tecnologias da informação e comunicação em seu cotidiano. Quando perguntados de forma aberta sobre uma expressão ou palavra que caracterizasse sua atitude frente à tecnologia, responderam com palavras que expressavam as ideias de interesse (curiosidade, entusiasmo, descoberta), de aprendizado (conhecer, atualizar, aperfeiçoar, adaptar) e de pragmatismo (praticidade, facilidade, útil, usuário); poucos responderam com ideias valorativas como bom, ruim, fraco, normal. etc., conforme representação disposta no gráfico 4.



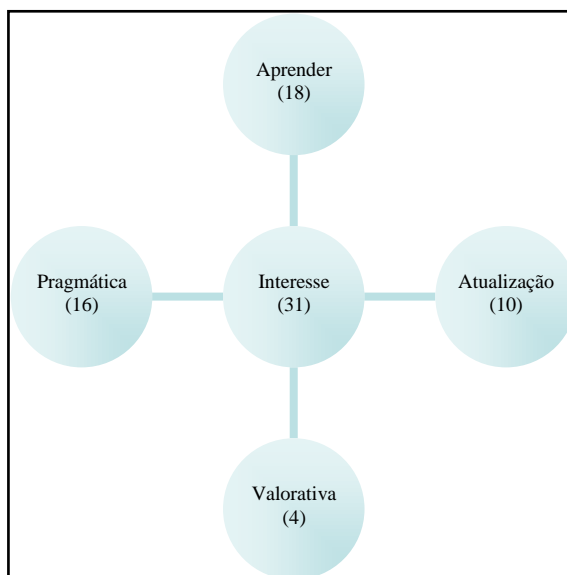
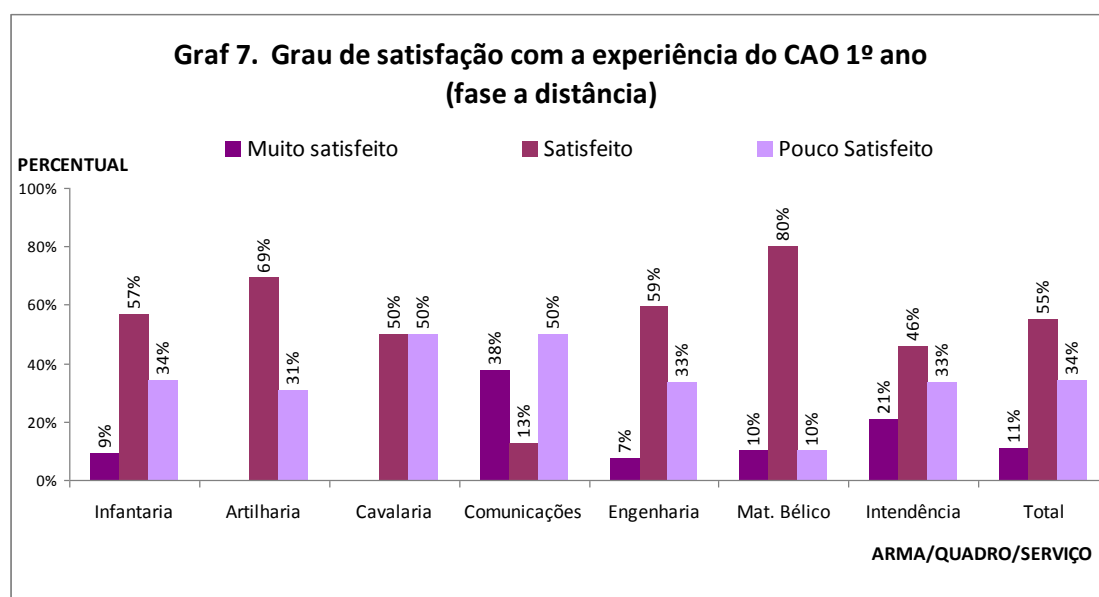
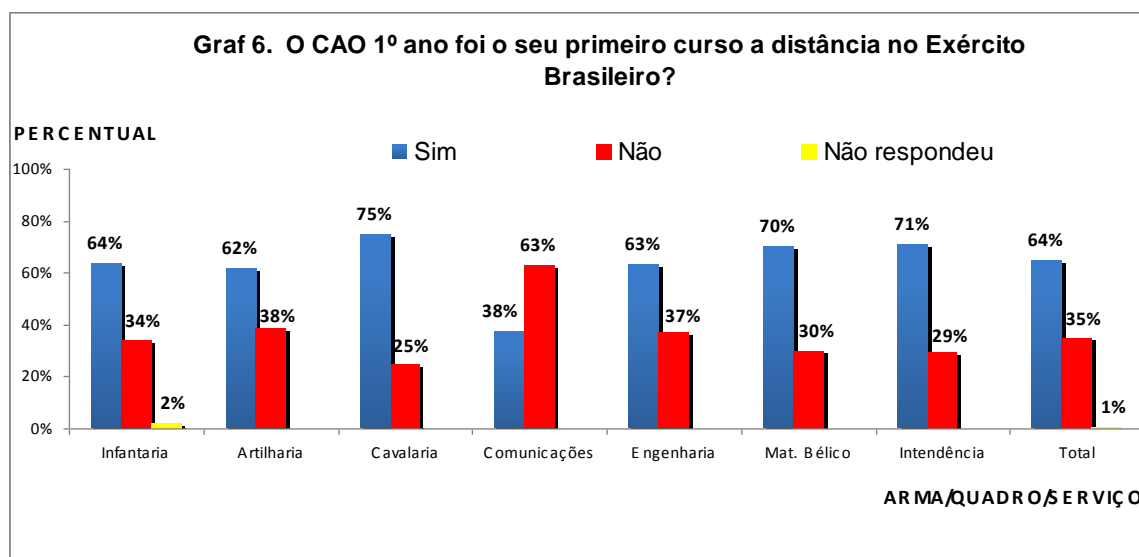
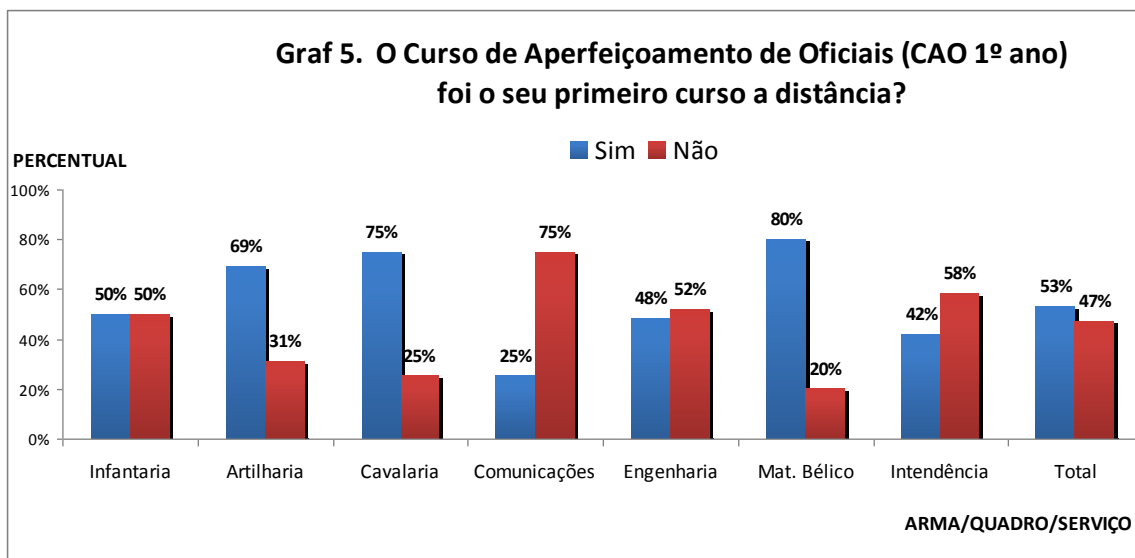
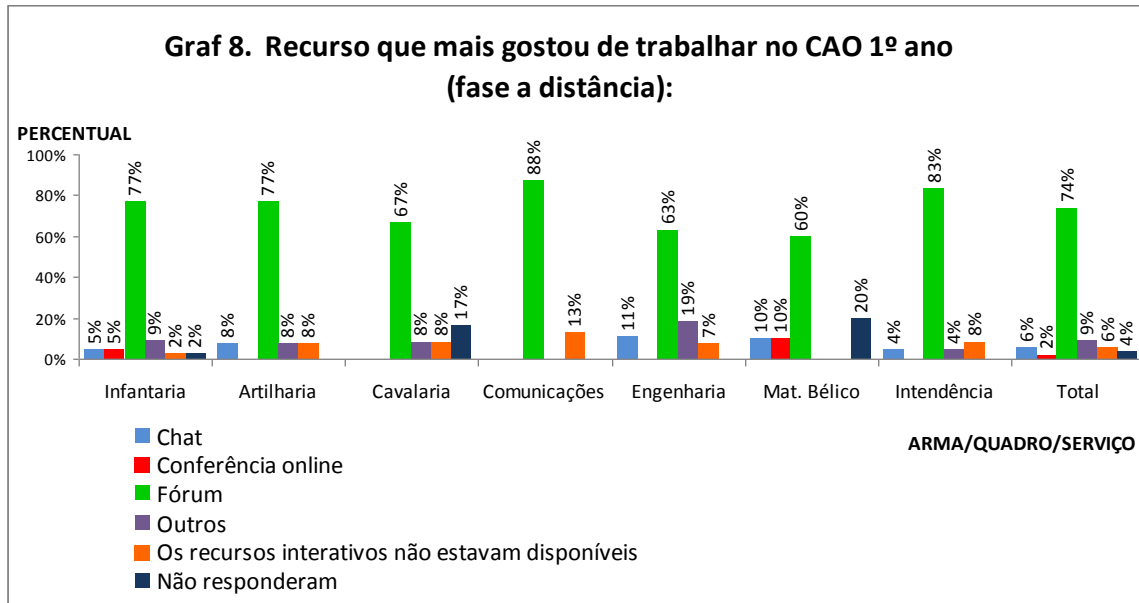


Gráfico 4 – Atitude frente à tecnologia

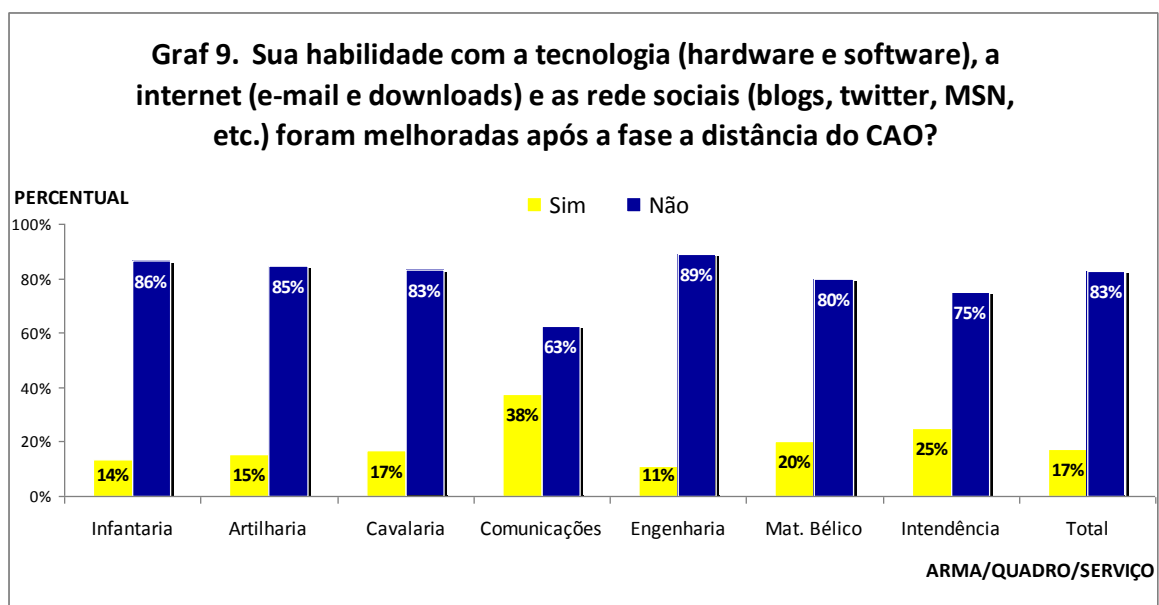
Na segunda etapa do questionário (item 3), queríamos saber da experiência com a EAD. O CAO foi a primeira experiência com a modalidade de ensino a distância para 53% dos alunos, sendo os subgrupos de Material Bélico, Cavalaria e Artilharia os mais representativos. Já haviam realizado cursos por EAD 47% da amostra, sendo o subgrupo de Comunicações, aqueles mais hábeis, também os mais experientes (gráfico 5). Contudo, da amostra que afirmou ter realizado curso a distância, 74% representam os que já haviam tido outra experiência com a modalidade, ofertado pelo Exército (gráfico 6), ou seja, 35% da amostra. Significa que este público se utilizou de convênios com outras instituições civis para isso. Os oficiais combatentes têm de forma geral o CAO como primeira experiência de cursos por EAD na Instituição, com índice de 64% (gráfico 6).

Quanto à satisfação do aluno com a experiência do CAO 1º ano, fase à distância, 55% se mostrou satisfeitos. O subgrupo de Comunicações, que eram os mais hábeis e os que já haviam tido outras experiências, ficou pouco satisfeito (50%). Enquanto os inexperientes com a modalidade e pouco hábeis com a tecnologia ficaram satisfeitos (gráfico 7). A amostra selecionou o fórum (74%) como o recurso com que mais gostou de trabalhar, seguido de outros recursos não especificados e do chat (gráfico 8). O fórum é um recurso de comunicação assíncrono em que é possível dispor de tempo para elaborar uma resposta, parecido com a dinâmica da sala de aula presencial. O chat, recurso síncrono, próprio da sala de aula a distância, obteve pouca adesão.





Após conclusão da fase a distância do CAO, 83% dos oficiais negaram melhora de sua habilidade com a tecnologia (gráfico 9). O subgrupo Artilharia que aparece como um dos poucos hábeis (gráfico 3) também afirma que após o 1º ano do CAO não apresentaram melhor desenvoltura com a computador, com a internet e seus recursos. Os capitães respondem que haveria interesse em realizar cursos na modalidade a distância por outras instituições, motivados pela facilidade em administrar o tempo (praticidade e facilidade) e pela oportunidade em se aperfeiçoarem (gráfico 11).



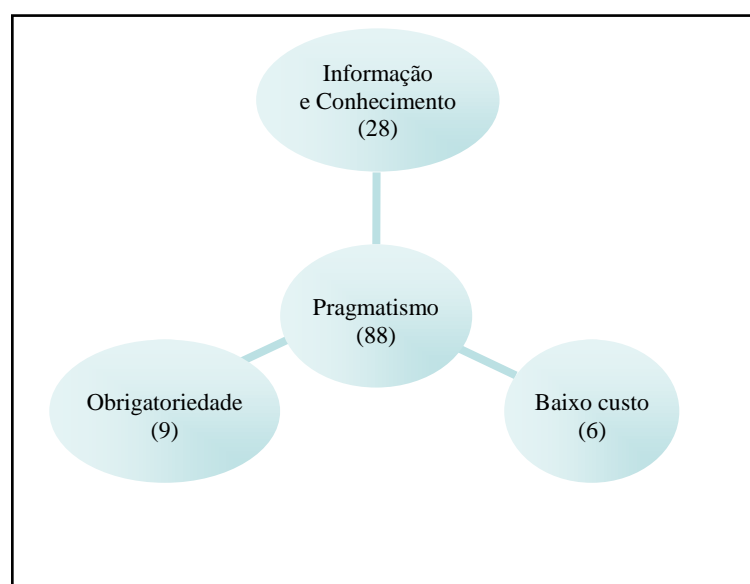
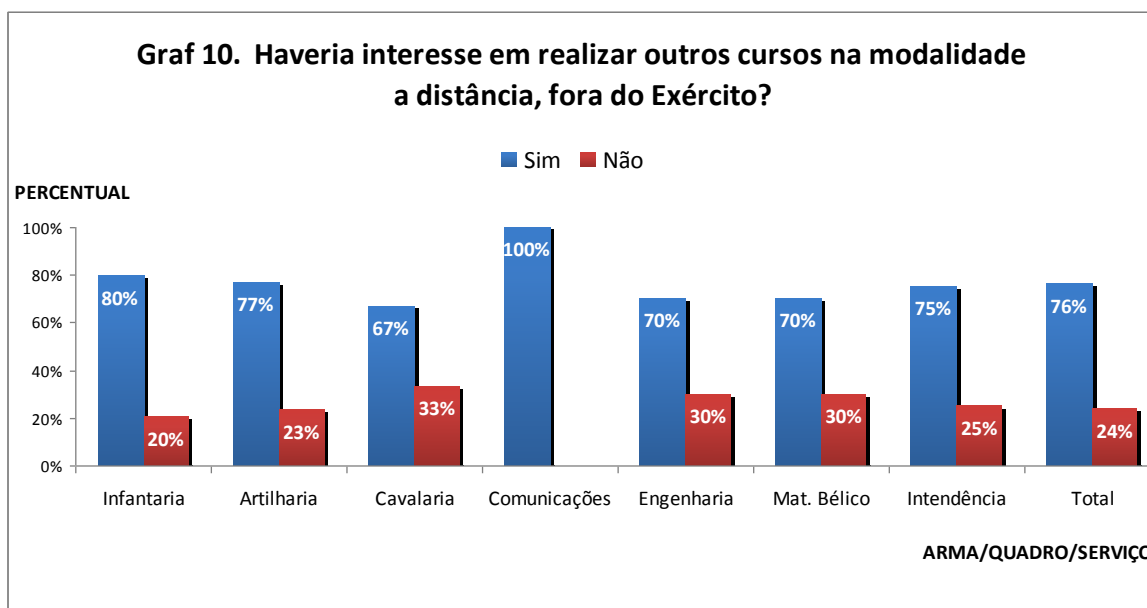


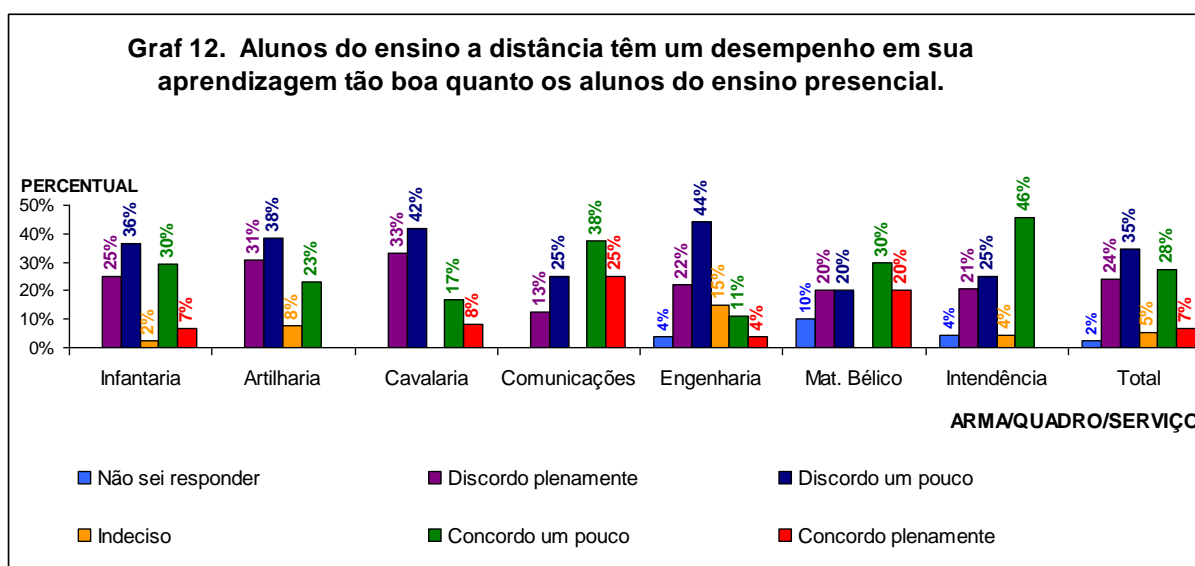
Gráfico 11 – Motivos para realizar novos cursos a distância

Os dados apresentados até o momento nos levam a indagar sobre o desenho pedagógico do curso e sobre a interatividade do ambiente virtual. Uma amostra pouco hábil com as tecnologias, com pouca experiência com cursos nessa modalidade e que se diz interessada pela tecnologia não melhorou sua desenvoltura tecnológica após um ano de curso a distância. Este grupo ainda afirma que motivados pelo pragmatismo tem interesse em realizar outros cursos na modalidade, referência a uma concepção neutra da tecnologia.

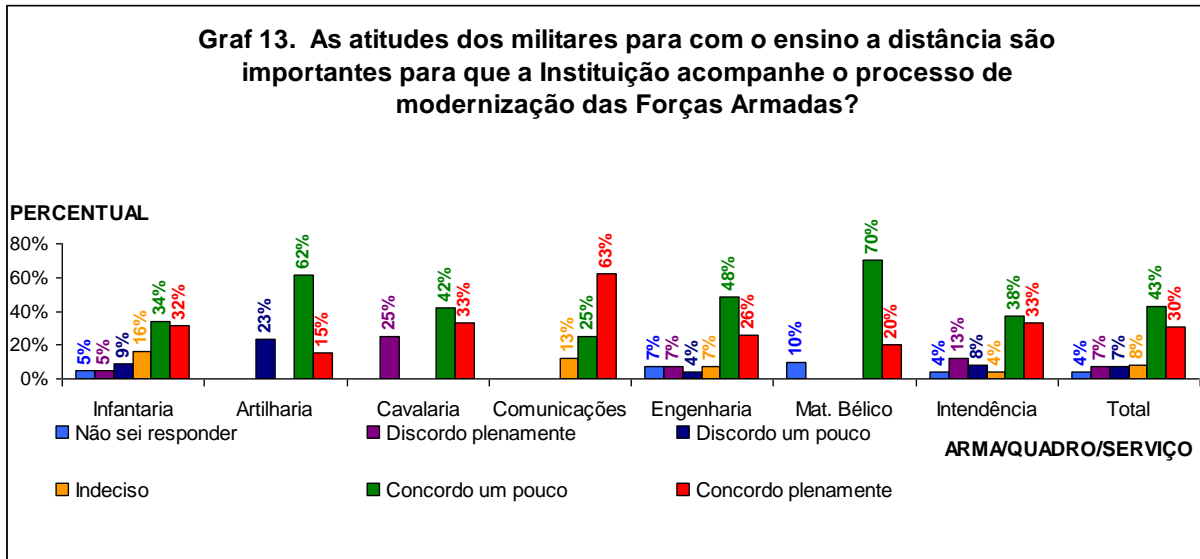
Passemos a discutir sobre os resultados da aplicação da Escala Likert, ou seja, da tendência favorável ou desfavorável das atitudes dos alunos militares quanto à modalidade de

educação a distância. Os tratamentos estatísticos das assertivas estão dispostos nos gráficos de número 12 a 31. A resposta majoritária a uma questão identifica um padrão de comportamento ou opinião.

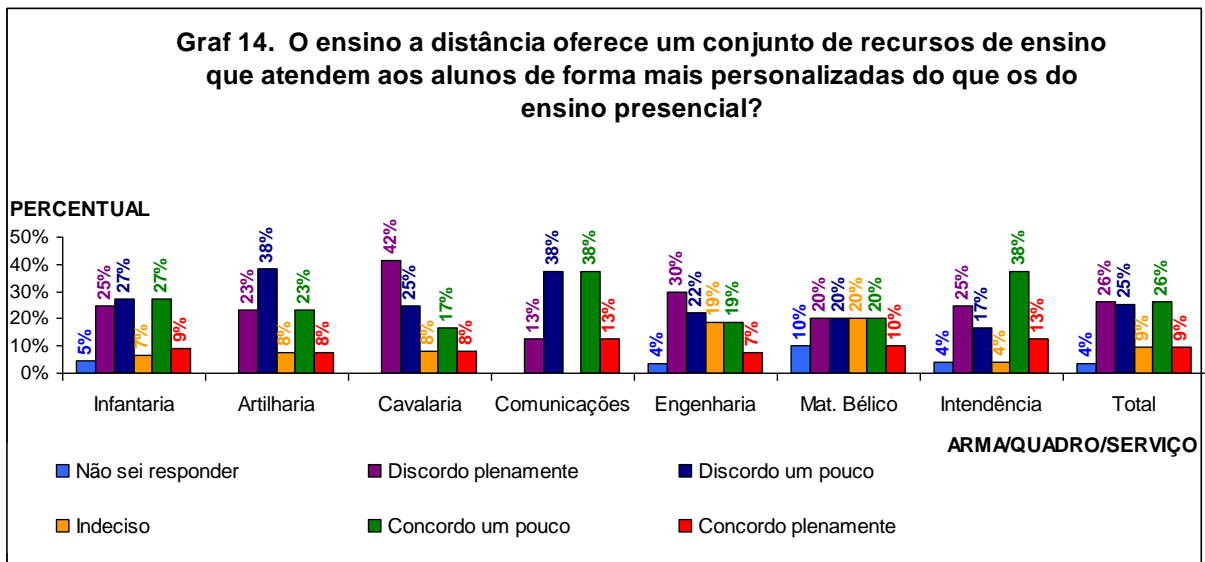
A primeira escala (gráfico 12) refere-se à crença na qualidade da educação a distância. Mais da metade da amostra (59%) acredita que alunos do ensino presencial têm melhor desempenho do que alunos virtuais. Logo, para eles, alunos da educação a distância têm sua aprendizagem comprometida.



No entanto, 73% concordam que as atitudes dos militares para com a modalidade influencia no processo de modernização das Forças Armadas (gráfico 13). Os capitães entendem que devemos garantir um bom desempenho de aprendizagem em qualquer modalidade de ensino para que ocorra uma formação profissional de qualidade e consequente eficácia institucional?

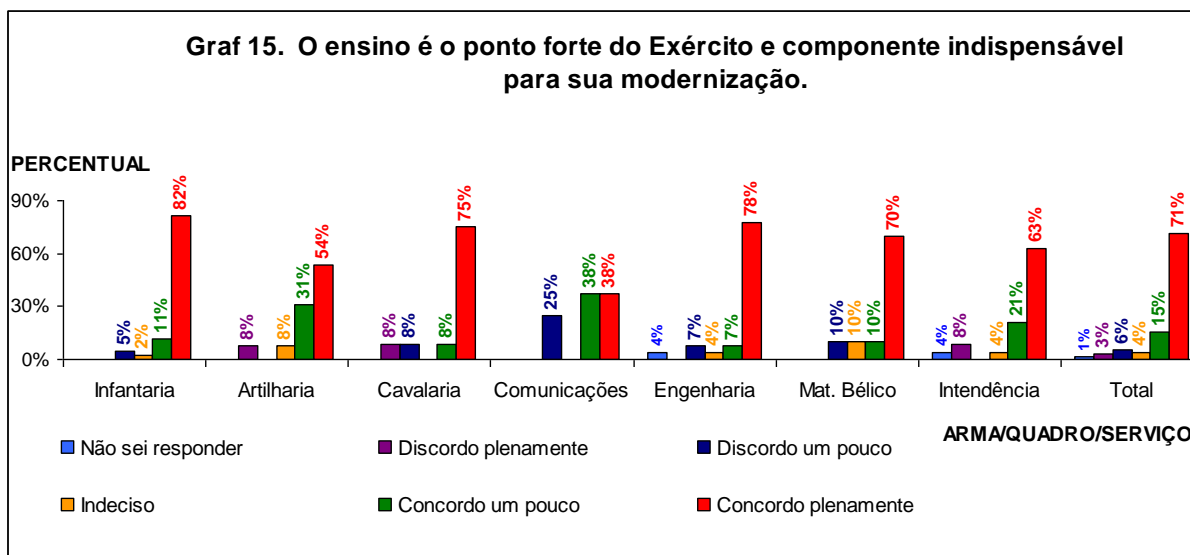


A tendência desfavorável de 51% do grupo em reconhecer que os recursos da EAD (gráfico 14) favorecem uma individualização ou orientação da aprendizagem não nos é surpreendente visto a tendência desfavorável à crença na qualidade da educação a distância (gráfico 12). O que nos surpreende é que somente 6% (gráfico 8) acusaram que os recursos interativos não estavam disponíveis.

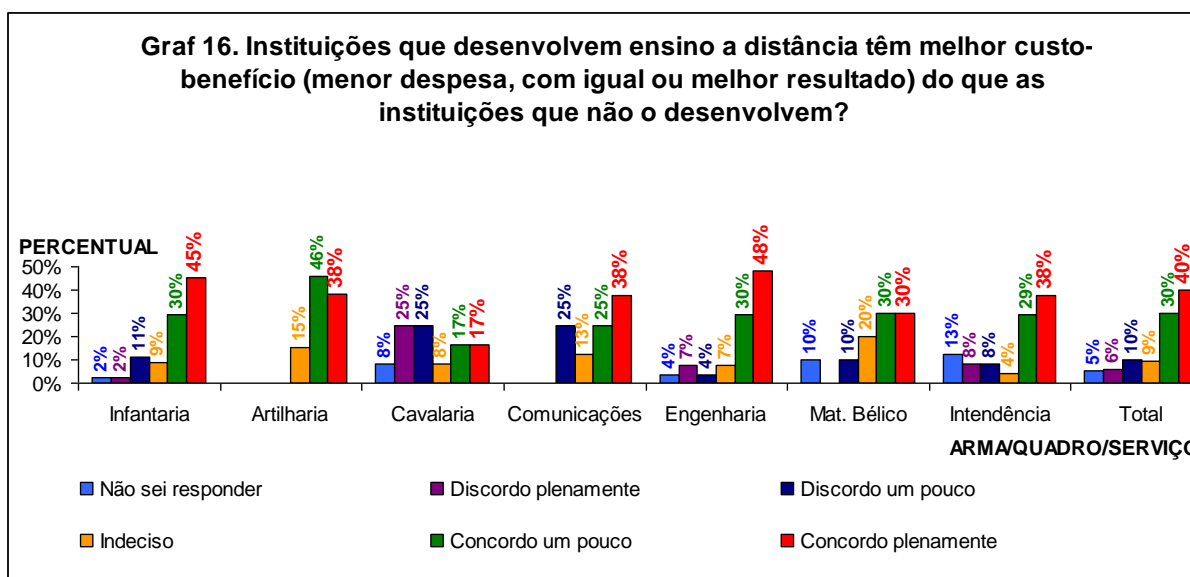


O discurso oficial diz que o ensino é o ponto forte da Instituição, o que está interiorizado pelos seus integrantes (gráfico 15), mas se por enquanto não se apresenta adesão

atitudinal à EAD (gráficos 12 e 13), pode-se afirmar que esta modalidade ainda não é incorporada à ideia do ensino. Ela é vista como uma parte deslocada.

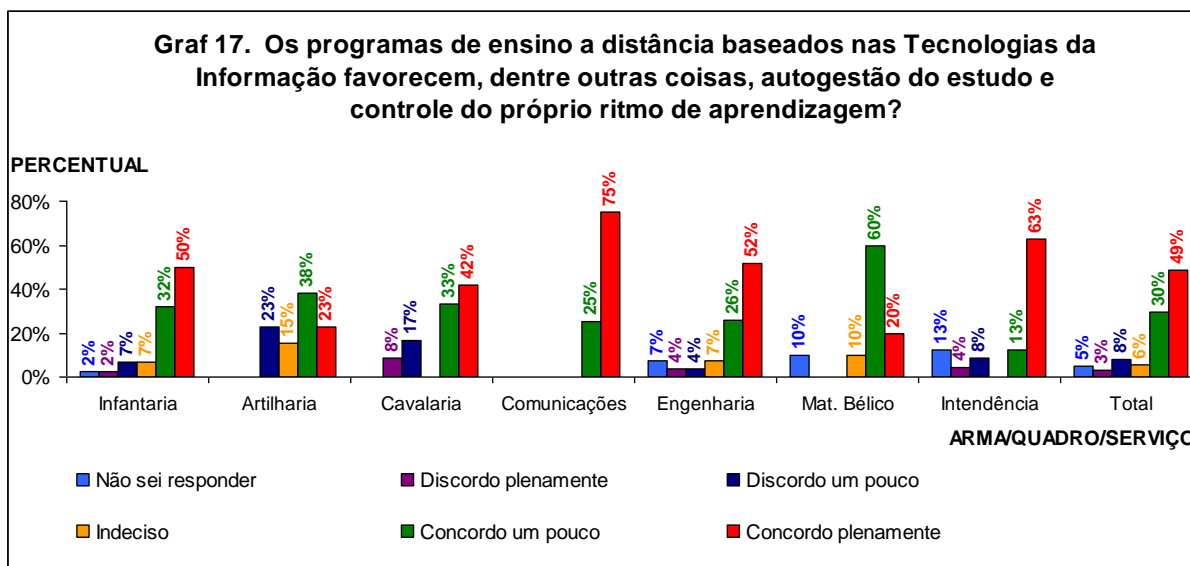


O gráfico 16 apresenta um senso comum por trazer uma concordância de 70%. Os que acreditam que alunos do ensino presencial têm melhor desempenho do que alunos virtuais, não poderiam concordar com a assertiva.

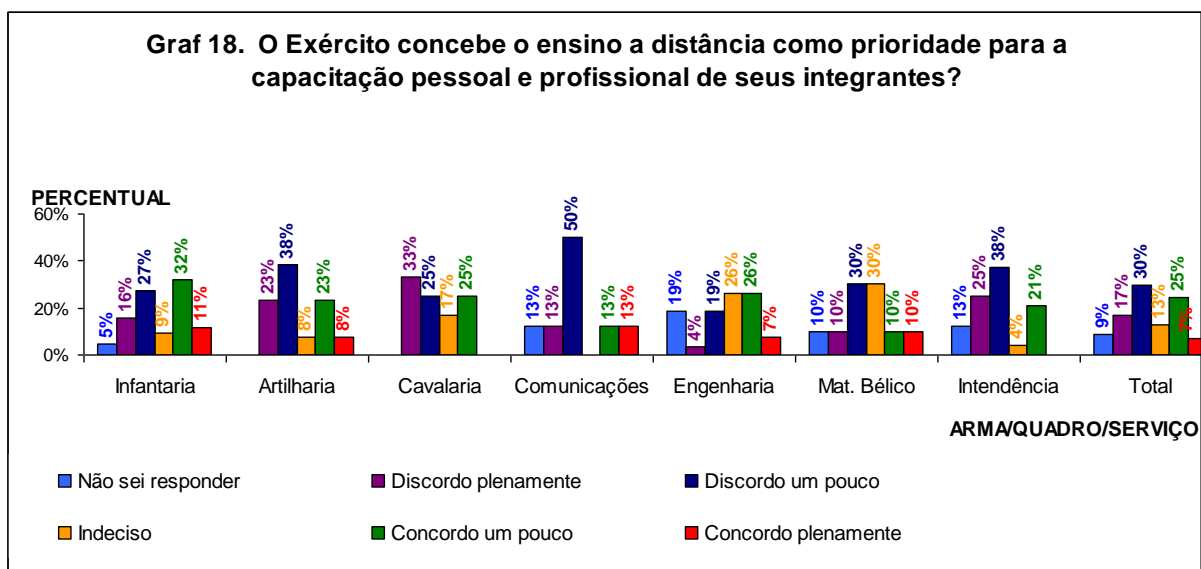


Da amostra, 79% assentem que cursos baseados nas NTICs, ou seja, com recursos interativos como chat e conferência on line, favorecem a autogestão do estudo (gráfico 17).

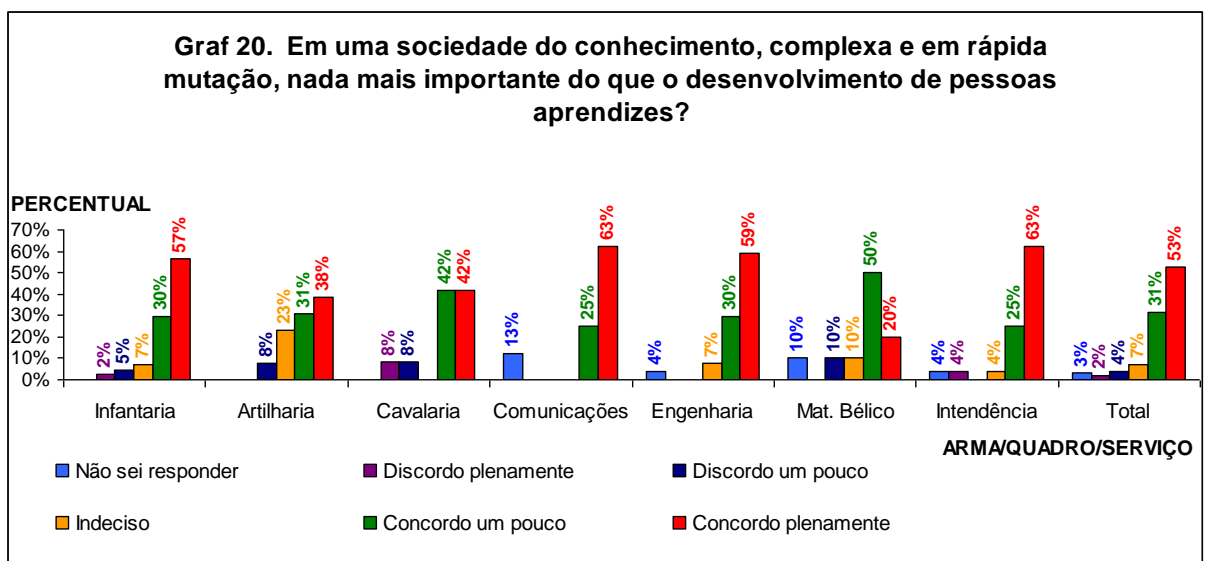
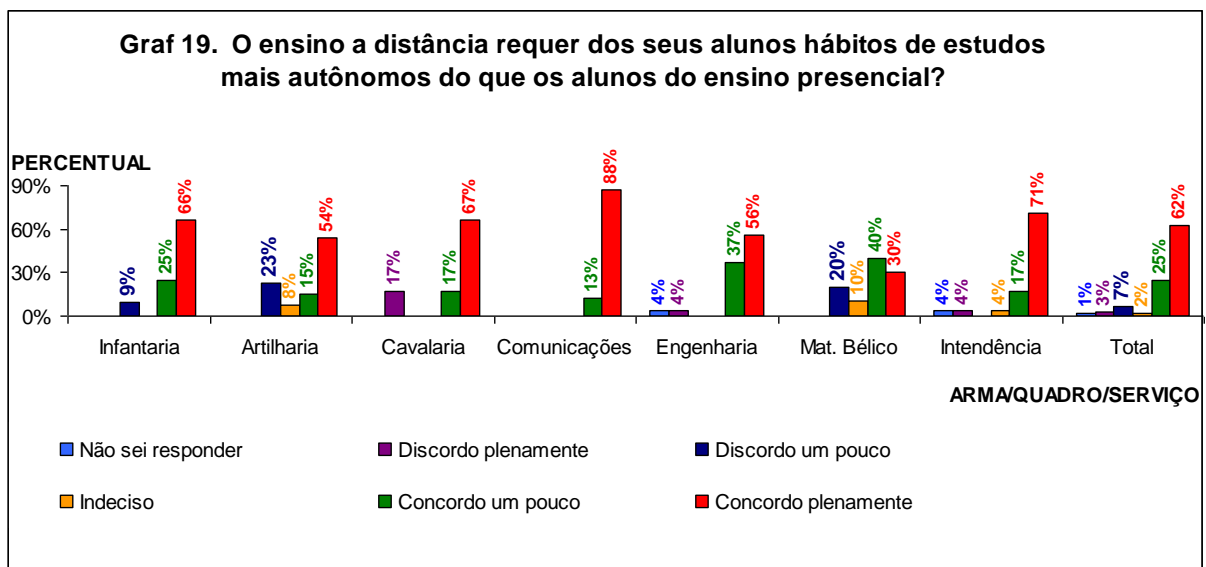
Mas, no gráfico 14 a informação é a de que este mesmo ensino não atende de forma personalizada os alunos e ainda, a informação do gráfico 8 é de que os recursos mais interativos foram poucos preferidos (chat com 6% e conferência com 2%). No entanto, opinaram que a interatividade é uma condição de eficácia para o processo educacional a distância (gráfico 28).



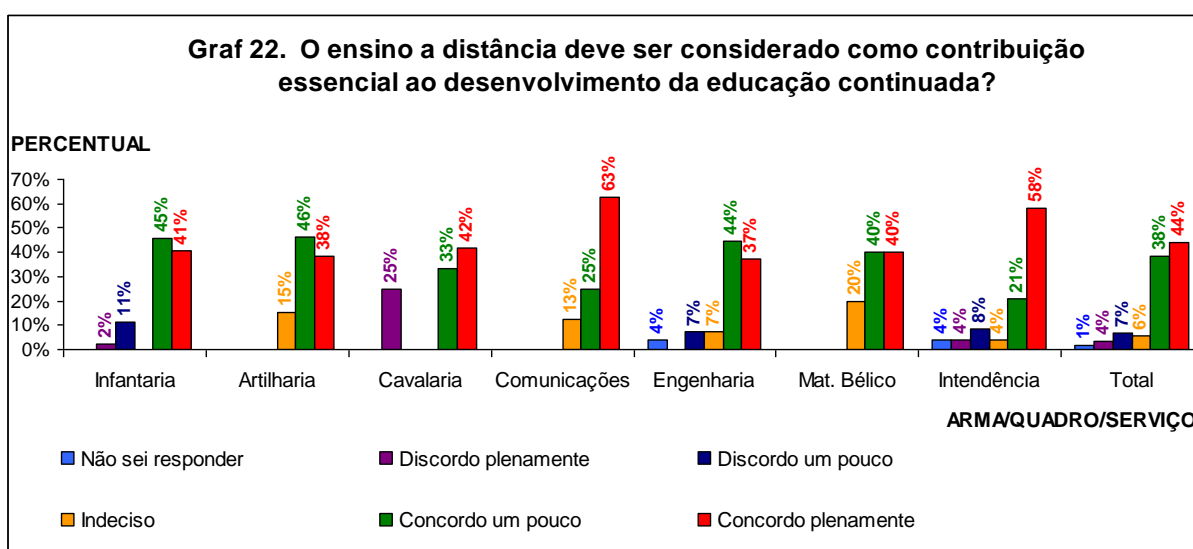
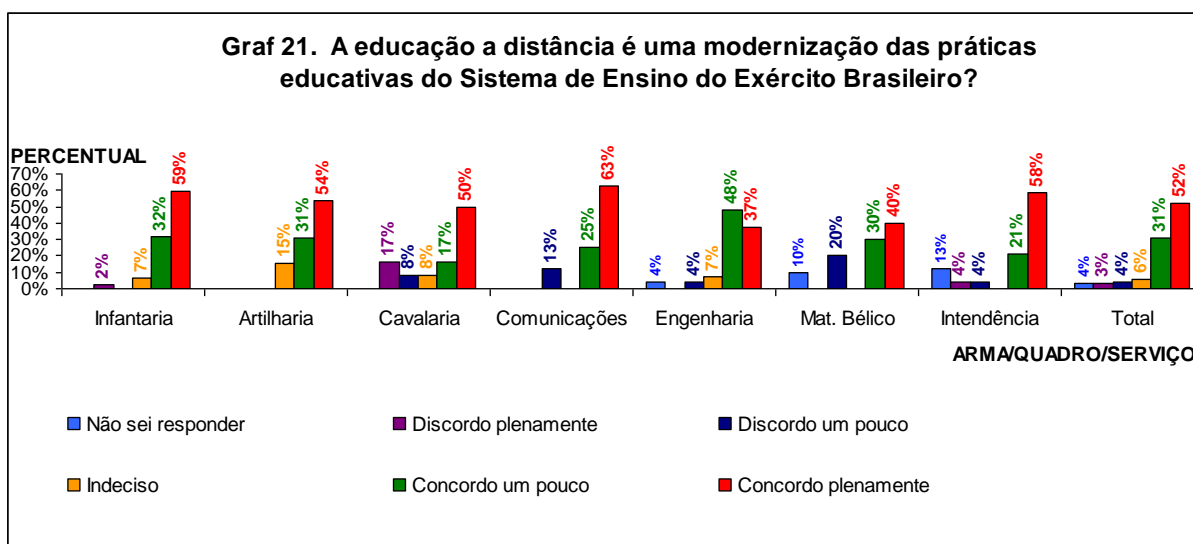
A concordância com a ideia do ensino ser é um ponto forte no Exército é clara. Contudo, discorda-se (47%) da ideia da EAD como prioridade para capacitação profissional (gráfico 18). Os objetivos do SEAD em expandir a capacidade do SEE e contribuir na capacitação dos militares ainda não é uma ação sentida.



Indiscutivelmente, os militares percebem que alunos virtuais precisam ter hábitos de estudos autônomos (gráfico 19). Associa-se tal tendência àquela demonstrada quando concordaram que cursos baseados nas NTICs favorecem a autogestão do estudo (gráfico 17). Também é homogênea a concordância (84%) de que vivemos em uma sociedade que exige pessoas aprendizes (gráfico 20), que vivemos a cultura da aprendizagem. Por isso mesmo, a tecnologia foi considerada é um instrumento capaz de potencializar o aprendizado (gráfico 24), assim como real a possibilidade da sociedade se transformar em um “nó de relações” com indivíduos isolados e sós (gráfico 25).

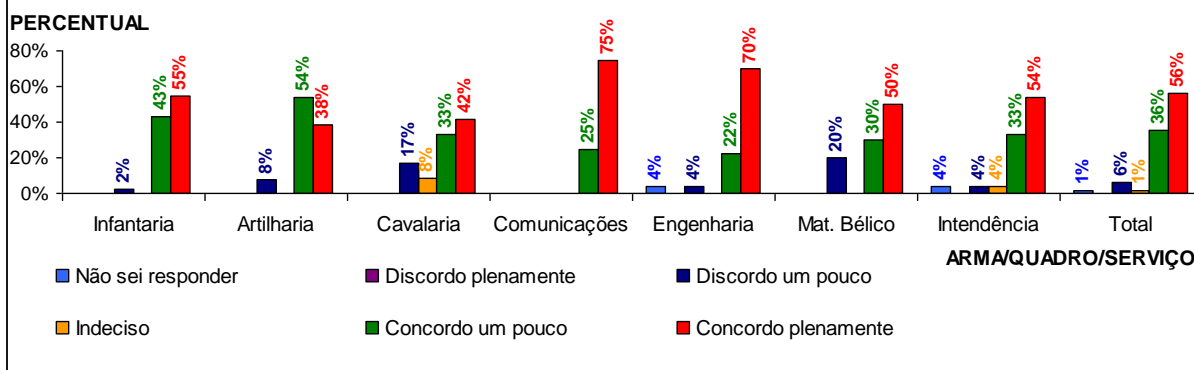


A EAD é percebida como uma modernização das práticas educativas (gráfico 21), permitindo-se aventar que eles percebem a EAD como parte do Processo de Modernização do Ensino. Inclusive, a compreende como elemento essencial para o desenvolvimento da educação continuada (gráfico 22), argumento para o investimento institucional nesta modalidade de ensino.

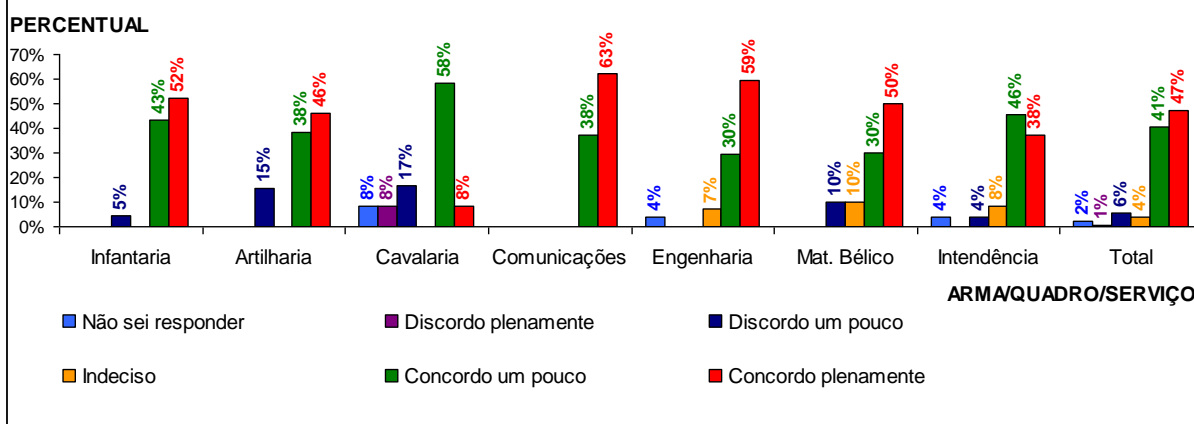


O uso de tecnologias no ensino presencial, orientação do Processo de Modernização do Ensino, foi percebida como favorável ao desenvolvimento da cultura da informática (gráfico 23) cuja finalidade é incentivar, dentre outras ações, atitudes pró-tecnologia na educação militar.

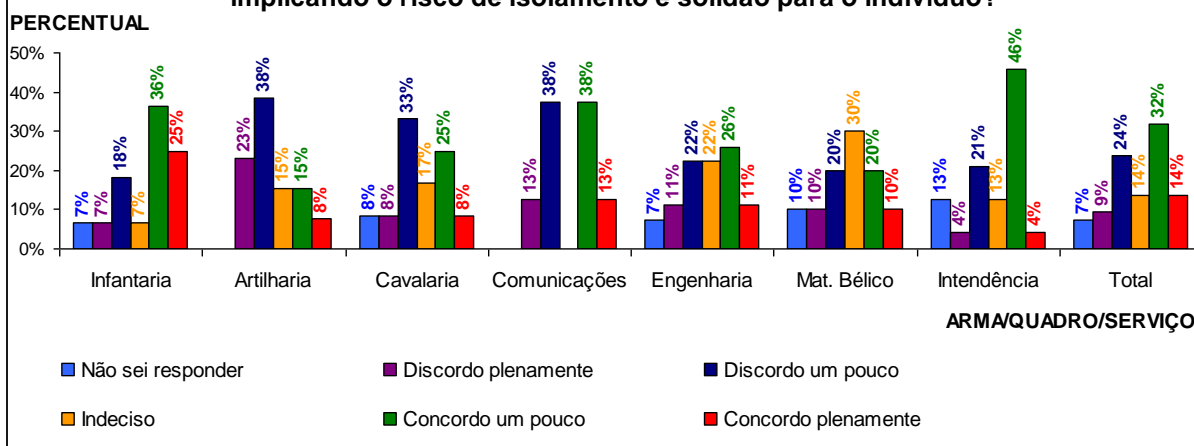
Graf 23. A ampliação dos recursos de informática ou da Tecnologia da Informação nos cursos presenciais favorece o desenvolvimento da cultura da informática na Instituição?



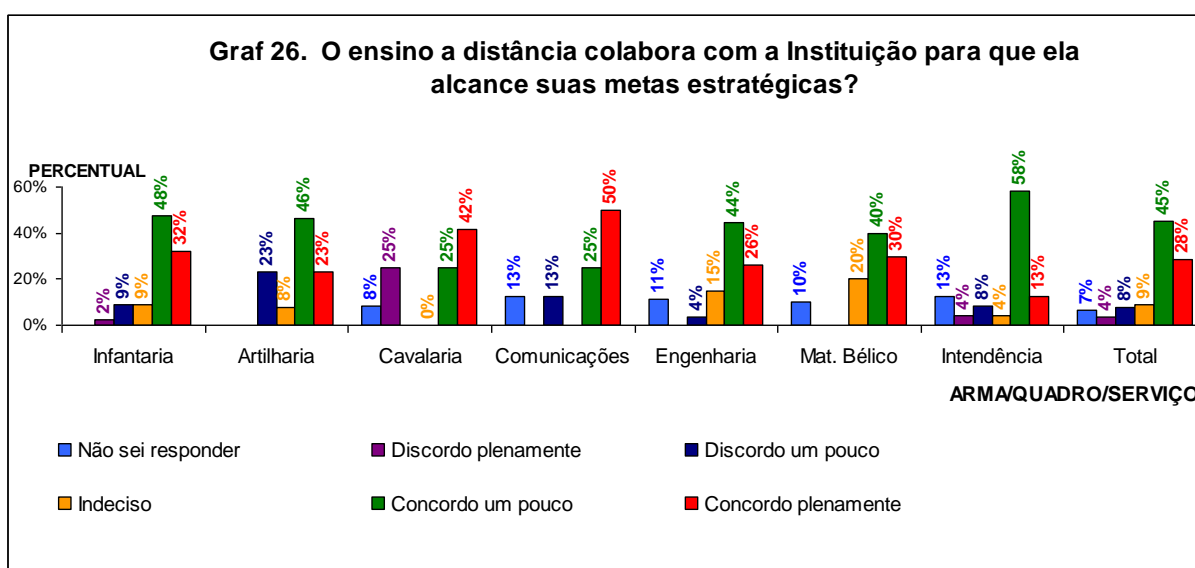
Graf 24. A tecnologia expande o potencial de aprender, desenvolve uma abordagem mais flexível e reflexiva no indivíduo?



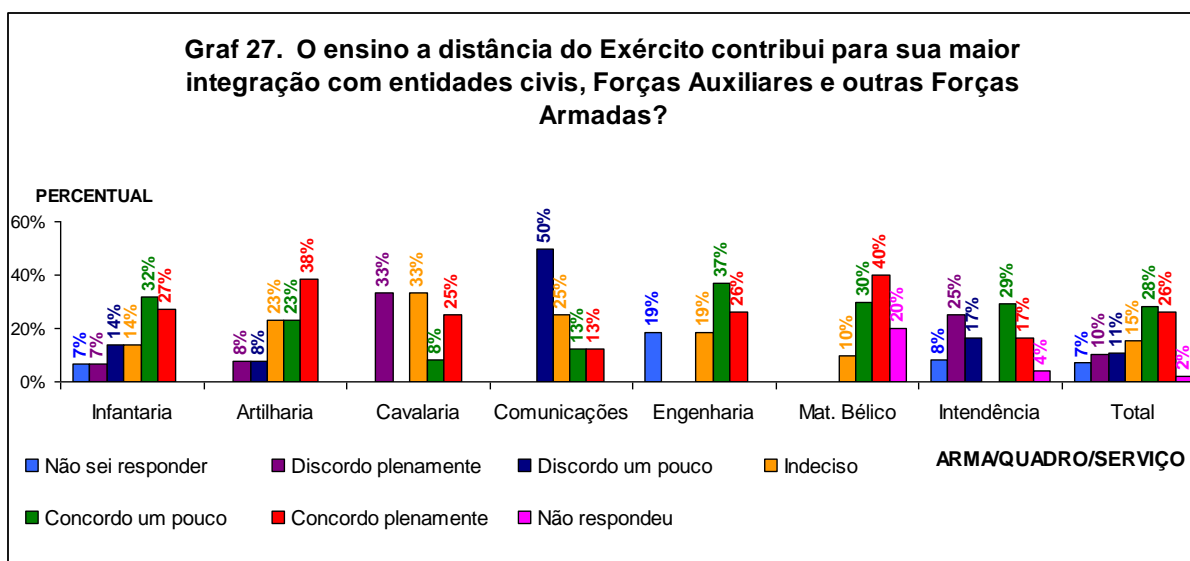
Graf 25. A sociedade informática está em vias de transformar o mundo num “nó de relações interdependentes, nervosas, agitadas e tensas”, implicando o risco de isolamento e solidão para o indivíduo?



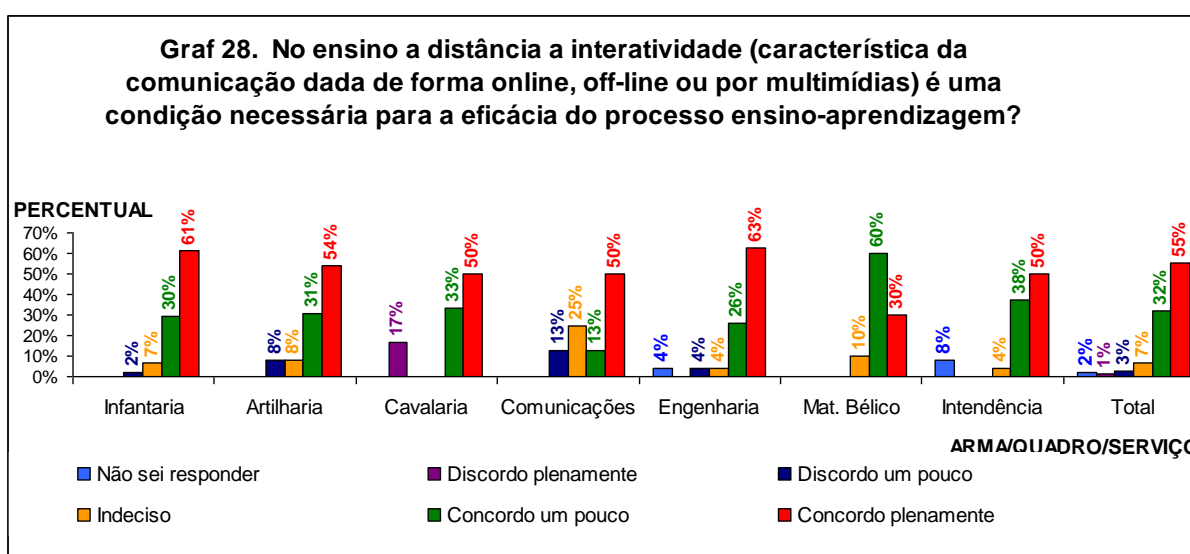
Definitivamente a tendência de concordância com o discurso oficial de que o ensino é o ponto forte, que contribui com as metas estratégicas da Instituição e de que a EAD é um elemento capaz de modernizar as práticas educativas e, conseqüentemente, capacitar os seus integrantes é confirmada diante de 73% de aceitação da assertiva do gráfico 26 e combinado com os resultados dos gráficos 15 (86%), 16 (70%), 20 (84%), 21 (83%), 22 (82%) e 23 (92%).



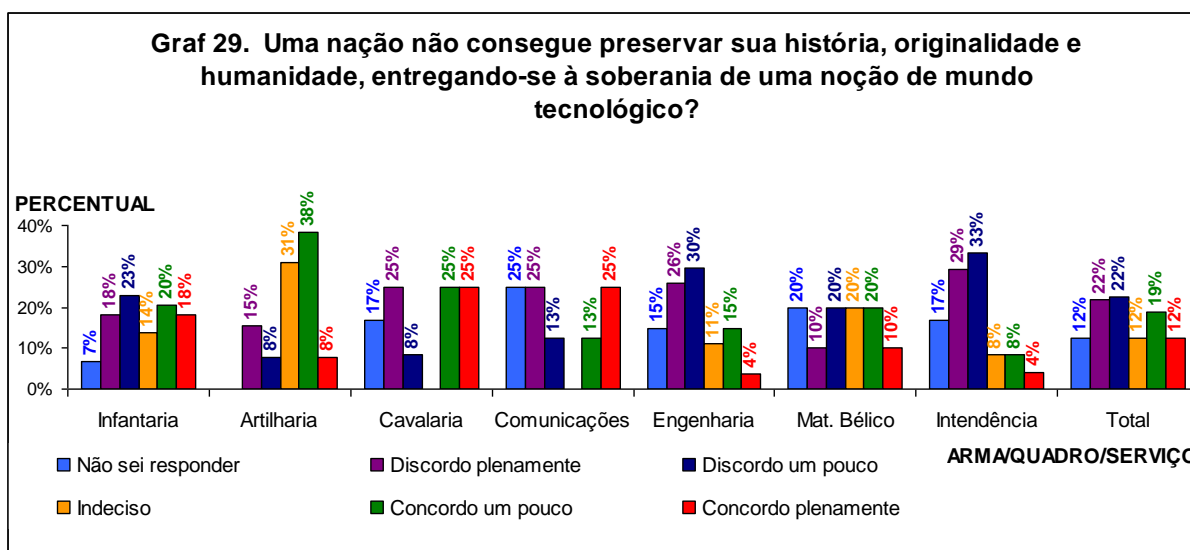
A assertiva sobre a possibilidade da EAD contribuir com a integração com outras entidades recebeu 54% de anuência (gráfico 27). Este dado nos causa estranheza em virtude de oferta de cursos de graduação e pós-graduação, em convênio com outras entidades. Além do que, a integração é uma meta estratégica e a EAD contribui para que a organização as alcance, item de concordância conforme gráfico 26.



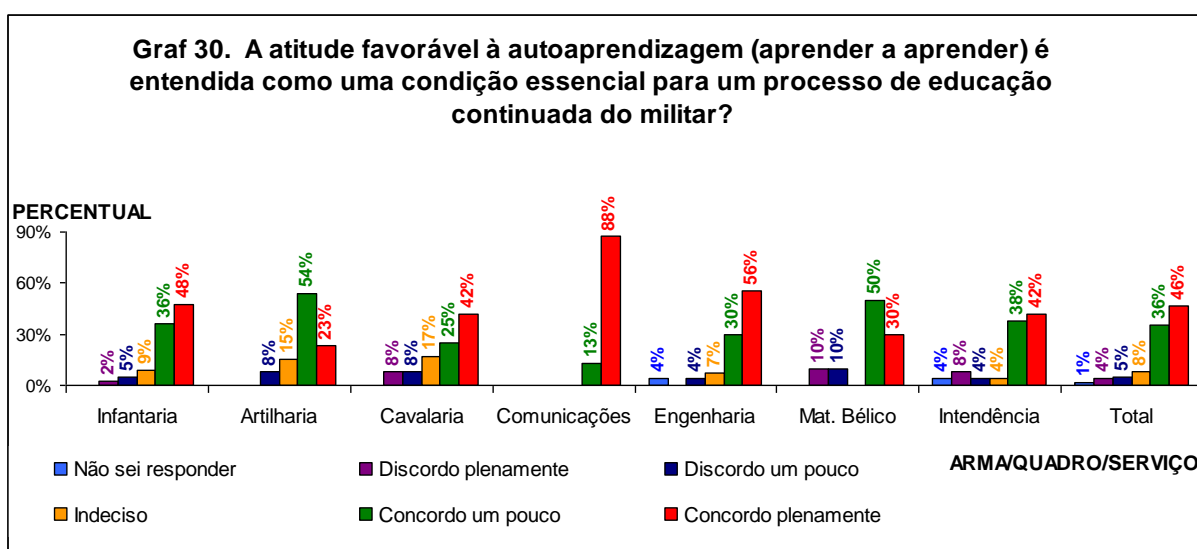
A amostra opinou que a interatividade (gráfico 28) e uma tutoria atuante (gráfico 31) são condições para uma EAD de qualidade, ao receber 87% e 92% de concorde, respectivamente.

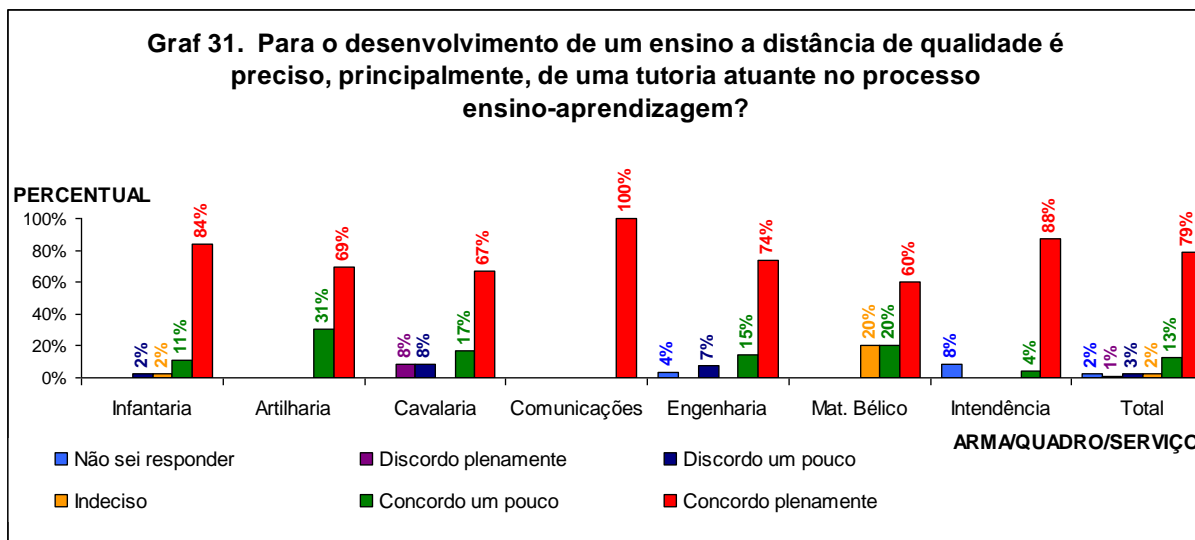


Perguntados se uma nação consegue preservar sua história, entregando-se à soberania do mundo tecnológico, 44% têm a tendência de concordar e 31% de discordar (gráfico 29). Combinado com o resultado, também de concordância, veiculado pelo gráfico 25 sobre a possibilidade da sociedade se transformar em um “nó de relações” com indivíduos isolados e sós, podemos interpretar que a amostra aceita a sociedade tecnológica pode manter suas tradições e origens.



A amostra reconhece (82%) que uma atitude favorável para “aprender a aprender” é condição para a educação continuada (gráfico 30). Reconhece, ainda, que a EAD é essencial para o a educação continuada (gráfico 22). Logo, identifica que a atitude favorável para “aprender a aprender” é condição da EAD. O pilar da proposta pedagógica aparece nitidamente como categoria da EAD do Exército.





Em perguntas abertas, os capitães elegeram a categoria do pragmatismo (gráfico 32) como a grande vantagem do uso da EAD na Instituição, seguido do baixo custo e da categoria de informação e conhecimento, com ideias de aperfeiçoamento, atualização, adaptação, aprendizagem. Eles citam a administração do tempo pelo aluno, a comodidade de estudar em casa, a compatibilidade com as atividades laborais, a facilidade de acesso ao conteúdo como exemplos da praticidade da modalidade.

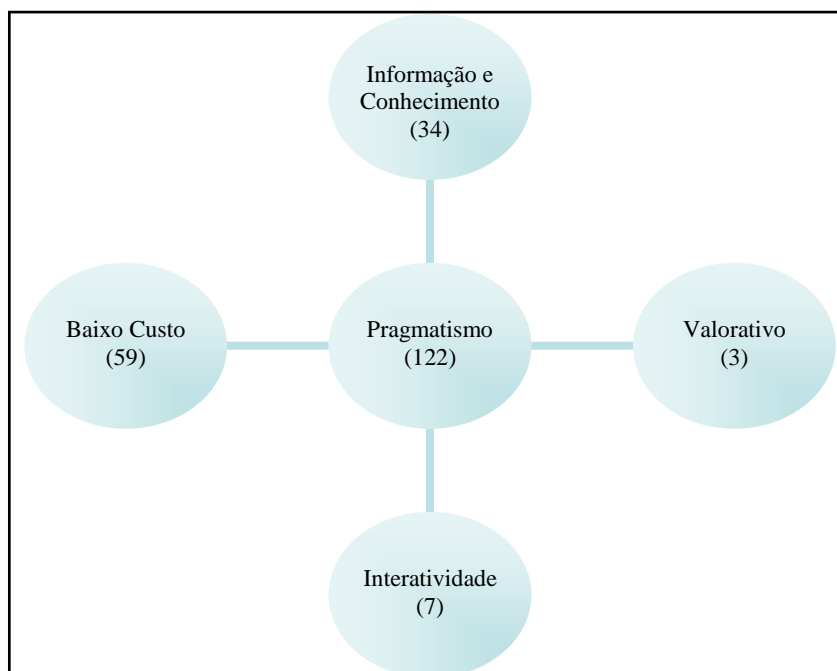


Gráfico 32 – Vantagens do uso da EAD no Exército

Da mesma forma, selecionaram ideias de dificuldades com a tutoria, com a orientação, com a correção da aprendizagem, a falta de interação, a indisposição de recursos tecnológicos, a dependência da internet, agrupadas na categoria de recursos, tutoria e interação (gráfico 33), como as desvantagens da modalidade. Outra desvantagem assinalada é quanto a autonomia, isto é, quanto à gestão da sua própria aprendizagem, descritas como dificuldades de se dedicar, de ter disciplina nos estudos e de ter controle sobre o tempo.

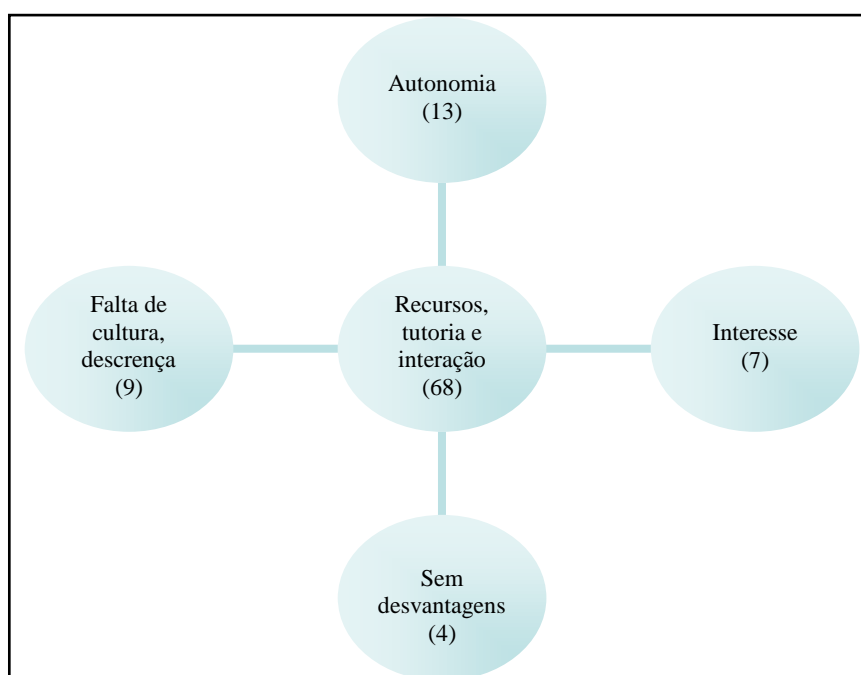


Gráfico 33 – Desvantagens do uso da EAD no Exército

Por fim, opinam que mudou na sua concepção de ensino-aprendizagem foi a autonomia e a crença na modalidade (gráfico 34). Eles narram que aprenderam buscar informações, a pesquisar, a “aprender a aprender”, o que foi assinalado, anteriormente, como desvantagem. Nesta questão obtivemos respostas desconsideradas por serem deixadas em branco ou não serem pertinentes, além de respostas de teor positivo ou negativo à modalidade.

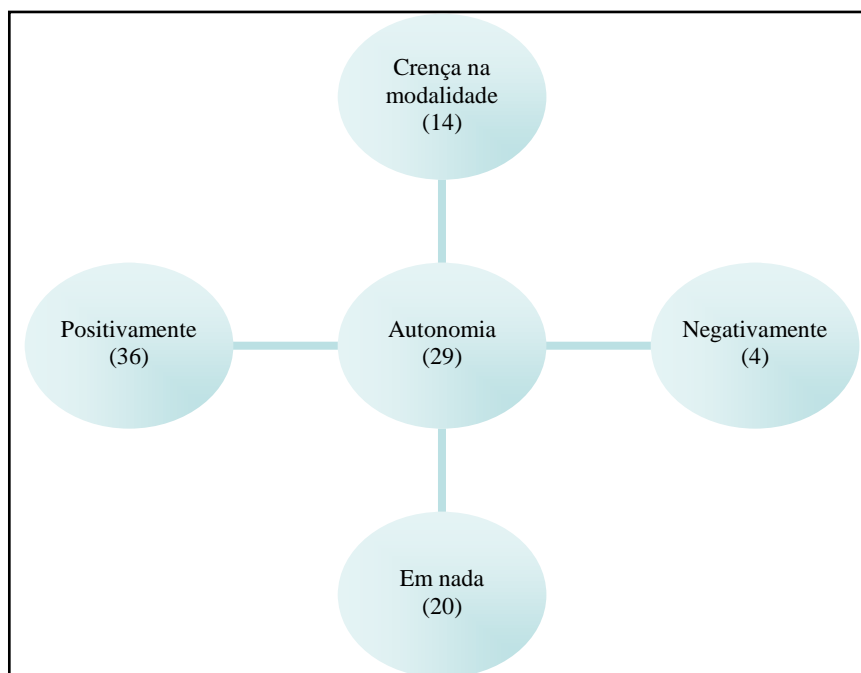


Gráfico 34 – O mudou na sua concepção de ensino-aprendizagem após a experiência de curso a distância?

Atitude pode ser definida como uma disposição interna do indivíduo perante um elemento do mundo social que orienta a conduta que se adota na presença desse elemento. As atitudes desempenham uma função de ajustamento, mas podem também funcionar como um obstáculo à viabilização de projetos institucionais. Mitchell e Geva-May (2009) apresentam pesquisa sobre como as atitudes afetam a implementação de aprendizagem online e relatam que a relutância intelectual, a tutoria ou suporte, a mudança e o custo-benefício. afetam a implementação da EAD.

Se atitude é “uma organização de crenças, relativamente duradoura, em torno de um objeto ou situação que predispõe que se responda de alguma forma preferencial” (ROKEACH, 1981, p. 91), modificá-la seria reorganizar o conteúdo de sua composição seja ela cognitiva (pensamentos), emocional (afetos), comportamental (intenções) e/ou social.

Myers (1999; 2000) descreve que atitudes derivadas de experiência são mais prováveis de perdurarem e que a influência social sobre elas pode ser percebida no comportamento coletivo. Entretanto se uma tensão entre dois pensamentos ou convicções é incoerente em termos psicológicos, é provável que se produza uma dissonância (tensão) cognitiva e, conseqüentemente, uma provável mudança de atitude.

Os resultados da pesquisa revelaram que os oficiais têm uma atitude favorável à EAD em virtude da influência do contexto sócio-cultural em que estão inseridos, mas com tensões

cognitivas claras: crença de que alunos do ensino presencial têm melhor desempenho do que alunos virtuais; tendência favorável a reconhecer que cursos baseados nas NTICs favorecem a autogestão da aprendizagem *versus* tendência desfavorável em reconhecer que os recursos da EAD favorecem uma individualização da aprendizagem; autonomia como a vantagem e a desvantagem do uso da modalidade.

O discurso oficial sobre a modalidade de ensino em questão está interiorizado pelos seus integrantes, mas não é incorporada à ideia concebida por eles do ensino presencial. O ensino e, leia-se ensino presencial, é ponto forte, é prioridade para capacitação dos integrantes da organização. A EAD não é percebida como parte deste ensino militar, visto que não há adesão em reconhecê-la como prioridade para capacitação. Ela está vinculada à ideia de educação continuada, à parte do itinerário formativo.

Os argumentos pró-EAD se vinculam às categorias pragmáticas como, por exemplo, redução de custo, menor interferência na rotina de trabalho, atendimento maior de alunos, facilidade de acesso, sem considerá-la como elemento de um projeto pedagógico, de uma educação corporativa ou mesmo de potencialidade de aprendizagem. Os argumentos contra vão desde a impessoalidade até à crítica sobre a falta de cultura para sua implantação.

O diálogo entre o discurso e a atitude pode ser considerado incipiente, amigável, pouco explorado, que precisa discutir a tendência de priorizar a técnica e tecnologia da modalidade e ampliar as possibilidades para a formação do oficial e para o desenvolvimento da Instituição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação a distância (EAD) como modalidade de ensino mediada por tecnologias da informação e comunicação (TIC) é considerada em muitas das vezes como solução para problemas educacionais. Aliada a poderosas ferramentas tecnológicas e digitais alcança sujeitos dispersos geograficamente, em uma abrangência inegável.

As tecnologias digitais, marca das últimas gerações da EAD, permitem novos ganhos de interação e mediação por diminuírem a distância física entre alunos e professores, de forma que haja mais comunicação síncrona entre os participantes e de igual forma mais mediações nas situações de ensino-aprendizagem por meio de recursos *online* (chats, teleconferências, *wiki*) suportados por banda larga. Este ferramental facilita a interação social e a mediação pedagógica, a partir da assunção de práticas que objetivem uma aprendizagem flexível ou colaborativa de modo a contribuir com uma formação reflexiva e autônoma do indivíduo. Respalhada por teorias comunicacionais, psicológicas e pedagógicas, as tecnologias associadas ao modelo de EAD ressignificam o valor da modalidade junto à sociedade visto que se amplia o potencial de aprendizagem, tema da modernidade.

Como construção histórica e social da sociedade informacional carrega características que atendem ao rejuvenescimento do capitalismo e aos novos sistemas de produção e de formação, que quando utilizadas como argumentos favoráveis se parecem com inventários de qualidades: baixo custo, facilidade de acesso ao conteúdo, comodidade por se estudar em casa, autonomia do aluno, etc. Nesse sentido, a EAD pode ser compreendida como um potencial instrumento para as reformas educacionais e não pode ser desvinculada da proposta política-pedagógica do sistema na qual está inserida.

De acordo com o discurso oficial da organização estudada, a atividade de ensino é fundamental para promover o aperfeiçoamento profissional de seus integrantes, de maneira que o Exército possa enfrentar os desafios do futuro e cumprir com sua missão constitucional. O discurso acessado em forma de atos normativos (leis, regulamentos, diretrizes, normas) ou de estudos (relatórios e pareceres) é uma ordem expressa para cumprimento. Sua lógica é a de que sempre é possível modernizar e/ou transformar; lógica que supõe um atraso de se acompanhar as mudanças tecnológicas, as mudanças da era da informação. Para tanto, apóia iniciativas como o Processo de Modernização do Ensino (PME) e o Processo de Transformação do Exército (PTEB) para que as práticas educativas possam ser revistas e adequadas aos pleitos dos dirigentes da Instituição.

No Exército, a educação a distância surgiu embrionariamente com a promoção da cultura da informática, com a finalidade de “permitir que o aluno integre o computador ao espectro de suas capacitações, tornando-o um meio de utilização permanente na sua interação com o ambiente em que vive” (BRASIL, 1994a, p.65), ambiente cultural produzido pelo homem contemporâneo. Segundo o relatório “A política educacional para o Exército Brasileiro ano 2000: fundamentos”, documento orientador do PME, a cultura da informática é uma medida institucional para se enfrentar a era do conhecimento cuja demanda será uma alta capacidade adaptativa do homem. Sinalizada como um vetor de modernização, a EAD foi normatizada pelas Diretrizes para o ensino a distância (1994) com as finalidades de consolidar a política de educação continuada e ampliar a capacidade do seu sistema de ensino. Atualmente, empregada em suas últimas gerações, isto é, com o uso do computador e as redes de computadores, pode ser considerada um vetor do PME que mais amalgamou ideias como a educação continuada, o autoaperfeiçoamento, o aprender a aprender e a ampliação de recursos midiáticos no ensino. Todavia, como parte de um projeto político-pedagógico institucional deve ir além de oferta de materiais multimídias e redução de custos para que possa contribuir na formação profissional do militar.

No bojo da discussão sobre incorporação da EAD no projeto político-pedagógico da Instituição surgem dois aspectos: as referências pedagógicas escolanovistas e a compreensão neutra da tecnologia. Quanto à teoria pedagógica adotada e enunciada nas documentações normativas, pode-se afirmar que são prescrições construídas a partir de uma interpretação das ideias de Dewey, Piaget e Perrenoud. Há indicações claras da importância da atividade metacognitiva do aluno militar como condição para seu desenvolvimento e para uma desejosa formação flexível capaz de adaptar o militar às inovações velozes, próprias da sociedade contemporânea e marcada pela evolução tecnológica. Quanto à compreensão da tecnologia, lida-se com o status determinista segundo tipologia de Feenberg (2003). Certos discursos nos mostram todo o poder que é atribuído a tecnologia em si: “nenhum sistema de ensino [...] poderá fazer frente à velocidade, cada vez mais acelerada, com que novos conhecimentos são produzidos e as inovações tecnológicas ocorrem” (EME, 1994a, p.65). É a visão do avanço tecnológico como força motriz da história, onde o valor atribuído à tecnologia é o da eficiência. Logo, as qualidades da EAD já citadas advêm desta visão e se integra ao discurso burocrático e racional da Instituição, que historicamente se constitui por reformas modernizadoras na qual o ensino é componente indispensável para isto.

A modernização da força e a profissionalização do militar abrem novas questões ao ensino. O discurso normativo do ensino forjado nas teorias tecnicistas, escolanovistas e cognitivistas, portanto, híbrido, pressupõe que ensinar na corporação é uma atividade de treinamento e aprendizado técnico, seguidos por uma avaliação dos resultados. De maneira que uma taxionomia de objetivos educacionais atende àquele pressuposto, inclusive para a EAD, já que seu desenho pedagógico também obedece à normatização do ensino. No entanto, as políticas do Ministério da Defesa ao postular que o militar deve possuir qualificação (flexibilidade, domínio da tecnologia e do conhecimento científico) e rusticidade e o PTEB, projeto transformador da Instituição que confere forças à implantação da educação por competências, tensionam as bases conceituais do ensino militar. Novas questões educacionais são postas, como: seleção de conteúdos curriculares, reformulação epistemológica da aprendizagem, inclusão diferenciado das NTICs no projeto pedagógico, a implantação da educação por competências, entre outros.

Outra especial observação é quanto à responsabilidade atribuída ao indivíduo, ao militar, na condução de sua formação. A política de ensino preconiza que o autoaperfeiçoamento e o “aprender a aprender” sejam indissociáveis e os advoga em prol da consecução dos objetivos institucionais. Sem critérios epistemológicos, a Instituição os sinonimizou. Autoaperfeiçoamento por ser definido como atitude para autoaprendizagem é também “aprender a aprender”. No entanto, o lema escolanovista que impregna o discurso oficial, pode ser encontrado em documentos mais recentes, do fim da década de 90, já influenciado pelas teorias da psicologia cognitiva como estratégia de aprendizagem, assumindo-o como corolário de uma educação vanguardista. O ensino, incluindo aí a educação continuada e a EAD, requer única e obrigatoriamente do aluno uma atitude voltada para o autoaperfeiçoamento.

Ao investigar se as atitudes dos militares são favoráveis à EAD (aos seus elementos pedagógicos e a política educacional) se percebe que os alunos de cursos na modalidade apresentam atitudes favoráveis em virtude da influência da cultura organizacional, ou seja, das ordens emanadas pelo discurso oficial e normativo que serão interiorizadas em virtude do aprendido mecanismo ou princípio da disciplina intelectual. Ainda, tratando-se dos achados da pesquisa, tensões cognitivas sobre o objeto são indicadas, até por não reconhecê-lo como uma prática do ensino militar, do ensino presencial considerado ponto forte da corporação. Sugere-se como uma das causas o elemento estranho ao contrato convencional entre o aluno e SEE, a parceria da Fundação Trompowsky para a implantação e desenvolvimento da modalidade no sistema.

Dos resultados da pesquisa, não foram despercebidas as autoavaliações medianas dos militares que compuseram a amostra sobre suas habilidades frente à tecnologia. A habilidade técnica reduzida dos militares vai de encontro às exigências de um ambiente cibernético, setor de defesa nacional do qual o Exército é responsável perante o Ministério da Defesa. O militar do século XXI precisa dominar tecnologias para atuar em conflitos da atualidade, isto é, em Guerra de Quarta Geração ou assimétrica (BRASIL, 2008d; COTER, 2009), assim como para atuação em rede, pertinente à sociedade descrita por Castells (2002). Secundariamente, a capacidade limitada cria por si só resistências à adoção de um ensino mediado pelas NTICs.

Como contribuição para aprimoramento deste vetor estratégico da política de formação humana do Exército, a EAD, apresentamos as seguintes ações:

1) inclusão das NTICs no ensino presencial, de forma a criar cultura do uso de tecnologias diversas e desmistificar o aprendizado mediado por elas, sem caracterização da modalidade a distância. É o uso da tecnologia como apoio à pesquisa e ao ensino. Deve-se incluí-la nos colégios militares e nos cursos regulares sem caráter de aula de informática e sim, como ferramenta complementar e/ou potencializadora de situações de ensino-aprendizagem;

2) ajustes do projeto pedagógico da EAD que assegurem sua integração ao ensino militar como os militares o compreendem e que propiciem experiências educacionais diferenciadas, de maneira a avançar sobre um referencial tecnicista ou instrumental; e

3) capacitação a fim de que se consolide habilidades técnicas mais compatíveis com o setor e ambiente cibernéticos.

Os projetos descritos a cima, assim como os que já existem, devem ir além do rigor do documento que os prescreverão. Deve-se considerar o processo de aprendizagem, sem importar a modalidade de ensino. É o ato de aprender dado de dentro para fora do indivíduo que passa a ser investimento da corporação e, porventura, do país. Formar para si ganha novas repercussões políticas.

A transformação do Exército e do seu ensino só podem ser compreendidos pelo contexto sociopolítico no qual a Instituição se insere, com obstáculos diante da cultura organizacional, da modernidade administrativa, da dependência tecnológica, do paradigma da ciência moderna, do incipiente diálogo com a sociedade civil; encontrando certezas quanto a sua naturalidade de evoluir. É diante disto que a educação a distância desponta no cenário educacional militar para contribuir na formação do soldado, apresentando-se como alternativa estratégica de educação continuada, de incrementos à aprendizagem autônoma e de trabalho

colaborativo. A educação a distância no Exército, produto e processo de sua modernização, está posta à serviço de uma proposta política inovadora, porém conservadora e cumulativa do *status quo* institucional.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Caetano M. de F. **Dicionário técnico militar de terra**. Lisboa: Typographia do Annuario Commercial, 1911.

AMARANTE, José Carlos. **O voo da humanidade: e 101 tecnologias que mudaram a face da terra**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2009. 414 p. (Coleção General Benício, 458).

ANTISIERI, Dario; REALE, Giovanni. A Revolução Científica. In: _____. **História da filosofia: do Humanismo a Kant**. São Paulo: Paulus, 1990. v. 1. 956 p. p. 185-319.

AZEVEDO, Janete M. L. de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004. 75 p. (Coleção polêmicas do nosso tempo, 56).

BASTOS FILHO, Jayme de Araujo. **A Missão Militar Francesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994. 173 p. (Coleção General Benício, v. 299).

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. 334 p.

BEM, Daryl J. **Convicções, atitudes e assuntos humanos**. São Paulo: EPU, 1973. 189 p.

BOAVIDA, João. **Educação: objectivo e subjectivo, para uma teoria do itinerário educativo**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1998. 144 p. (Coleção ciências da educação, v. 29).

BOBBIO, Norberto; METTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: Editora da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. v. 2. 651 p. I a Z.

BRÜSEKE, Franz Josef. A modernidade técnica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online], v. 17, n. 49, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 02 set. 2010. p. 135-173.

BRASIL. Exército Brasileiro. Centro de Instrução de Artilharia de Costa. **Matéria VII: Métodos de Instrução**. Rio de Janeiro, 1940. 56 p. Notas de Aulas organizados pelo Coronel Rodney Smith.

_____. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército (EME). **A política educacional para o Exército Brasileiro ano 2000: fundamentos**. Brasília, 1994a. Paginação irregular. Arquivo da Assessoria de Desenvolvimento e Avaliação Educacional do Departamento de Educação e Cultura do Exército.

_____. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército (EME). Portaria nº 062, de 31 de outubro de 1994. Diretrizes para o Ensino a Distância no Exército Brasileiro. Brasília, 1994b. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, 11 nov. 1994

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996a. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 22 maio 2006.

BRASIL. Exército Brasileiro. Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP). **Fundamentos para a Modernização do ensino**: relatório do Grupo de trabalho para o estudo da modernização do ensino, GTEME. Documento nº 49. Rio de Janeiro, 1996b. 21 f. Arquivo da Assessoria de Desenvolvimento e Avaliação Educacional do Departamento de Educação e Cultura do Exército.

_____. Exército Brasileiro. Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP). Portaria nº 25, de 06 de setembro de 1996. Diretriz para a modernização do ensino na área do Departamento de Ensino e Pesquisa. Rio de Janeiro, 1996c. Boletim Interno.

_____. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército (EME). **História do Estado-Maior do Exército, 1984-1996**. Brasília: EME, 1996d. 311 p.

_____. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). **A reforma do Estado dos anos 90**: lógica e mecanismos de controle. Brasília, 1997. 58 p. (Cadernos MARE da reforma do estado, c. 1). Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 13 maio 2010.

_____. Exército Brasileiro. Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP). **Sistema de Ensino no Exército**: apresentação. GTEME. 1998a. CD-ROM. Arquivo da Assessoria de Desenvolvimento e Avaliação Educacional do Departamento de Educação e Cultura do Exército.

_____. Exército Brasileiro. Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP). Portaria nº 12, de 12 de maio de 1998. Aprova a Conceituação dos atributos da área afetiva. Rio de Janeiro, 1998b. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, 29 maio 1998. n. 22.

_____. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército (EME). Portaria nº 92, de 26 de setembro de 1997. Aprova o Manual Técnico T 21-250 – Manual do Instrutor. 3. ed. Brasília, maio 1998c.

_____. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). **Programa de reestruturação e qualidade dos Ministérios**. Brasília, 1998d. 47 p. (Cadernos MARE da reforma do estado, c. 12). Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 13 maio 2010.

_____. Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999. Dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro, e dá outras providências. 1999a. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.

_____. Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999. 1999b. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.

_____. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército (EME). Portaria nº 013, de 27 abril de 1999c. Diretrizes Gerais para o Ensino a Distância no Exército Brasileiro. Brasília, 1999. **Boletim do Exército**, Brasília, DF.

_____. Exército Brasileiro. Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP). Portaria nº 102, de 28 de dezembro de 2000. Aprova as Normas para elaboração do conceito escolar (NECE). Rio de Janeiro, 2000a. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, 02 fev. 2001. n. 5.

BRASIL. Exército Brasileiro. Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP). Portaria nº 103, de 28 de dezembro de 2000. Aprova as Normas para elaboração e revisão de currículos. Rio de Janeiro, 2000b. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, 02 fev. 2001. n. 5.

_____. Exército Brasileiro. Comandante do Exército. Portaria nº 715, de 06 dezembro de 2002. Aprova a política de ensino. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, 20 dez. 2002. n. 51.

_____. Exército Brasileiro. Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP). Portaria nº 26, de 03 de abril de 2003. Aprova as Normas para avaliação educacional. Rio de Janeiro, 2003. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, 11 abr. 2003. n. 15.

_____. Exército Brasileiro. Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEEx). **Obstáculos à modernização do Exército**: uma abordagem sobre a cultura organizacional. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.eme.eb.mil.br/ceeex/ciclos_estudos.html>.

_____. Exército Brasileiro. Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEEx). **Obstáculos à modernização do Exército**: uma abordagem sobre o ensino. Brasília, 2008a. Disponível em: <http://www.eme.eb.mil.br/ceeex/ciclos_estudos.html>.

_____. Exército Brasileiro. Comandante do Exército (Cmt Ex). Portaria nº 338, de 26 maio de 2008. Sistema de Planejamento do Exército: Diretriz estratégica de Educação. Brasília, 2008b. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, 30 maio 2008. n. 22.

_____. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército (EME). Portaria nº 091, de 21 de outubro de 2008. Reconhece e credencia estabelecimentos de ensino do Exército como habilitados a conduzir cursos e estágios gerais na forma de Ensino a Distância (EAD). Brasília, 2008c. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, 31 out. 2008. n. 44.

_____. Ministério da Defesa (MD). **Estratégia Nacional de Defesa**. 2008d. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br>>. Acesso em: 21 jan. 2010.

_____. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército (EME). Portaria nº 075, de 10 de junho de 2010. Diretriz para implantação do processo de transformação do Exército Brasileiro. **Boletim do Exército**, Brasília, 2010a., 18 jun. 2010. n. 24.

_____. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército (EME). Portaria nº 185, de 21 dezembro de 2010. Diretrizes Gerais para a Educação a Distância no Exército Brasileiro. Brasília, 2010b. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, 31 dez. 2010. n. 52.

_____. Exército Brasileiro. Centro de Estudos do Pessoal (CEP). **Programa O profissional militar do século XXI**. Rio de Janeiro, 2011a. 11 p.

_____. Exército Brasileiro. Centro de Estudos do Pessoal (CEP). **Programa O profissional militar do século XXI**: implantação da educação por competências na formação de oficiais da linha de ensino bélica. Rio de Janeiro, 2011b. 78 p.

_____. Exército Brasileiro. Centro de Estudos do Pessoal (CEP). Apresentação. Rio de Janeiro, 2011c. Disponível em: <<http://www.cep.ensino.eb.br/idiomas/apresentacao>>. Acesso em: 08 ago. 2011.

BRASIL. Exército Brasileiro. Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEEx).. Portal de Educação. Rio de Janeiro, 2011d. Disponível em: <<http://www.ensino.eb.br>>. Acesso em: 08 ago. 2011.

CARDOSO, Maria Luiza. Um livro didático na América portuguesa: o tratado de Aritmética, Geometria e Artilharia. In: Simpósio Internacional Livro Didático: Educação e História, 2007, São Paulo. **Anais**. São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2007.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas, São Paulo: Autores Associados; Niterói, RJ: EdUFF, 2005. p. 7-40.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. 222 p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 698 p. v. 1. (A era da informação: economia, sociedade e cultura).

_____. **A galáxia Internet**: reflexões sobre internet, negócios e sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. 325 p.

CHILCOAT, Richard A. Revolução na Educação Militar. **Military Review Brazilian**: revista profissional do Exército dos EUA. Centro de Armas Combinadas: Forte Leavenworth, Kansas, p. 73-79, nov./dez. 2000. Edição Brasileira.

COTER, CENTRO DE OPERAÇÕES TERRESTRES. Guerra assimétrica: adaptação para o êxito militar. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 95, n. 814, p. 4-11, maio/jun./jul./ago. 2009.

COVARRUBIAS, Jaime García. Os três pilares de uma transformação militar. **Military Review Brazilian**: revista profissional do Exército dos EUA. Centro de Armas Combinadas: Forte Leavenworth, Kansas, p. 16-24, nov./dez. 2007. Edição Brasileira.

DELORS, Jaques. Educação: um tesouro a descobrir. 6. ed. São Paulo, Cortez; Brasília, MEC: UNESCO, 2001. (Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI).

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO EXÉRCITO (DECEEx). Rio de Janeiro: DECEEx; 2011. [Acesso em 08 ago. 2011]. Portal de Educação. Disponível em: <<http://www.ensino.eb.br>>.

DIAS, Rosilâna; LEITE, Lígia Silva. **Educação a distância**: da legislação ao pedagógico. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 127 p.

DOMINGOS, Manoel. A disputa pela missão que mudou o Exército. **Revista Estudo de História**, São Paulo, v. 8, p. 197-215, 2001. Disponível em: <<http://www.nacionalidades.ufc.br>>. Acesso em: 27 fev. 2010.

_____. Acerca da modernização do Exército. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 23-47, set./dez. 2004.

EISENSTADT, S. N. **Modernização**: protesto e mudança, modernização de sociedades tradicionais. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. 224 p.

_____. **A dinâmica das civilizações**: tradição e modernidade. Lisboa: Edições Cosmos, 1991. 403 p.

FALLEIROS, Ialê. Parâmetros curriculares nacionais para a educação básica e a construção de nova cidadania. In: NEVES, Lúcia Maria W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005. p. 209-235. 308 p.

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 6, n. 14, p. 7-22. jan./abr. 1992. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 30 out. 2008.

FARIA, F. C. T. **O processo de modernização do ensino militar**: uma visão do Exército. 2000. 50 f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia). Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2000.

FÁZIO, Ednéia. **A política de ensino do Exército Brasileiro na Nova República**: o projeto de modernização (1985-2000). 2008. 144 f. Tese (Doutorado em História e Cultura Política). Universidade Estadual Paulista – UNESP, São Paulo, Franca, 2008.

FEENBERG, Andrew. O que é Filosofia da Tecnologia? Conferência pronunciada para estudantes universitários de Komaba, Japão, jun. 2003. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/38065335/Feenberg-Filosofia-Da-Tecnologia>>. Acesso em: 23 ago. 2010.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. 2. reimp. São Paulo: Globo, 2006.

FILATRO, Andrea. **Design instrucional contextualizado**: educação e tecnologia. São Paulo: Senac, 2004. 215 p.

FUNDAÇÃO TROMPOWSKY. Quem Somos. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.trompowsky.org.br/quemsomos.html>>. Acesso em: 16 maio 2011.

FURTER, Pierre. **Educação e vida**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1966. 221 p. (Coleção Educação e tempo presente, 5).

_____. **Educação permanente e desenvolvimento cultural**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975. 221 p.

FREITAG, B. **Piaget e a filosofia**. São Paulo: UNESP, 1991. 99 p.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. 210 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

GLEUBER VIEIRA, Gen Ex. Uma grande evolução. **Verde Oliva**: publicação do Centro de Comunicação Social do Exército, Brasília, DF, ano 26, n. 163, p. 4-10, set./out. 1998. Entrevista.

GONZALEZ REY, F. L. **Pesquisa qualitativa em Psicologia**: caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira, 2002, 188 p. Disponível em: <<http://books.google.com.br>>.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. 107 p.

HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e Conferências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 269 p. (Coleção pensamento humano).

HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o estado**: teoria e política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996. 548 p. (Coleção General Benício, 317).

KUHLMANN, Paulo Roberto Loyola. **Exército Brasileiro**: estrutura militar e ordenamento político (1984-2007). 2007. 172 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br>>. Acesso em: 22 ago. 2010.

LEMONS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2002. 328 p.

LEOPOLDO E SILVA, Franklin. Martin Heidegger e a técnica. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 369-374, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ss/v5n3/a04v5n3.pdf>>.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3. reimp. São Paulo: Ed. 34, 2003. 264 p.

_____. A emergência do cyberspace e as mutações culturais. 2008. Disponível em: <<http://www.caosmose.net/pierrelevy/aemergen.html>>. Acesso em: 03 abr. 09.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998. 200 p.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. (Org.). **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003. 408 p. (Coleção docência em formação).

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995. 316 p.

MACHADO, Lia Pinheiro. Alcance e Limites das Teorias da Modernização. **Revista de Administração de Empresas**. jul./set. 1970. Disponível em: <<http://www16.fgv.br/rae/artigos/2621.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2010.

MAIA, Carmen; MATTAR, João. **ABC da EAD**: a educação a distância hoje. São Paulo: Pearson, 2007. 138 p.

MALAN, Alfredo Souto. **Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988. 267 p. (Coleção General Benício, 262).

MATTELART, Armand. **Comunicação mundo**: história da idéias e das estratégias. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 320 p. (Coleção horizontes da globalização).

MAURI, T.; ONRUBIA, J. O professor em ambientes virtuais: perfil, condições e competências. In: COLL, C.; MONEREO, C. (Org.). **Psicologia da educação virtual**: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010. 365 p. p. 118-135.

McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**: história do Exército Brasileiro, 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: Bibliex, 2009. 706 p. (Coleção General Benício, 462).

MITCHELL, Beth; GEVA-MAY, Iris. Attitudes affecting Online Learning implementation in Higher Education Institutions. **Journal of Distance Education**. v. 23, n. 1, p. 71-88, 2009. Disponível em: <<http://www.jofde.ca>>. Acesso em 03 abr. 2009.

MONEREO, C.; POZO, J. O aluno em ambientes virtuais: condições, perfil e competências. In: COLL, C.; MONEREO, C. (Org.). **Psicologia da educação virtual**: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010. 365 p. p. 97-117.

MOORE, M. Teoria da Distância Transacional. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**. São Paulo, v. 1, 2002. Disponível em: <<http://www.abed.org.br>>. Acesso em: 10 set. 2009.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância**: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 398 p.

MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército**: currículos e regimes na Academia Militar, 1810 – 1944. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998. 314 p. (Coleção General Benício, 338).

MYERS, David G. Psicologia Social. In: _____. **Introdução à Psicologia geral**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999. 533 p. p. 386-416.

_____. Comportamentos e atitudes. In: _____. **Psicologia social**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000. 422 p. p. 69-88.

NASCIMENTO, Fernanda de S.; ABRÃO, Janete S. Revista A Defesa Nacional e o projeto de Modernização do Exército Brasileiro, 1934-1938. In: MOSTRA DE PESQUISA DA PÓS-GRADUAÇÃO DA PUCRS, 4., 2009, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2009. p. 955-960. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/IVmostra/index.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2010.

NEVES, C. M de C. Autonomia da Escola Pública: um enfoque operacional. In: VEIGA, I. L. A. (Org.). **Projeto Político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 14. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2002. 192 p. p. 95-129. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

NOVA, Cristiane; ALVES, Lynn. Tempo, espaço e sujeitos da educação a distância. In: JAMBEIRO, O.; RAMOS, F. (Org.). **Internet e educação a distância**. Salvador: EDUFBA, 2002. p. 41-54.

NOVAES, Henrique; DAGNINO, Renato. O fetiche tecnológico. **Revista Organizações & Democracia**, Marília, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 1-21, 2004. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/view/411>>. Acesso em: 18 ago. 2010.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. A Estratégia Nacional de Defesa e a Reorganização e Transformação das Forças Armadas. **Revista Interesse Nacional**, São Paulo, ano 2, ed. 5, abr./jun. 2009. Disponível em: <<http://interessenacional.uol.com.br/>>. Acesso em: 8 maio 2011.

OLIVEIRA, G. A. G. de; SILVEIRA, G. O curso de ensino a distância da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército Brasileiro. 2010. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2010>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 182 p.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Desenvolvimento e aprendizado. In: _____. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1993. 109 p. p. 55-79.

OUTHWAITE, William. et al. (Ed.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. 970 p.

PARÍS, Carlos. **O Animal Cultural**. São Carlos: EduFSCar, 2004.

PERRENOUD, P. **Construir competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PETERS, O. **Didática do ensino a distância: experiências e estágio da discussão numa visão integrada**. São Leopoldo, Rio Grande do Sul: UNISINOS, 2001. 402 p.

_____. **A educação a distância em transição: tendências e desafios**. São Leopoldo, Rio Grande do Sul: UNISINOS, 2004. 400 p.

PIERUCCI, Antonio Flavio. Passos 7 a 12: A ciência como vocação. In: _____. **O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2005. 240 p. p. 150-166.

PINHEIRO, Alvaro de Souza. A nova ordem mundial, o conflito de 4ª geração e as forças de operações especiais do Brasil. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano 95, n. 814, p. 12-19, maio/jun./jul./ago. 2009.

PORTO, Luísa de Melo. Tecnologia determina ou condiciona? In: FÓRUM DA DIVERSIDADE E IGUALDADE: CULTURA, EDUCAÇÃO E MÍDIA, 2007, Bauru, SP. **Coletânea de textos...** São Paulo: FAAC/UNESP, 2007. Coord. Clodoaldo M. Cardoso. Disponível em: <<http://www.faac.unesp.br/publicacoes/forum>>. Acesso em: 25 maio 2011.

PRIMO, Alex; CASSOL, Márcio. Explorando o conceito de interatividade: definições e taxonomias. **Informática na educação: teoria & prática**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 65-80, out. 1999. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br>>. Acesso em: 22 jul. 2008.

RABELO, J.; SEGUNDO, M.; BARROSO, M. Os paradigmas educacionais dominantes na agenda dos organismos internacionais: uma análise à luz da crítica marxista. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, Fortaleza, ano 1, n. 1, p. 78-94, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.armadacritica.ufc.br>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Uma carreira**: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército brasileiro no período de 1905 a 1946. 2008. Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

_____. As relações militares brasileiras durante a Segunda Guerra Mundial. **Revista Brasileira de História Militar** [online], ano 2, n. 6, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.historiamilitar.com.br>>. Acesso em: 11 jan. 2012.

RODRIGUES JÚNIOR, José Florêncio. **A taxonomia de objetivos educacionais**: um manual para o usuário. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007. 68 p.

ROKEACH, Milton. **Crenças, atitudes e valores**. Rio de Janeiro: Interciência, 1981. 178 p.

RÜDIGER, Francisco. **Introdução às teorias da cibercultura**: perspectiva do pensamento tecnológico contemporâneo. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007. 198 p.

SANCHO, Juana M. (Org.). **Para uma tecnologia educacional**. 2. reimp. Porto Alegre: Artmed, 2001. 327 p.

SANTAELLA, Lucia. **Cultura das mídias**. São Paulo: Experimento, 1996. 290 p.

SANTIAGO, A. R. F. Projeto político-pedagógico da escola: desafio à organização dos educadores. In: VEIGA, I. L. A. (Org.). **Projeto Político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 14. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2002. 192 p. p. 157-178. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

SANTOS, Boaventura de S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003. 92 p.

SANTOS, Edméa. Educação *online* para além da EAD: um fenômeno da cibercultura. In: SILVA, Marco; PESCE, Lucila; ZUIN, Antônio (Org.). **Educação online**: cenário, formação e questões didático-metodológicas. Rio de Janeiro: Wak, 2010. p. 29-48.

SANTOS, Paula Xavier. A dimensão política da disseminação da informação através do uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação: uma alternativa à noção de impacto tecnológico. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, v. 5, n. 4, ago. 2004. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 25 maio 2011. Paginação irregular.

SCHAFF, A.dam. **A sociedade informática**: as conseqüências sociais da segunda revolução industrial. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade Paulista; São Paulo: Brasiliense, 1995. 157 p.

SCHAFFEL, Sarita Léa. **Avaliação de uma experiência de atualização pedagógica através do ensino à distância**. 1989. 140 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa**. 10. reimp. São Pulo: Companhia das Letras, 2009. 140 p. (Virando séculos, 7)

SILVEIRA, Cláudio de C. **A formação dos oficiais da Marinha do Brasil: educação, profissão, pensamento estratégico, 1978-2001**. 2002. 380 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2002.

TAPSCOTT, Don. **A hora da geração digital: como os jovens que cresceram usando a internet estão mudando tudo, das empresas aos governos**. Rio de Janeiro: Agir Negócios, 2010. 445 p.

VIEIRA, Sofia L. Escola: função social, gestão e política educacional. In: FERREIRA, Naura S. C.; AGUIAR, Márcia A. da S. (Org.) **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2001. 320 p. p. 129-145.

VILLAS-BOAS, Gen Div. O Processo de Transformação do Exército. 2010. Palestra no Centro de Estudos de Pessoal, Rio de Janeiro, 30 jun. 2010.

VISCA, J. **Clínica psicopedagógica: epistemologia convergente**. Porto Alegre: Artmed, 1987. 105 p.

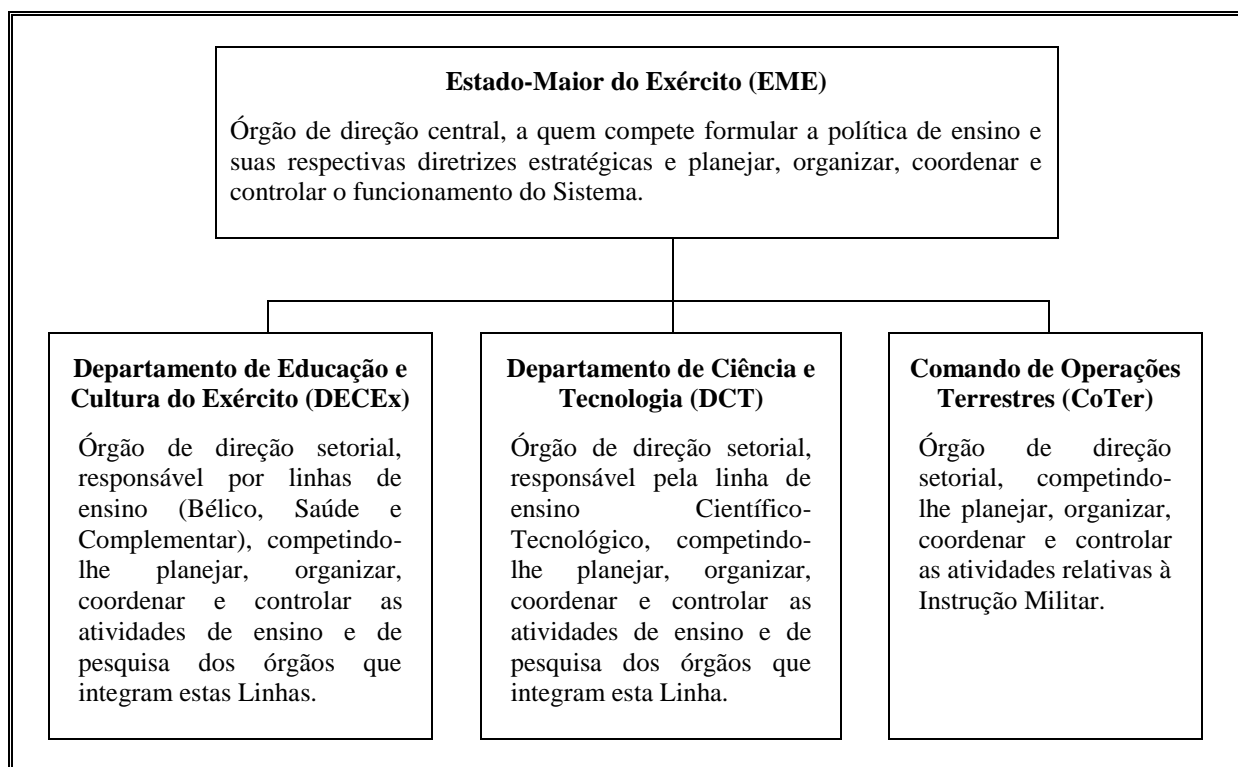
VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WEBER, Marx. **Ensaio de Sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982. 530 p.

WORTMEYER, D. S. Aprender a aprender no ensino militar: avanços e equívocos na prática pedagógica. **Revista Sangue Novo**, RJ, Resende, n. 8, p. 7-11, 2005.

APÊNDICE A - Organização do Sistema de Ensino do Exército

1. ÓRGÃOS DIRETORES DO SISTEMA DE ENSINO DO EXÉRCITO



Fonte: BRASIL. Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999. Dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>

2. SISTEMA FEDERAL DE EDUCAÇÃO

Sistema Federal
1. Instituições de ensino mantidas pela União, como: <ul style="list-style-type: none"> (a) Universidades federais (b) Centro federais de educação tecnológica (c) Escolas de ensino fundamental e médio vinculadas às universidades - Colégios de Aplicação (d) Colégio Pedro II (e) Ensino Militar/Colégios Militares como outra modalidade de ensino ministrado pela União (f) Cursos de formação, aperfeiçoamento, especialização e treinamento fora do ensino regular, como a formação de diplomatas do Instituto Rio Branco
2. Instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada
3. Órgãos federais de educação

Fonte: LIBÂNEO, J; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. **Organização administrativa, pedagógica e curricular do sistema de ensino**. In: ____ Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003. 408 p. p. 239-248.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 22 maio 2006.

APÊNDICE B – Linhas e Ciclos de Ensino do Exército

Linhas de Ensino	
Definição	Áreas de concentração dos estudos e funções militares.
Detalhamento	<ol style="list-style-type: none"> 1. Bélico – destinada à qualificação continuada de pessoal necessário à direção, ao preparo e ao emprego da Força Terrestre. 2. Saúde - destinada à qualificação continuada de pessoal necessário à direção e a execução das atividades de saúde. 3. Científico-Tecnológico - destinada à qualificação continuada de pessoal necessário à direção e a execução das atividades científico-tecnológicas. 4. Complementar - destinada à qualificação continuada de pessoal necessário ao desempenho de atividades não enquadradas nas linhas anteriores e definidas em legislação específica.

Ciclos de Ensino	
Definição	Grupamento dos cursos necessários à progressão na carreira militar.
Detalhamento	<ol style="list-style-type: none"> 1º ciclo – cursos de formação e graduação. 2º ciclo – cursos de aperfeiçoamento. 3º ciclo – cursos de alto estudo militares. 4º ciclo – curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército.

Fonte: BRASIL. Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999. Dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>

APÊNDICE C – Entrevistas

1. Transcrição da Entrevista 1 - 27 de abril de 2011, Rio de Janeiro

Entrevistado: Coronel A

Organização Militar em que servia: Centro de Estudos de Pessoal - CEP

Cargo/função: Chefe Seção de Ensino por Correspondência (SECOR) do CEP

Entrevistado: Coronel B

Organização Militar em que servia: Centro de Estudos de Pessoal - CEP

Cargo/função: Chefe da Divisão de Ensino do CEP

Estamos interessados em conhecer a história da implantação e desenvolvimento da Educação a Distância (EAD) do Exército. Sabemos que em 1999 o Chefe do Estado-Maior do Exército aprovou as Diretrizes Gerais para o Ensino a Distância no Exército (Port nº 13-EME, de 27 Abr 99) e que com estas o Sistema de Ensino a Distância (SEAD) foi configurado, mas gostaríamos de conhecer mais.

PODERIA NOS CONTAR SOBRE SUA EXPERIÊNCIA COM A IMPLANTAÇÃO E/OU DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) DO EXÉRCITO?

Coronel A: Minha história começa em 85 quando fui fazer o curso do CEP, fui fazer o curso Técnico de Ensino e aí foi que eu travei o primeiro contato com que se chamava SECOR - Seção de Ensino por Correspondência, esse era o nome. Isso aí era o primórdio da Educação a distância (EAD) e o Exército é um dos pioneiros nessa EAD com essa SECOR. Tanto que o SECOR chegou a montar muitos cursos para fora até. Vinham pessoas de fora fazer estágio da SECOR.

O SECOR FICAVA DENTRO DO CEP?

Coronel A: Dentro de CEP.

E TINHA SUBORDINAÇÃO E ORIENTAÇÃO DO DECEX, (ANTIGO DEP)?

Coronel A: É. O CEP sempre foi subordinado do DEP.

O SECOR ERA NORMALIZADO?

Coronel A: Era órgão do CEP. Era um órgão normatizador também, porque era o único no Exército que mexia com isso. Depois outros estabelecimentos de ensino, se não me engano, a EsIE, também começou ensino por correspondência; a própria ECEME também.

O CP/ECEME ESTÁ DATADO DE 1968.

Coronel A: Pois é, mas o CEP foi fundado em 65. Quem foi uma das mentoras da fundação do CEP foi a prof^a Nelly Aleotti Maia e foi ela quem levou essa metodologia do SECOR lá pro CEP também. Assim que começou a surgir isso aí no mundo a Nelly já levou pro CEP; então o CEP é pioneiro nisso.

E ISSO FOI EM 196 - -?

Coronel A: Exatamente quando começou não me lembro.

Coronel B: O CEP foi criado em 1965.

Coronel A: Como eu disse: eu só posso lhe falar depois de 1985, antes disso eu não tenho muito material pra lhe falar.

ENTÃO O Sr. FOI FAZER O CURSO TÉCNICO DE ENSINO EM 1985, QUE ERA PRESENCIAL E...

Coronel A: Terminei o curso, fiquei no CEP; fui classificado no próprio CEP. E a primeira função que me deram foi dupla; não mintu. A primeira função que me deram foi Chefe da SECOR.

ISSO EM 86?

Coronel A: Isso em 86. E exatamente nesta época estavam querendo fazer uma reformulação na SECOR. Que o material que estava sendo utilizado lá, aliás, o ensino por correspondência funcionava por instrução programada. Era assim que o ensino por correspondência funcionava.

ANTES DE 86?

Coronel A: Já antes de 86. Só não posso te dizer a partir de quando começou. Mas a metodologia era essa: instrução programada.

E ESSE ENSINO POR CORRESPONDENCIA QUE ERA POR INSTRUÇÃO PROGRAMADA, ELE FAZIA QUE CURSOS?

Coronel A: Olha só ele tinha aquele curso de Supervisão Escolar, um de Orientação Educacional e tinha um terceiro... Só que por que estava precisando fazer uma reestruturada nele? O material já era antigo, desde quando não sei; então, precisava agora, atualizar, botar coisas que estavam acontecendo na época, então o que eu fiz foi contratar professores...

PROFESSORES CIVIS?

Coronel A: Civis. O CEP só trabalhava com professores civis e sempre a gente procura pegar professores de no mínimo, nível mestrado, ou seja, que já tivesse uma boa experiência, uma boa estrada percorrida aí.

O Sr SABE DIZER ALGUM NOME?

Coronel A: Não vou conseguir lembrar o nome todo, vamos lá. Tinha Maisa, que era da área de Psicologia Educacional; Níobe, foi uma das contratadas também na área de Legislação de Ensino; a Irna Marília Kaden, ela pegava a parte de Sociologia.

MAS ENTÃO ELES ERAM MAIS CONTEUDISTAS.

Coronel A: Tudo conteudista. Essa reestruturação foi chamando conteudista para fazer um novo material.

E EM RELAÇÃO A PARTE METODOLÓGICA?

Coronel A: Continuava a mesma metodologia. Até então continuava a mesma. Instrução Programada. Era só atualização de conteúdo. Instrução programada você sabe quem o que é? São apostilas com uma espécie de questionário, pergunta e resposta, só que você não tem um acompanhamento de nenhum professor, nenhum orientador, nenhum professor. Você [o aluno, o cursista] era autodidata.

EM UM MODELO BEHAVIORISTA, DE CONDICIONAMENTO.

Coronel A: Perfeitamente. Agora, o pessoal ia ao CEP, tanto militares quanto civis, em determinados momentos também. E quando a gente montava esses cursos para fora, para outras instituições como SENAI, SENAC, a gente montou vários cursos para eles, sempre nessas áreas, a gente ia até lá também.

ENTÃO ESTES CURSOS ERAM POR CORRESPONDÊNCIA, MAS TAMBÉM TINHAM MOMENTOS PRESENCIAIS?

Coronel A: Poucos, bem pouquinhos, mas tinham. Era para o pessoal conhecer a equipe, tirar dúvida, mas bem pouco. A maioria do tempo era autodidata mesmo.

E TINHA UMA AVALIAÇÃO?

Coronel A: Tinha, tinha avaliação.

DAVA CERTIFICADOS?

Coronel A: Sim.

Coronel B: Só que certificados só para o Exército.

Coronel A: Não tinha nenhuma instituição [outra, civil] certificando.

Coronel B: É aí que você vai ver que em 1995/96 vai ter um ponto de corte aí, exatamente por isso.

Coronel A: E mesmo quando era nessas instituições civis, aí as instituições mesmo emitiam certificados, eram seus funcionários que faziam. O SENAI, SENAC davam seus certificados deles. Recebiam o nosso, do CEP, e mais o deles lá.

E QUE MILITARES TRABALHAVAM COM O Sr NA SECOR?

Coronel A: Na SECOR, militar, só eu, sozinho. Era eu e uma funcionária que cuidava da parte de despachar a documentação, mandava a documentação para os alunos e tinha uma professora, também, que sempre precisava tirar alguma dúvida, acertar algum detalhe acadêmico, de cunho pedagógico, ela entrava. E tinha mais uma funcionária civil [esqueceu o nome] que ajudava na parte administrativa, de documentação, papelada, essas coisas assim. Era uma equipe pequenininha, como eu disse porque não tinha acompanhamento, tutorial, não tinha nada, então era só pegar o material, mandar. Era só matricular quando vinha a relação de alunos, então o trabalho era bem mais simples.

A PROCURA ERA GRANDE?

Coronel A: Bastante. Bastante. Bastante.

PARA CLIENTELA MESMO DO EXÉRCITO?

Coronel A: Do Exército e civis também. É porque a gente nem sempre podia fazer para civis; é em determinadas ocasiões é que eles procuravam, fazia-se um contratozinho e ministrava

para eles. O curso era especificamente para o Exército, para militares. E ele funcionou, essa SECOR, assim, com esse material já agora reestruturado em 86/87, com essa metodologia igualzinha, até 95. Quando o Guelfi [Coronel] assumiu. Guelfi assumiu em 95.

ASSUMIU O QUE?

Coronel A: O comando do CEP.

Coronel B: Aí que se deu o início do EAD.

Coronel A: Quando o Guelfi assumiu o CEP, aí começou com EAD no Exército. Agora sim, ensino a distância.

ENTÃO A GENTE PODE DIZER QUE ATÉ 95 NÃO HÁ OUTRA INICIATIVA INSTITUCIONAL?

Coronel A: Que a gente soubesse não.

A MINHA DÚVIDA HISTÓRICA É A SEGUINTE: A PRIMEIRA LEGISLAÇÃO SOBRE A EAD DATA DE 1994, ANTES DISSO NÃO TINHA? FOI INICIATIVA DO CEP?

Coronel A: Da parte do Exército não tinha não. Isto já tinha aqui fora, no meio civil. Não sei te dizer como chegou lá no CEP. Talvez o Guelfi saiba lhe dizer.

Coronel B: Acho que foi por necessidade. Aí eu posso dar um pitaco, pois eu já estava nessa época.

Coronel A: Aí eu já tinha saído do CEP, e ele [Coronel B] continuou.

Coronel B: Não estava exatamente na SECOR. Chefeei a Divisão de Ensino.

Coronel A: Não tinha mais SECOR.

O Sr CORONEL B, ERA CHEFE DA DIVISÃO DE ENSINO EM QUE PERÍODO?

Coronel B: Foi quando o Guelfi chegou, 1995/96.

Coronel A: O Guelfi chegou com certeza em 95. Eu sai em 93. Em 94 era aquele artilheiro, e depois o Guelfi.

Coronel B: Mas o que eu quero lhe dizer é o seguinte, essa virada que deu, é sempre houve muito interesse nesses estágios

ESTES CURSOS ERAM ESTÁGIOS?

Coronel A: É. Chamavam estágios.

ESTÁGIO EM SUPERVISÃO, ORIENTAÇÃO...

Coronel B: Chamavam Estágios Pedagógicos por Correspondência.

Coronel B: Mas o que houve? Nesse finalzinho, 94/95, estava caindo a procura...

Coronel A: Lembrei. O terceiro curso [estágio] era Atualização Pedagógica.

E ESSE ESTÁGIO DE ATUALIZAÇÃO PEDAGÓGICA ERA PARA QUEM?

Coronel A: Para os militares, sempre militares.

OS MILITARES QUE HAVIAM FEITO O CURSO? O CURSO DO CEP DE TÉCNICO DE ENSINO?

Coronel B: Instrutores das escolas que procuravam...

Coronel A: Era voluntariado. O Exército não escalava. Era a pessoa que se candidatava a fazer um estágio desse.

ESTES ESTÁGIOS NÃO CONTAVAM EM UMA PONTUAÇÃO/MÉRITO?

Coronel B: É aí que eu vou te dizer porque houve essa mudança para o EAD. Mais ou menos, em 94-95, caiu a procura por estes estágios: por estar defasado e também por não ter um certificado...

Coronel A: De uma instituição civil.

Coronel B: ...que o ex-aluno pudesse ter o mérito [pontuação na ficha individual do militar que contribui para ascensão hierárquica, entre outros benefícios], ou que ganhasse alguma coisa com ele [com o estágio realizado]. O militar que fazia não ganhava nada, não ganhava nem tempo para estudar, ele estudava durante as horas dele de lazer, não ganhava nada. Os civis, das escolas militares, ganhavam como especialização. Aí houve um choque. Eu era o Chefe da Divisão de Ensino e sei que houve uma perda de alunos, aí o Guelfi chegou no Comando e ele falou: nós temos que dar uma mexida nisso aí. Então, chamou a prof^a Nelly, que já era do CEP, assessora do Comando direto, e ela fez uma aproximação com a UFRJ, na época.

ISSO QUANDO?

Coronel B: 1996/97. Nessa época eu já estava no GTEME, representando o CEP no Grupo de Trabalho. Então ela [prof^a Nelly] fez esta aproximação, porque o curso tinha que valer alguma coisa para o aluno. Então ela pegou esse conteúdo que já existia de cada curso desse e fez uma transformação, complementando a grade [curricular] para que ele virasse uma especialização.

Coronel A: (...) Até porque nessa época, também, a UFRJ estava começando a tomar conhecimento do ensino a distância.

Coronel B: Nós participávamos muito daqueles encontros na época, íamos a tudo. (...)

Coronel A: Dentro da própria UFRJ era a prof^a Nelly que era uma das encarregadas de incrementar lá na UFRJ o ensino a distância.

Coronel B: Então foi feito isso e foram criados os três primeiros cursos de EAD, curso mesmo com certificação da UFRJ.

MAS A RESPONSABILIDADE ERA DO EXÉRCITO COM A PARCERIA DA UFRJ?

Coronel B: Isso. Foi feito um contrato e ficamos lá dentro cinco anos.

Coronel A: Isso. A UFRJ era só uma barriga de aluguel. Ela forneceu o certificado.

Coronel B: Nós trabalhávamos lá dentro. Então tinha uma turma [de profissionais] no CEP e outra turma na UFRJ. Eles queriam também o embrião do EAD lá.

Coronel A: Mas aí já é 99.

Coronel B: De 96 a 99 funcionou dentro do CEP. A primeira turma funcionou em 97.

FUNCIONA NO CEP, MAS JÁ COM CONVENIO COM A UFRJ?

Coronel B: Já com convênio, por que senão não podia certificar e então não tinha jeito.

ENTÃO OS Srs FORAM PARA UFRJ EM QUE PERÍODO?

Coronel B: De 99. Começamos a montar o embrião lá. A primeira turma funcionou em 2000. A turma da UFRJ.

O QUE O Sr CHAMA DE EMBRIÃO, EMBRIÃO DA EAD DA UFRJ?

Coronel B: Da UFRJ.

ENTÃO NÃO TEM NADA MAIS A VER COM O EXÉRCITO?

Coronel A: Tem a ver.

Coronel B: É o mesmo curso.

Coronel A: Só que a gente passou a trabalhar junto com eles, pois até então, como ele estava dizendo, a gente fazia tudo, eles só forneciam a certificação. Em 99 nós fomos para dentro da UFRJ, ocupamos uma instalação lá dentro.

Coronel B: No Centro de Filosofia.

Coronel A: Na Praia Vermelha.

MAS POR QUE FORAM PARA LÁ?

Coronel A: Porque a UFRJ começou a sentir a necessidade: “a gente só está de barriga de aluguel?” Eles também estavam querendo trabalhar.

Coronel B: Eles não queriam dar mais só o certificado para o aluno do Exército. Eles queriam ter lá dentro o êxito do EAD.

Coronel A: Eles queriam pegar a expertise, pois a gente já tinha alguma expertise nisso daí.

NESSE PROJETO, DESDE 96, QUAL ERA A METODOLOGIA?

Coronel A: Aí já era a metodologia de EAD, com acompanhamento tutorial.

Coronel B: Só que era um embrião ainda. Nós mandávamos o material para o aluno; o aluno se ligava com o tutor, já tínhamos o tutor lá na nossa sala e no CEP.

ERA MATERIAL IMPRESSO?

Coronel B: Era material impresso e a ligação do aluno era basicamente por telefone e fax. Ainda não tinha o computador.

Coronel A: E os que podiam ir, presencialmente também. A metodologia disso foi com a Open University, de Londres. O embrião do EAD nosso começou pela Open University, seguindo o modelo deles.

Coronel B: Aí ficamos até 2003, dentro da UFRJ. Aí o nosso convênio estava fazendo cinco anos (ele foi feito em 1999) e não nos chamaram mais para renovar; tinha sido mudado o reitor.

O EMBRIÃO CONTINUOU NA UFRJ E O Srs?

Coronel A: Nós demos uma paradinha. Demos um *stand by* no Exército, mas a gente queria continuar com isso. Aí, ao mesmo tempo, o Guelfi queria...

Coronel B: mas não tinha como certificar.

E O EMBRIÃO QUE ESTAVA NO CEP? NAS MÃOS DE QUEM?

Coronel B: No CEP continuou. Com o Cel Paulo Gil.

OS Srs ACHAM QUE O EMBRIÃO QUE O CEL PAULO GIL ESTAVA TRATANDO ERA O SEAD?

Coronel A: Olha só: quando nós fomos para UFRJ, lá dentro, o do CEP não parou de vez. Paulo Gil continuou com ele lá no CEP.

MAS NÃO ERA MAIS SECOR?

Coronel A: Não. Trocou o nome. Aí já era CEAD – Coordenação de Ensino a Distância.

PODE-SE AFIRMAR QUE QUANDO O CEL GUELFÍ ASSUMIU O COMANDO DO CEP EM 95...

Coronel B: Ele transformou o SECOR em CEAD.

Coronel A: Aí ele fez o NuCEAD – Núcleo do Centro de Ensino a Distância.

E QUEM ESTAVA NA COORDENAÇÃO DESTES NÚCLEOS?

Coronel A: Cel Paulo Gil e prof^a Nelly. Os dois juntos.

Coronel B: Nesta época eu estava no GTEME.

Coronel A: E quando a gente foi para UFRJ em 99, eles estavam sentindo a necessidade de ter lá também, politicamente, o Guelfi então [falou] em ocupar um espaço lá dentro. O diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, que era o Mecerdez (?), Carlos Alberto M. Pereira, um entusiasta disso aí: vem pra cá, eu tenho uma instalação aqui... Então, ficou ao mesmo tempo continuou agora já CEAD no CEP e nós dois lá dentro da UFRJ.

ISSO JÁ FOI EM 99?

Coronel A: Em 99.

EM 1999 NÓS JÁ ESTAMOS TRATANDO DO CEAD E NÃO DO NUCEAD?

Coronel A: Já é CEAD. Agora continuou no CEP os dois trabalhando junto.

Coronel B: Como se fosse duas turmas.

Coronel A: Nós arrebanhávamos alunos pela UFRJ e Paulo Gil pelo CEP.

EM NOSSA LEGISLAÇÃO O SEAD É O SISTEMA DE EAD. OS Srs ESTÃO DIZENDO QUE O SEAD ESTAVA NO CEP.

Coronel A: O Exército sempre precisa sistematizar, normatizar, então quando o Exército começou a fazer isso oficialmente, Sistema de Ensino a Distância. Por que? Porque o ensino do Exército é sempre um ensino paralelo ao ensino acadêmico daqui de fora. Com leis específicas. Para esse convênio, para ter esse convênio com a Universidade, para começar a ter uma relação ensino militar-ensino civil, criou-se o Sistema. Foi o embrião também para se chegar no CEAD, Coordenação, uma coisa mais autônoma, podendo firmar agora convênios, só que aí agora não era com o Exército. Nós tínhamos que ter alguma coisa dentro do Exército

que não fosse só militar. Foi aí que se chegou na Fundação. Porque antes da Fundação (primeiro estamos batendo padre), se pensou em criar a Universidade do Exército, como já tinha na Aeronáutica, a Universidade da Força Aérea. Chegou-se a cogitar por que não fazíamos a Universidade do Exército? Aí não precisaria ter convênio com Universidade nenhuma aí fora e nós mesmo teríamos a condição de certificar; seríamos reconhecidos pelo MEC, tudo direitinho. Chegou-se a conclusão que era mais complicado. Chegou-se a conclusão que era mais fácil, mais simples, fazer a Fundação. Aí criou-se a Fundação.

A FUNCEB?

Coronel A: Não. A Fundação Trompowsky. Com a criação da Fundação passou a ser CEAD, Coordenação. Só que antes era SEAD, Sistema. Só que o Sistema do Exército começou a ficar meio capenga, até porque em 2003 a gente saiu da UFRJ e ficou meio capenga. Como vai fazer isso? Como vai certificar?

Coronel B: Foi aí nossa aproximação com a Rural [UFRRJ]. Funcionou um ano só, os mesmo cursos.

QUANDO?

Coronel B: 2005. Aí lá [UFRRJ] os cursos não forma aprovados pelo Conselho porque no Conselho eles têm alunos de graduação que não concordaram em ter cursos de especialização pagos em uma universidade pública.

Coronel A: Só que tudo que é curso de especialização é pago.

Coronel B: Então o reitor lá [UFRRJ] aprovou em *ad referendum* porque os cursos já tinham começado. Eles tinham que certificar. E nós fomos para uma universidade particular [Castelo Branco].

Coronel A: Mas antes disso, ainda, estivemos com a UFF, de Niterói.

Coronel B: Três cursos, em 2003/2004.

MAS AÍ OS Srs ESTAVAM NA RESERVA. ENTÃO NÃO ESTAMOS MAIS TRATANDO DO EXÉRCITO.

Coronel A: É do Exército. Nós ficamos trabalhando para o Exército.

VOCÊS FORAM PTTC?

Coronel A: Não. Nós ficamos pela Fundação.

Coronel B: Antes da Fundação, nós tivemos uma cooperativa, que pagava os professores do CEP. O CEP não tinha como pagar os professores. Aí a Fundação foi criada porque ...

SABEM PRECISAR A ÉPOCA DA CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO?

Coronel A: A cooperativa foi por causa do ensino por idiomas.

Coronel B: Para poder pagar os professores do CEP. Aí chegou um momento que o próprio CEP não estava usando a cooperativa. Eles estavam usando a Fundação da UFRJ, a José Bonifácio.

Coronel A: A Fundação Trompowsky foi criada em 2005? Tem que confirmar com o Lyra. Entendeu a diferença? Agora nós dois estamos trabalhando pela Fundação.

Coronel B: Isso aí foi só uma mudança de nome. Os cursos não pararam, em momento nenhum. Só pararam na realidade um ano, mas só com os alunos que ficaram em dependência, ano de 2004.

Coronel A: Vou abrir um parênteses aqui, falando bem francamente. O Exército, esta parte de ensino no Exército, houve muita modificação, particularmente, depois que a gente saiu. Até quando a gente estava vestindo verde-oliva, existiu o DEP, as Diretorias subordinadas ao DEP, cada um com sua linha de trabalho muito bem definida, muito bem especificada. Quando começou a surgir estas novas tecnologias aqui fora, esses novos conceitos aqui fora, o Exército também começou a querer discutir isso. Ao mesmo tempo, o CEP, que tinha cursos desta área, das humanas, e que também era um centro de excelência procurado, inclusive, por instituições pessoas daqui de fora, começou a ficar muito inclinado para essas coisas daqui de fora e começou a perder um pouquinho as coisas do Exército, e que era um ensino reconhecido, embora muita gente criticasse o ensino por objetivos, essa coisa ultrapassada, é docinho de açúcar na boca do animal, é treinamento, mas só que com as metodologias novas que surgiram, chegou-se a conclusão que era a mesma coisa que ensino por objetivos. Ensino por competência é a mesma coisa que ensino por objetivos. E professores que estavam aí fora, que vinham conversar conosco diziam que era isso que nós queremos. Então, é isso que a gente faz. Só que a gente chama de ensino por objetivo. Então, o Exército começou a perder um pouquinho. O CEP, por sua vez, perdeu esses cursos presenciais. Começou a fazer cursos a distância. As pessoas que vestiam a camisa disso, quando a gente estava no CEP, que era o embrião disso tudo, começaram a não ter mais essa formação; começaram a ter uma visão mais civil. A verdade é essa. O Exército perdeu um pouco isso. Você está querendo saber aonde fica o Exército no meio disso, não ficou. Ele ficou meio perdido. Quando o Guelfi nos chamou de volta, nós dois mais o Lyra...

EM QUE ANO?

Coronel A: Em 99. Como o Guelfi foi um entusiasta disto foi quando começou a comandar o CEP.

Coronel B: Ele montou os cursos. Saiu do Comando, foi para Mato Grosso e quando voltou para o DEP, ele sentiu a necessidade de pegar as rédeas de novo. Porque o CEP estava morrendo.

ENTÃO O CEL GUELFI VIU QUE O CEP NÃO TINHA MUITA ESTRUTURA ELE TROUXE O NÚCLEO QUE TINHA DEIXADO NO CEP PARA O DEP.

Coronel A: Isso.

FOI O EMBRIÃO DA ATED?

Coronel A: Acho que sim.

E OS CURSOS DE IDIOMAS DO CEP? AONDE SE ENCAIXAM?

Coronel B: Eles sempre ficaram meio estanque. Eles tinham a metodologia própria.

ISSO DESDE 1985?

Coronel B: Isso. Como eles tinham os professores deles, que eram militares, alguns civis só, ele sempre tocou.

SABE POR QUAL METODOLOGIA? TECNOLOGIA?

Coronel A: Ele começou com uma tecnologia um pouquinho mais moderna para época. Mandavam fitas cassete. Já em 85.

Coronel B: Começou com fitas, mas na época do Guelfi começou CD-ROOM.

Coronel A: Enquanto a SECOR era só papiro e livro, o idioma começou com fita cassete. Depois, quando o Guelfi foi comandar o CEP, ele já passou a colocar CD.

Coronel B: Ele sempre foi a visão à frente.

UM EMBRIÃO ANTERIOR? JÁ EXISTIA FORMA DE EAD ANTERIOR QUE ERA O CURSO DE IDIOMAS?

Coronel A: Já.

ISSO HÁ MUITO TEMPO?

Coronel A: Não. Atendendo a essa tecnologia de EAD a partir de 99.

MAS ANTES O CURSO DE IDIOMAS JÁ EXISTIA?

Coronel A: Sim, mas o que tinha de tecnologia era a fita cassete.

Coronel B: O aluno recebia a apostila e a fita, estudava sozinho e fazia a prova de habilitação.

SABEM DIZER DESDE QUANDO EXISTIA O CURSO DE IDIOMAS?

Coronel A: Eu já estava no CEP... acho que foi em 88.

ENTÃO A SECOR É MAIS ANTIGA DO QUE O CURSO DE IDIOMAS?

Coronel A: Bem mais.

Coronel B: Acho que começou antes. Eu fiz o curso do CEP em 87. O Raul estava lá.

Coronel A: Estava montando.

PARA CONFIRMAR. SE EM 86 JÁ TINHA ESTÁGIOS POR CORRESPONDÊNCIA, ENTÃO ELES JÁ EXISTIAM BEM ANTES.

Coronel B: Bem antes, mas eles eram estanques.

QUEM LEVOU ESSES CURSOS/ESTÁGIOS PARA O CEP?

Coronel A: Profª Nelly. Ela foi quem incentivou o Exército criar o CEP. Ela é fundadora do CEP.

Coronel B: Ela deu aula para o CEP, antes do CEP ser aonde é. Ela dava aulas lá no QG. O primeiro curso de Técnica de Ensino aconteceu lá no QG. Antes de 65.

Coronel A: A Nelly era um expoente, tanto que ela é livre docente. Ela foi presidente do International Council on Education for Teaching (ICET). Eles têm reuniões anuais e quando ela foi presidente a reunião anual [1993?] foi no CEP.

EM QUE ÉPOCA ELA SAIU?

Coronel A: 2004.

QUANDO O CEL GUELFY CHEGA E VAI MUDADO AS TECNOLOGIAS QUEM VAI DAR O SUPORTE DE PLATAFORMA? SOFTWARE?

Coronel A: Não tinha ainda. Começou ensino a distancia sem informática. Era material impresso e tutorial por fax, telefone.

Coronel B: Quando começou a chegar o pessoal do QCO Informática, ele começou montar o embrião. Ele estava no DEP e começou a montar o embrião de uma plataforma; de um portal que começou a ser feito no IME. A Cap Edilena participou do primeiro portal.

Coronel A: Ela é a memória deste primeiro portal.

Coronel B: E tinha o Cap Veloso, do IME.

Coronel A: Edilena e Veloso foram os mentores do portal. O portal do Exército é deles.

Coronel B: Mas no início não se usava. Aí o Guelfi falou – temos que começar usar. CEP reagia, não queria entrar no portal.

Coronel A: O próprio CEP reagindo a informática.

Coronel B: O idioma não entrava. Ninguém entrava. Aí nós estávamos na UFRJ, o Guelfi falou – nós temos que fazer funcionar esse portal. Aí nós apostamos no portal. Conseguimos colocar os professores e os alunos a trabalhar no portal.

Coronel A: Mas ainda de forma bem rudimentar.

Coronel B: Tem gente que não consegue entrar até hoje. Outro dia chegou uma aluna aqui, de Boa Vista, ...

ENTRAR, ACESSAR O PORTAL?

Coronel B: É. Dependendo da onde o aluno esteja, ele não tem uma banda larga. A aluna veio aqui, de Boa Vista, o marido dela falou – a internet lá chega a 600KB.

Coronel A: A informática é muito nova.

Coronel B: Isso foi uma coisa que nos afastou desses congressos de EAD. O mundo só fala como todos os alunos tivessem uma banda larga; todo mundo quer fazer um curso que para gente é a contramão da EAD. Você não está universalizando.

Coronel A: Elitizando.

Coronel B: Você tem que usar o mais veloz, a melhor mídia, mas tem que possibilitar ao aluno que não consegue chegar nisso, a fazer no papel e lápis. É isso que a gente acha. O aluno que está na fronteira ainda faz aquele primórdio do EAD. Então, a gente tem aluno fazendo este primórdio do EAD, recebe a documentação, estuda e faz a prova. Não consegue o contato com o tutor, a não ser por telefone ou manda um e-mail. E-mail ele consegue acessar, mas a plataforma ele não consegue. Nós temos alunos assim e temos alunos que estão na crista da onda.

Coronel A: Você pode ver que a informática no ensino a distancia é muito nova. Você pode colocar como marco, não só no Exército, mas nas instituições civis, 2003 mesmo. Quando a gente estava lá dentro da UFRJ, chegamos a participar de algumas reuniões com todas as universidades públicas do Brasil. Eles estavam começando a querer implantar o EAD.

Coronel B: Como éramos o núcleo deles, éramos convidados para tudo.

Coronel A: Estava de forma muito rudimentar. Nós nessa época já tínhamos até o nosso portal. A gente tinha e não usava também. Nós começamos trabalhar mesmo, nós, Exército,

ou seja, Fundação (vamos representar o Exército aqui), com isso, efetivamente, dentro da UFRJ sim, mas de forma muito capenga, foi quando a gente fez o convênio com a Universidade Castelo Branco (UCB). Aí foi quando a gente começou a usar mesmo. Aí falamos – Guelfi, vamos botar para quebrar agora.

QUANDO COMEÇARAM COM O CONVÊNIO COM A UCB?

Coronel A: Começamos em 2006. Aí combinamos com o Guelfi de começar de forma efetiva esse portal nosso aqui. Começamos com os tutores fazendo acompanhamento pela internet, daí que começou mesmo.

ESSES CURSOS QUE O Srs DESENVOLVEM SÃO CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO QUE NÃO TEM HAVER COM A CARREIRA MILITAR [Tratando-se dos ciclos de ensino do EB]...

Coronel A: Tem. No início tinha que ter senão não se fazia o convênio.

SIM, ESSES CURSOS DE ORIENTAÇÃO, SUPERVISÃO TEM HAVER PORQUE FORAM REGULAMENTADOS PELOS DECEx, POIS SÃO CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO. A MAIORIA DOS CURSOS NÃO SÃO NORMATIZADOS PELO DECEx, COMO POR EXEMPLO O CURSO DE GESTÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. OS Srs OFERECEM, MAS NÃO CONSTA DA NOSSA NORMATIZAÇÃO.

Coronel A: Já consta. Todos os nossos alunos do Exército que fazem o curso recebem o credenciamento do Exército.

RECEBEM O CREDENCIAMENTO, MAS NÃO É UM CURSO PLANEJADO PELO DECEx.

Coronel B: Mas isso é de interesse do Exército. Ele foi montado por ser do interesse do Exército.

VAMOS ENTENDER MELHOR A SITUAÇÃO. HÁ CURSOS QUE PODEM SER DO INTERESSE DO EXÉRCITO, QUE SE FAZ NO MEIO CIVIL E QUANDO O ALUNO RETORNA COM O DIPLOMA É RECONHECIDO PELO SISTEMA. ISSO É UMA COISA. OUTRA COISA É O EXÉRCITO, ENQUANTO INSTITUIÇÃO DE ENSINO MILITAR, ELE TEM TAIS E TAIS CURSOS, POR EXEMPLO: CURSO DA AMAN, DA ESAO, DA ECEME, TODOS NA LINHA MILITAR BÉLICO, OU SEJA, O CAMINHO

FORMATIVO DO OFICIAL. É SOBRE ESSES CURSOS DO CAMINHO FORMATIVO QUE GOSTARIA DE SABER SE OS Srs ESTÃO TRABALHANDO?

Coronel A: Não.

Coronel B: Não. Isso é o que as escolas fazem. Isso é o GTEME [Grupo de Trabalho para o Estudo da Modernização do Ensino, que atuou entre 1995 e 1996]. No final do GTEME foi feito um documento que continha umas contribuições. Uma delas era nos abriremos para a sociedade, estimular os militares continuarem estudando...

Coronel A: Um mundo em transformação, em evolução continua estudando.

Coronel B: Outra coisa, esses cursos [os do convênio] se fizessem só para os militares seriam muito caros. Então o jeito seria fazer cursos que interessassem aos dois lados, a civis e militares. Para que com o número maior de alunos pudesse se pagar.

QUANDO OS Srs DIZEM QUE ESTE NÚCLEO EFERVESCENTE DO CEP SAI DO EXÉRCITO, VAI PARA AS UNIVERSIDADES/FUNDAÇÃO, ELE CONTINUA A PROPAGAR. E O QUE FICA NA INSTITUIÇÃO (OS CURSOS DO PROCESSO FORMATIVO - AMAN, ESAO, ECEME - DO ENSINO BÉLICO)? ELES NÃO ESTÃO MUITO AQUÉM DO NÚCLEO QUE SE DESCOLOU DA INSTITUIÇÃO?

Coronel A: Muito aquém.

Coronel B: A maioria [dos cursos do processo formativo bélico] era presencial. Faziam-se pequenas parcelas de cada curso desses à distância. Aí só visava economia do Exército. Quando você pega um curso militar e diz que ele vai ser por EAD e só economizar.

O Sr NÃO ESTAVA ACABANDO DE DIZER QUE SE O CURSO FOR SÓ PARA UMA CLIENTELA MILITAR NÃO TINHA ECONOMIA QUE JUSTIFICASSE?

Coronel B: Sim. Não. São coisas diferentes. O curso da linha bélica ele vai ser sempre só para militar. De preferência presencial. Quando se quer economizar por algum motivo... O curso do CEP [trata de cursos que o CEP promove só para militares e que não são do processo formativo] virou EAD e não deu certo. Está voltando a ser presencial.

Coronel A: Não conseguiram. Caiu qualidade e muita.

QUANTO AO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO ENSINO, O GTEME APRESENTA O PROJETO INFORMÁTICA QUE TRABALHARIA A CULTURA DA INFORMÁTICA. NAQUELE MOMENTO NÃO SE VISUALIZAVA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, JÁ QUE O EXÉRCITO FALAVA DISSO BEM ANTES DO GTEME?

Coronel B: Ele abriu tanto o leque que não conseguiu atender.

Coronel A: Apesar de ser nova, a Informática, o CEP já em 87(?) já tinha um curso de informática lá dentro, o CAS (curso de análise de sistema). Só não se usava ainda a EAD.

2. Transcrição da Entrevista 2 - 09 de maio de 2011, Rio de Janeiro

Entrevistado: Coronel C

Organização Militar em que servia: Centro de Estudos de Pessoal - CEP

Cargo/função: Comandante do CEP

Estamos interessados em conhecer a história da implantação e desenvolvimento da Educação a Distância (EAD) do Exército. Sabemos que em 1999 o Chefe do Estado-Maior do Exército aprovou as Diretrizes Gerais para o Ensino a Distância no Exército (Port nº 13-EME, de 27 Abr 99) e que com estas o Sistema de Ensino a Distância (SEAD) foi configurado, mas gostaríamos de conhecer mais sobre a EAD no ensino militar bélico.

Coronel C: Você percebeu que na AMAN, ou seja, na formação básica, o Exército não trabalha com EAD. Que experiência nós temos na AMAN? Nós temos em 2008 (acho que em 2008) ou 2007, nós criamos um apoio ao presencial, que não deixa de ser uma forma de começar, isto é muito importante entender: é uma forma de mexer com a cultura, cultura de EAD. Veja bem, como a gente percebe e sabe que este cara da AMAN é um cara especial, é um profissional especial e que na AMAN é importante ele entender o que é EAD, nós começamos com apoio ao presencial, tendo sérias dificuldades de implantar. E hoje, temos espaço para implantar, mas por problemas administrativos não conseguimos implantar. Mas por quê? Tem uma finalidade. Não era só o apoio ao presencial e educação continuada que a gente quer começar a fomentar. Então, este é o foco da AMAN. Bem focado, eu tenho que começar a mexer na cultura porque esse profissional ele não é muito susceptível a informações do exterior. Ele é mais da caserna mesmo. Isto é bacana, é importante entender. Se eu quiser ter uma educação continuada, que é extremamente necessária no Exército, eu tenho que começar a “matar” na AMAN, nas escolas de formação. E qual é o futuro? O que se pensa, o que se está trabalhando para que isso aconteça? Estamos trabalhando para isso acontecer. Eu acredito que no espaço de 2 a 3 anos isso vai ser realidade. De que forma? Primeiro, com um projeto de idiomas, extremamente moderno. Então o quê que a gente

imaginou? Vamos ancorar um projeto que a gente aposta no sucesso dele e que por ali eu trago, eu mostro a importância e trago o aluno para uma educação continuada. Então falamos da situação, da dificuldade, da realidade, da tentativa e agora chegamos a conclusão que para conseguir isto não é por ali e por outro caminho. Então isto é AMAN.

E QUANTO À HISTÓRIA QUE COMEÇA NO CEP, COM A SECOR?

Coronel C: Escuta só esta história: em 1984 quando eu fiz o CEP, eu fiz o curso de Comunicação Social do CEP... em 83 o curso de Comunicação Social era de 6 meses. Em 84 passamos para 9 meses. Após o curso eu fiquei instrutor do CEP. Era por classificação, eu saí na cabeça e fiquei instrutor. A história da SECOR é a seguinte: na década de 70, ou seja, período militar de governo, foi um período aonde foram abertas grandes universidades. Se você for ver, isso ninguém fala não, mas é muito fácil. Se você for ver vários prédios em universidades, tanto esta aqui (referindo-se às do RJ) como outras têm lá a data e é esta década. Então, especialmente, o Gen Médici, ele quis, achava ele que proporcionando o 3º grau, ele daria um salto de qualidade e aí fez prédios, abriu universidades. Em determinado momento ele quis, também, levar o modelo do CEP para estas universidades. E o que ele fez? Ele criou 3 cursos à distância, que na época era por correspondência, Atualização pedagógica, Psicopedagogia e Técnica de Ensino. Qual era a ideia dele? A ideia dele era divulgar esse modelo do Exército: uma seção de avaliação controlada e uma seção técnica de ensino. A seção técnica de ensino tinha lá dentro algumas ramificações. Isso foi implantado 100% neste modelo na Universidade de São Carlos e ela deu um salto de qualidade quando ela começou a praticar isto, em questão de 3 anos. Eu estou te falando o que li, o que fui ver. Quem era o reitor da Universidade de São Carlos? Era o Maia. O Maia era um grande professor, físico, de matemática. Minha geração estudou no livro do Maia. A esposa do Maia era a professora Nelly Maia, que veio para o CEP.

O GEN MEDICI PEGA O MODELO DOS 3 CURSOS DO CEP, QUE JÁ ERA A DISTÂNCIA, ANTES DE 70?

Coronel C: Sim. Já era à distância, por correspondência. Em 70. O que era? Era assim: ele comprou todo material para os 3 cursos. Então, cada curso tinha material completo para 50/100 alunos; os livros... e aí, ele mandava o livro, o aluno estudava e devolvia o livro.

ISSO DENTRO DO EXÉRCITO?

Coronel C: Não. Com o civil e formou, mais ou menos, nessa época 1800 professores das universidades nesse formato. Ele mandava o material, o professor estudava e o professor devolvia o material. Foi o primeiro passo que eu tenho notícia de um EAD controlado. Se você não controlar, você não sabe o resultado.

ANTES DO GEN MEDICI COMO ESTES CURSOS ACONTECIAM?

Coronel C: Eles surgiram quando o governo quis ensinar o que era uma sessão técnica de ensino.

ISSO NAS UNIVERSIDADES, MAS O CEP JÁ TINHA ESSES CURSOS ANTES. COMO ACONTECIAM?

Coronel C: Não sei dizer quem criou. Era a SECOR. Eu cheguei no CEP e vi um quadro onde tinha o nome da universidade e... mais ou menos 1800 professores em 5/6 anos.

A PROF NELLY QUE ERA ESPOSA DO PROF MAIA ESTAVA NO CEP QUANDO O SR CHEGOU?

Coronel C: Eu conheci parte desta história com ela. Ela era uma filósofa e socióloga e eu conversava muito com ela. Ela me contou a história de São Carlos e como minha primeira mulher morava em Araraquara, eu fui até a UFSCar. Fui também à Universidade de Viçosa que tinha um pólo. Fui a 4/5 universidades para ver, conhecer. Eu gostava. Eu era coordenador de cursos no CEP e eu gostava desse processo. Como é interessante as coisas. Eu gostava daquilo e achava que tinha que melhorar e lá tinha uma pessoa chamada Sarita. Eu fiquei até 87 no CEP, fui para ECEME. Quando estou na ECEME vejo a dificuldade que a ECEME tem... Olha que coisa interessante, mais ou menos em 85... Como era o sistema de idiomas do Exército? Era o seguinte: o CEP tinha uma estrutura dos manuais americanos de ensinar idiomas. Nossos companheiros, amigos telefonavam para nós, que trabalhávamos no CEP, e pedia o envio do manual para que pudessem se preparar [no idioma]. Aí a gente falava assim, lembro até os valores, a cópia do manual custa 38 reais, me manda 45 que eu tiro uma cópia e mando para você. Isso nós fazíamos direto. Isso é importante por que vai nascer o curso de idiomas a distância. Assim nós vivíamos. Eu fui para ECEME e quando cheguei na ECEME... o que acontecia? Eu tomei conhecimento da seguinte situação: só aprovava para ECEME os grandes centros: Rio, pouquíssimos em São Paulo e um grupo grande em Brasília. Isso era mais ou menos 70% da ECEME. Falei que isto estava errado. Eu era aluno da

ECEME. A gente tem que criar condições para que este conhecimento chegue em todos os pontos para que se aprove ou não.

HAVIA UMA CONCENTRAÇÃO.

Coronel C:: Só onde havia cursos presenciais, bons cursinhos [é que havia aprovação]. Terminei ECEME e em dezembro de 88 vim para 1ª Região Militar [RJ]. Nesse período eu fui aprender tecnologia de transmissão porque todo desenvolvimento de tecnologia do Serviço Militar ele era em São Paulo e eu queria que tudo aquilo fosse online. Eu não queria ficar dependendo de São Paulo, então a gente começou a se preocupar com um negócio mais online, com apoio no computador nessa época para acompanhar os resultados. Eu não estava preocupado com o ensino, mas eu queria algo que pudesse acompanhar resultados. Bom, da Região eu fui para Brasília e voltei para comandar o CEP, 94 por aí. Agora a gente volta na SECOR. Quando cheguei para comandar o CEP a primeira coisa que eu fiz foi CECOR.

O Sr TRANSFORMOU AQUELE EMBRIÃO QUE EXISTIA, O SECOR, E TRANSFORMOU EM CECOR?

Coronel C: Aí vai nascer o EAD pesado. Escuta esta história. Eu cheguei no SECOR e falei: Profª Sarita, eu quero mexer nestes cursos aqui. Isto aqui precisa melhorar. Continuava o mesmo modelito, os livros ia, vinha, pedia... Eu contratei 2 pessoas para dar um parecer nestes 3 cursos. Eu demorei uns 15 dias para estabelecer os custos, como fazer e a Sarita brigando contra. Fechamos um custo lá, chamei a Sarita e pedi que fornecesse às professoras todas as informações necessárias para que elas me dessem um relatório sobre estes cursos. Isso era de manhã; quase na hora do almoço, as duas avaliadoras disseram que não queriam tomar o meu dinheiro e nem ganhar dinheiro desonesto. Disseram: os seus cursos não servem nem para jogar no lixo; hoje, estão tão defasados que nem para jogar no lixo presta.

LEMBRA DOS NOMES DESSAS PROFESSORAS? ERAM DE UNIVERSIDADES?

Coronel C: Eram de Federal [UFRJ]. Não me lembro dos nomes; acho que a Zentgraf estava no meio; não lembro. Eram duas profissionais desse tipo, senhoras, preste a se aposentar, com cargo muito forte na Federal do Rio de Janeiro. Aí, eu perguntei por que e elas explicaram que aquilo era muito bacana, que na época da revolução era muito bom. Passei uma tarde conversando com elas. Aí, perguntei a elas: e quem é bom em EAD? Elas falaram: a Nelly Maia é boa em EAD. A Nelly tinha sido minha professora também. E o idioma tinha dado uma evoluída, tinham produzido alguns materiais simples e estava “apanhando”. Chamei a

Nelly e falei assim: eu quero montar um EAD muito bom. Não posso errar, porque vou ter muita dificuldade. O que a sra. sugere? Ela: existe grandes universidades como a Open University, a chinesa. Ela falou 3 ou 4 universidades. Eu falei: te prepara que você vai para lá e vai voltar. Vai você e o chefe do idioma [referindo-se ao Chefe da Sessão de Idiomas do CEP]. Vocês vão nestas 3 grandes universidades, vão chegar aqui e vão me relatar o que vocês viram e nós vamos sentar e definir como tem que ser o EAD. Não teve dúvidas. Eles foram a Open, a Nelly tinha acesso à Open... a Nelly era do International. Council on Education for Teaching (ICET) e ela foi diretora do ICET. E aí ela foi; 22 dias viajando, ela e o Sakamoa [Maj, TC ?]. Quando voltaram, botei eles 2 numa sala para contar a história. Eles contaram, contaram, contaram. Lembro como hoje. Aí falei: Nelly, e agora? Nelly: agora com mais 10 dias a gente... Eu: não, não. Não vamos sair dessa sala antes de resolver como tem ser o EAD nosso. Lembro como hoje. Quadro negro. Ela pensou: partindo daonde? Eu respondi: vamos partir do que nós temos; 3 cursos. Esses cursos precisam, são necessários, então, vamos partir deles. Ela falou: tem que fazer os seguintes passos... botou no quadro negro os passos: tem que fazer isso, fazer isso... encheu metade do quadro negro. Cheguei até os passos e escrevi até tal data, até tal data... ela deu risada. – Você é louco! - Eu não sou louco. Nós vamos fazer isto aqui. Isto já era tipo assim agosto, setembro, até mais já era. De 1995. Eu não tinha dinheiro nenhum para fazer aquilo; gastei uns 2 meses para conseguir um pouco de recurso e, mais ou menos, novembro, dezembro montei a equipe. A Nelly, chefe da equipe, e 3 professoras de universidades para fazerem todo aquele processo para que aqueles cursos virassem EAD e dei até agosto de 1996. Em agosto de 96 eu deveria estar com todo o material pronto para lançar os cursos em 97. Eu ia ficar no comando 3 anos (95, 96 e 97), estava mais ou menos costurado. Aquilo ali foi nascendo num trabalho daquelas professoras. Os cursos foram nascendo... toda semana eu ia lá e perturbava elas. Agora vem o lado bonito. Quando chegou em julho/agosto de 96... um dos itens lá [refere-se aos passos de planejamento] era o reconhecimento de universidades. Eu queria que as universidades federais me reconhecessem. Agora é a vez da UFRJ. Ela vai me reconhecer. Eu, um mocorongo, como eu vou chegar na UFRJ? Marquei uma reunião como reitor da UFRJ, que eu não conhecia, Paulo Alcântara [Paulo Alcântara Gomes - 94 a 98]. Como Paulo Alcântara foi aluno do CM [Colégio Militar]... Nessa reunião sentou o Paulo Alcântara, reitor, para mim era um Deus; o vice-reitor, que hoje está em São Paulo e depois foi reitor; e Palatnik [Marcos Palatnik ?], Chefe da SR2, área de pós-graduação da UFRJ; hoje está na Fiocruz, é um cientista argentino. Aí eu comecei assim: nós temos 3 cursos feito com muito carinho, no qual eu preciso trabalhar na modalidade a distância, por isso, por isso, por isso. O Palatnik, por ser argentino, era

radicalmente contra militar. O Exército argentino não é popular como o nosso. Olhei na cara do Palatnik e vi que não havia sintonia e Paulo Alcântara na dele. Falei assim: professor, acho que a história tem que ser diferente. O sr não está acreditando no que eu estou falando, então, vamos lá na minha casa [CEP] para ver se é assim ou não é. Palatnik falou: eu vou. Quando? Falei: daqui a meia hora; eu não quero preparar nada porque eu vim aqui para falar como lá, nós trabalhamos. O sr. não está acreditando em mim. Aí, o Paulo Alcântara para se vê livre falou: boa idéia, vai. Eu cheguei na porta do CEP, recebi o Palatnik meia hora depois. Mostrei como o curso tinha sido construído; mostrei para ele tudo. Nunca esqueço. Era hora do almoço. Perguntei a ele se queria almoçar e ele disse não; que não veio para almoçar. Mostrei tudo: o carinho, a dedicação, o cuidado, aquelas primeiras noções de EAD, ainda sem tecnologia porque não tinha tecnologia. Era de EAD mesmo, era de conteúdo, eram as preocupações que tinha que ter. Tudo registrado nas paredes desta sala. Aí ele falou assim: Cel, eu nunca vi isso na minha vida. A UFRJ vai diplomar vocês. [Eu disse:] Muito obrigado. [Palatnik:] Quantas vagas? Eu pensei: Puxa, não vou conseguir mais do que 150 alunos por curso. Falei: 450 alunos. [Palatnik:] Tudo isso Coronel? [Eu:] Vamos tentar com isso. [Palatnik:] Vamos. E começamos o processo dentro da UFRJ para os cursos serem aprovados. Que a Nelly entendia muito bem disso e preocupação vamos lançar os cursos em outubro [de 1997] porque para a gente arrumar (eu pensava), aliás, todos nós pensávamos que não vamos arrumar 150 alunos por curso, vamos pagar um vexame. Vou ter que escalar gente! Eram 450 alunos, eram 150 por curso. Quando foi em outubro/novembro de 1996, vamos oferecer os cursos e aí nós divulgamos um período de inscrição de 45 dias, cursos custam bagatelinha... em 2 dias nós tínhamos 1000 alunos inscritos e fechamos a inscrição. A maior loucura do mundo! O meu fax acabava a bobina inteira! Civil, militar! Eu fiquei apavorado. E eu que achava que não ia conseguir. Aí começou pressão do comandante da EsAO, comandante da AMAN, pressionando para abrir mais vagas. Eu voltei no Palatnik e falei: a procura foi grande, em vez de 150, o sr aceita 300? Houve aquela discussão e “tá” bom, 300. Quando cheguei de volta com autorização de 450 para 900, já tinha 1200 alunos inscritos, com a inscrição fechada. Voltei no Palatnik. Isso um dia atrás do outro. Ele me levou no Alcântara. Paulo Alcântara escutou a história, falou assim: Para encerrar: 500 alunos por curso e não volte mais aqui para pedir vaga. E eu levei Alcântara no CEP e aí nasceu uma grande amizade, que sou amigo dele até hoje. Bom, fechamos em 1500 alunos e começamos a funcionar com 1650. Em 97, perfeito? Tudo estruturado, arrumadinho. Eu ainda ia ficar o ano de 97 no comando do CEP para reestruturar melhor, arrumar porque aí já tinha muita verba. Em maio de 97 me transferiram. Esses cursos eram apoiados dentro da UFRJ na decania cujo professor decano

era o Prof Carlos Alberto que cuida da parte de Comunicação Social, Psicologia, Educação na Praia Vermelha. Lá eram ancorados estes cursos. Eu fui no Carlos Alberto e falei: Carlos Alberto, fui transferido, daqui 2 anos eu volto; você segura as pontas 2 anos que eu volto e a gente formar dentro da UFRJ o EAD. E ficamos nós aqui dentro. Feito? Feito. Deixei o Paulo Gil [Coronel]...

DEIXOU O CEL PAULO GIL NA CECOR?

Coronel C: Não. CECOR acabou, agora era Seção EAD, dentro do CEP. A CECOR não tinha mais função. A primeira coisa que eu fiz foi acabar. Eu acabei com a CECOR.

NO MOMENTO EM QUE A PROFª NELLY VOLTOU DE VIAGEM O Sr ACABA COM A CECOR.

Coronel C: Acabo com a CECOR. Acabei com os cursos. Acabei com tudo. E disse: ano que vem vai ter outros cursos.

AÍ DEIXA O CEL PAULO GIL...

Coronel C: Chefe do EAD novo desses 3 cursos. Falei: Paulo Gil, você faz exatamente o que eu estou te mandando que eu vou para fora e volto pro Rio e nós vamos fundar o EAD na UFRJ.

AÍ O CORONEL A E O CORONEL ALCANTARA...

Coronel C: Aí quando eu voltei, 2 anos depois, voltei para o DEP [atual DECEX].

EM 99 O Sr VOLTA PARA A GUARNIÇÃO DO RIO DE JANEIRO E ASSUME A CHEFIA DO GABINETE DO DEP.

Coronel C: Chefe da 1ª Seção de Gabinete do DEP (A1). Fundei na UFRJ um núcleo de EAD.

EM 99?

Coronel C: Em 99 mesmo.

E O CEL PAULO GIL?

Coronel C: Ficou no CEP com o núcleo de EAD do CEP. E aí nós fizemos o seguinte: eu levei para a UFRJ o Alcântara, o Gusmão e criamos um núcleo. O “cara” nos deu um espaço espetacular, bonito, bom. Fundamos. Espetacular! Nós começamos a ter problemas dentro da

UFRJ... o Palatnik saiu e nós começamos ter problemas de reconhecimento. Dificuldades. Nessa época o governo do Estado quis fazer um conglomerado. Quis criar o EAD. Um projeto político: CEDERJ [Consórcio Cederj – Centro de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro]. Saímos da UFRJ. E ficamos sem ter um padrinho, um reconhecimento e iríamos acabar. O Paulo Alcântara saiu da UFRJ, terminou o período dele e foi ser reitor da Universidade Castelo Branco [UCB]. Ele me chamou, nós sentamos e fizemos o EAD lá. O mesmo grupo. Era bom por que? Porque dava assinatura, ele tinha reconhecimento do MEC. No EAD o importante é o reconhecimento. Várias vezes o MEC veio visitar o EAD e achava que era maravilhoso e aí nós ficamos na UCB com o mesmo grupo. E eles reconhecendo os cursos. Como tudo na vida, as coisas têm que evoluir. O grupo, observação minha, pode estar errada, não queria evoluir. Acostumou com aquele $2 + 2$ só, e eu brigando pela evolução, brigando pela evolução, brigando pela evolução. Eles defendiam a seguinte idéia: não precisa evoluir; eu estou buscando alunos lá no fim do mundo e no fim do mundo não tem internet. Eles têm razão, mas eu não quero só este aluno, eu quero o aluno do grande centro também. Este foi o nosso ponto de dificuldade, entre o que eu pensava e o grupo. Quem era o grupo? Paulo Gil, Alcântara, Gusmão e bons professores. Ah, tem uma passagem antes. Quando nós saímos da UFRJ, nós fizemos o curso com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [UFRRJ], ficamos lá um período. Lá ia dar muito certo até que trocou reitor e a Pró-reitora de Pós-graduação falou o seguinte para mim e para o Paulo Gil: - Azar de quem mora longe neste país; não quero nem saber; eu sou uma universidade pública e quem quiser estudar que venha aqui. Eu [Coronel C:] achei isso absurdo tão grande que levei para o reitor dela e ele confirmou. Nós acabamos. Como experiência outra, nesse mesmo grupo, levou para Universidade Federal Fluminense [UFF] 3 cursos também. Na Federal Fluminense, 1 de matemática, um dos melhores cursos que já teve no Brasil de Matemática; pegamos os melhores professores de matemática e montamos o curso. O curso era mil! A história da matemática contada por eles, você lia apaixonado. Um [curso] de criptografia, não tinha isso no país, nós criamos dentro da UFF. Gastamos 3 anos para criar os cursos. Eles são muito da esquerda e eles não acreditavam. Então, eu e Alcântara fomos na UFRJ [leia-se UFF] uma centena de vezes para convencer os professores a trabalhar, até que a gente convenceu. Os três cursos da UFRJ [leia-se UFF], eles minavam alunos. Maravilhoso. E o relacionamento nosso era muito bom com a Federal Fluminense e muito bom com a FEC, Fundação da Federal Fluminense [Fundação Euclides da Cunha]. Então, nós tínhamos a Rural brigando conosco, a Federal Fluminense apoiando, mas a Federal Fluminense não queria educação e eu tinha que ter cursos na área de educação. Por que? Porque a meta do DEP era educação.

O Sr ESTAVA NO DEP FAZENDO ESSES CURSOS E A EAD DO CEP?

Coronel C: O CEP tinha os 3 cursinhos deles só.

QUE ERAM EM CONVÊNIO COM A UFRJ E DEPOIS DEIXOU DE SER?

Coronel C: Primeiro com a UFRJ, depois com a Rural e depois UCB, mas ficou nisso.

ENQUANTO ISTO O Sr EXPANDIA PELO DEP ESSAS OUTRAS OPORTUNIDADES...

Coronel C: Exatamente. Exatamente isso. Aí... Federal Fluminense... O Celso, que era um das âncoras da matemática, que era o vice-reitor do CEDERJ, era nosso professor. Olha só a brincadeira. Ele vai para Brasília, para a Universidade Aberta, aí eu perdi o apoio e resolvi cortar a Federal Fluminense. Paramos de trabalhar com eles. Fechei lá. Aí ficou só na UCB. Nesse choque... é importante entender... nesse choque entre tecnologia e o tradicional, eu comecei a buscar soluções para a tecnologia. Onde aprendi muita coisa, qual é o EAD, qual é o EAD ideal. É extremamente complexo. Não adianta a gente falar que o EAD ideal é este modelo porque depende muito do público. Veja bem, se eu for pensar no Exército como um todo, ainda eu não tenho muitas condições de usar tecnologia. Então, o que fui aprendendo? Que um fator decisivo no EAD é o controle do aluno. 100% de autonomia dele. Fui aprendendo... aí são modelos... no EAD que nós estruturamos nós damos liberdade total do aluno; o foco é o aluno. Depois foram aparecendo outras EAD onde o foco não era o aluno e era a aula. Por exemplo, se eu usar satélite o foco é a aula porque o aluno tem uma grade que eu vou falar com é a hora que ele vai ter que estudar; não tem a liberdade. E o que nós pensamos, nós bolamos lá atrás era o aluno com liberdade. Esta dicotomia da situação vai decidir qual tecnologia empregar.

É QUANDO O Sr CRIA O PORTAL DE ENSINO DO EB? 2003?

Coronel C: 2003. Nós criamos o portal e precisávamos de um ambiente virtual de ponta. Começamos no COPPE/UFRJ desenvolver. Depois de seis meses chegamos a conclusão de que eles não conseguiam desenvolver porque a gente combinava uma coisa e eles faziam outra. Aí, fomos para o IME, mas...

FOI AÍ QUE O Sr CRIOU O EMBRIÃO DA ATED (Assessoria de Tecnologia da Informação e Educação a distância) DO DECEX?

Coronel C: Exatamente. Aí eu vim para ATED, trouxe o embrião. Busquei qual era o sistema mundial, que era o Moodle.

O Sr ERA CHEFE DA SG1 DO DECE_x?

Coronel C: Não. Era Chefe de Gabinete. Depois, eu vou para Chefe da ATED.

EM QUE ÉPOCA?

Coronel C: 2002, 2003.

QUANDO O Sr TROUXE O PORTAL PARA DESENVOLVER COM O IME ERA 2003...

Coronel C: Isso. Tudo era 2003. Eu fiquei no IME um ano e meio lá dentro. E aí eu cheguei a seguinte conclusão: tenho que contratar um engenheiro, estudar este bicho aqui [Moodle] e adaptar este bicho para o Exército. Nasceu o ambiente virtual: o *ebaula*. Esse engenheiro [Carlos], que era 01 da UERJ, está conosco até hoje. Ele só faz cuidar do Moodle.

ELE É CIVIL? O SOBRENOME?

Coronel C: É civil. Não sei. Aí, eu trouxe um arquiteto de sistema, que é o Marcelo Hack [?], e com isso aqui nós estruturamos o portal e paramos de ter problemas. Teoricamente 100%.

OS PRIMEIROS CURSOS NESTE PORTAL FORAM OS DE IDIOMAS?

Coronel C: Aí, a gente ia começar idiomas, mas não dava por política interna do CEP. O DEP não deveria executar EAD; devia normatizar, mas na ausência de alguém que executasse, nós passamos a executar. Aí tivemos que fazer seguro para o lado da UCB, trabalhar com EAD. E o CEP sempre brigando conosco, sempre brigando. E teoricamente nós estávamos bem. Eu tinha um bom ambiente virtual com os processos de EAD que eu queria lá dentro do ambiente virtual... era ótimo!... só que não é a solução definitiva porque ainda faltava um pouco de interatividade. A interatividade que o Moodle proporciona... ela é limitada para a tecnologia hoje; não para 6/7 anos atrás.

O CEP AGORA TEM UMA ESTRUTURA...

Coronel C: Estamos criando toda estrutura de EAD no CEP. A infraestrutura nós já criamos ano passado. Esse ano já estamos, atualmente, instalando a infra necessária para o idioma. E o nosso projeto é até agosto eu já estou com esta plataforma funcionando dentro do CEP. E esta plataforma vai servir pro outro EAD. O EAD é como você vê o aluno define a metodologia. Como você vê o aluno, você vai sair ou mais tecnologia ou menos tecnologia. Nós tivemos grandes experiências que muito nos ajudaram. Nós montamos o EAD da COPPEAD [UFRJ]. COPPEAD é das maiores faculdades, só pós-graduação, de administração do mundo. Ela está

entre as 50 melhores. O processo de ensino deles é completamente diferente do nosso e foi por isso que eu entrei lá. Para aprender o processo de ensino deles para montar o EAD. Hoje o EAD da COPPEAD é nós que fazemos. Isto você aprende e traz para o DECEX. O EAD da Escola Superior de Propaganda e Marketing, somos nós que fazemos também, concebemos e fazemos. Depois, com o tempo, a gente veio arrumando a EsAO [Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais], arrumando a EASA [Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos], arrumando a ECEME [Escola de Comando e Estado-Maior do Exército], com EAD lá dentro.

CORONEL, JÁ QUE O Sr VOLTOU PARA O SISTEMA, PERGUNTO: ESSES CURSOS [OS CURSOS CITADOS PELO CORONEL SÃO DO ITINERÁRIO FORMATIVO DO OFICIAL E DO PRAÇA] NA MODALIDADE EAD, QUE NA VERDADE SÃO BLENDED, O Sr OS CONSIDERA INCIPIENTES COMPARADO COM TODO O PROGRESSO DE EAD QUE JÁ TEMOS NOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO?

Coronel C: Muito aquém, mas vamos ver por que. Aí está aquilo que a gente falou. Quando eu falou EAD na EsAO, eu tenho que falar IBV8, um pelotão que só se chega de canoa com 7 dias de viagem, ele é aluno do Exército. Eu tenho que chegar lá no IBV8 da mesma forma que eu chego na tua casa. Então aqui, veja bem, eu não posso colocar na EsAO uma tecnologia tão alta que isole este “cara” aqui.

O Sr ESTÁ DIZENDO QUE OS CURSOS DOS QUAIS O Sr FALOU NÃO TEM SUPORTE DE TECNOLOGIA PARA CHEGAR ATÉ LÁ NA FRONTEIRA?

Coronel C: Não, não tem e ele vai perder o estímulo. Então nós criamos o meio termo. Toda esta experiência a gente botou dentro do projeto idioma. No projeto idioma quando o aluno entra na plataforma, primeira opção: você quer online ou offline? Ele vai escolher. E ele tem várias... por exemplo, jornais no idioma que ele estuda, ferramentas para poder desenvolver sua habilidade lingüística. E se ele está offline, ele não vai ter isto aqui, mas eu vou armazenar o que ele fez e uma hora eu vou tirar dele, e vou saber o que ele fez, mas isso é complicado, mas a solução já tem e nós já praticamos. Então, por exemplo, para o capitão na EsAO, eu tenho que mexer na cultura. Isto [a cultura] aqui mata! Mata tudo! É o calcanhar de Aquiles. Mas, ele [o capitão que está cursando a EsAO] terá que estudar idioma. Aí é onde tem a melhor tecnologia. Ele vai ver aqui no idioma.

MAS ATÉ QUE O CAPITÃO CHEGUE AÍ PARA APRENDER O IDIOMA, ELE PODE ESTÁ CRIANDO MAIS RESISTÊNCIA À EAD...

Coronel C: Isso não é nada. Pega a EASA. Sargento. É uma cultura complicada. Porque aqui está o grande problema do EB/EAD é aqui. Aqui nós temos mais ou menos 1300 alunos. Eu preciso continuamente de 3 pessoas para ensinar o sargento a entrar na aula. Quebrando a cultura aqui. É um parto! Isso aqui a gente não fala para ninguém. Esse projeto é meu xodó. Eu me dedico, vou lá no fim do mundo [EASA fica em Cruz Alta, RS] só para ver como ele anda.

AS ESCOLAS JÁ TEM SEUS NÚCLEOS DE EAD...

Coronel C: Sim. A EsAO já tem, foi ali o modelo. Na EASA está igualzinho, só que é outro povo. Na EASA, quando nós implantamos, era mais ou menos 10% dos alunos que tinham acesso. Hoje a EASA, como escola, já está exigindo que instale dentro da EASA uma rede Wi-Fi porque os alunos já estão trazendo notebooks para estudar. O aluno à noite quer estudar. Está dando um salto de qualidade. Quando a gente fala de EAD no Exército é muito complicado porque eu tenho diferentes camadas. Se a pessoa não tiver esta idéia de caminhar para cima, ela vai morrer. Olha que salto, olha o que vai acontecer: se o idioma der ok este ano, ano que vem nós vamos colocar idioma na EASA e na EsSA [Escola de Sargentos das Armas]. Pronto. Aqui [projeto idioma] é tecnologia de ponta; não existe tecnologia igual. Eles vão ter conhecimento do que existe de melhor, pelo menos nas escolas.

VAI HAVER O CONTATO DO ALUNO COM A PLATAFORMA/PROJETO IDIOMA POR UM ANO NAS ESCOLAS...

Coronel C: Isso. Um ano nas escolas. Ele saiu [da escola], foi para Corumbá, lá ele não tem, mas sabe que o Exército já tem e quando ele sair de lá [Corumbá], ele vai buscar. É uma mudança complicada. Não é igual a um EAD de uma universidade que não está nem aí. Faz e até logo. Dentro desta confusão toda eu acho que 2005 ou 2006, mais pensando no sargento e na família, nós fizemos a parceria com a Unisul [Universidade do Sul de Santa Catarina]. É uma epopéia, não é? É uma guerra bonita.

APÊNDICE D – Questionário



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO EXÉRCITO
(Insp G Ens Ex/1937)**



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO HUMANA**



Nr e data entrada

_____/CAO 2ºano

____/____/2010

Questionário de Pesquisa de Campo

“Atenção, Sentido!”, a Educação a Distância está presente na caserna.

Este questionário tem como objetivo conhecer as atitudes dos Oficiais intermediários das Armas, Quadros e Serviços do Exército Brasileiro frente à educação a distância desenvolvida na instituição.

Os dados serão utilizados para pesquisas e elaboração de dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, devidamente autorizada pelo Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) e incluída no Plano de Cursos e Estágios em Estabelecimentos Civis Nacionais (PCE-EECN) do Estado-Maior do Exército (EME).

Responsável: 1º Ten QCO Ped Andréa Carvalho de Castro Albuquerque

Orientação: Profª Drª Eloiza Gomes da Silva Oliveira

Não é necessário a sua identificação.

1. ITENS DE QUALIFICAÇÃO

- 1.1 Arma, Quadro ou Serviço:
- Infantaria
 - Artilharia
 - Cavalaria
 - Comunicações
 - Engenharia
 - Material Bélico
 - Intendência

1.2 Idade: _____ anos

2. ATITUDE FRENTE À TECNOLOGIA

2.1 Indique a alternativa que mais traduz sua desenvoltura com a tecnologia (*hardware* e *software*), a internet (*e-mail* e *downloads*) e as redes sociais (*blogs*, *twitter*, *MSN* etc.):

- muito hábil:** resolvo problemas do computador; faço *downloads* de programas, músicas, jogos e filmes; uso todas as funções do *e-mail*; e interajo facilmente nas redes sociais.
- hábil:** resolvo problemas simples do computador; faço *downloads* de músicas e jogos; uso *e-mail*; e interajo nas redes sociais em um nível elementar.
- pouco hábil:** tenho dificuldades para resolver problemas simples do computador; não consigo fazer *downloads*; uso *e-mail* (ou não); e desconheço as redes sociais.

2.2 Escreva uma palavra ou expressão que caracterize a sua atitude frente à tecnologia:

3. EXPERIÊNCIA COM CURSOS A DISTÂNCIA

3.1 O Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO 1º ano) foi o seu primeiro curso a distância?

SIM NÃO

3.1.1 O CAO 1º ano foi o seu primeiro curso a distância no Exército?

SIM NÃO

3.2 Informe sua satisfação com a experiência do CAO 1º ano (fase a distância):

Muito satisfeito

Satisfeito

Pouco satisfeito

3.3 Informe com qual recurso mais gostou de trabalhar no CAO 1º ano (fase a distância):

Chat

Conferências online

Fórum

Outro. Especifique: _____

Os recursos interativos não estavam disponíveis.

3.4 Sua habilidade com a tecnologia (hardware e software), a internet (*e-mail e downloads*) e as rede sociais (blogs, twitter, MSN, etc.) foram melhoradas após a fase a distância do CAO?

SIM NÃO

3.5 Haveria interesse em realizar outros cursos na modalidade a distância, fora do Exército?

SIM NÃO

3.5.1 O que lhe levaria a fazer cursos na modalidade a distância?

4. IDEIAS SOBRE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - CONTINUAÇÃO

A18) Uma nação não consegue preservar sua história, originalidade e humanidade, entregando-se à soberania de uma noção de mundo tecnológico.

Concordo plenamente	Concordo um pouco	Indeciso	Discordo um pouco	Discordo plenamente	Não sei responder
6	5	4	3	2	1
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

A19) A atitude favorável à autoaprendizagem (aprender a aprender) é entendida como uma condição essencial para um processo de educação continuada do militar.

Concordo plenamente	Concordo um pouco	Indeciso	Discordo um pouco	Discordo plenamente	Não sei responder
6	5	4	3	2	1
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

A20) Para o desenvolvimento de um ensino a distância de qualidade é preciso, principalmente, de uma tutoria atuante no processo ensino-aprendizagem.

Concordo plenamente	Concordo um pouco	Indeciso	Discordo um pouco	Discordo plenamente	Não sei responder
6	5	4	3	2	1
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

5. OPINIÃO

5.1 Em sua opinião, quais seriam as vantagens do uso da educação a distância no Exército?

5.2 Em sua opinião, quais seriam as desvantagens do uso da educação a distância no Exército?

5.3 O que o curso na modalidade a distância (do Exército) mudou no Sr. ou na sua concepção de ensino-aprendizagem?

2.2. Escreva uma palavra ou expressão que caracterize a sua atitude frente à tecnologia:		
Σ	Ideia	Variações
28	Interesse	curiosidade, curioso
7	Aprendizagem	aprender, autoaprendizagem, desejo aprender mais sobre o assunto
7	Facilidade	comodidade, conforto
5	Atual	atualização, atualizado
4	Adaptação	tento me adequar
4	Bom	muito bom
4	Praticidade	<i>facilidade de acesso as coisas</i>
3	Desafio	
3	Necessidade	
2	Aprimoramento	<i>necessidade de aperfeiçoamento</i>
2	Autoaperfeiçoamento	
2	Dificuldade	
2	Entusiasmo	empolgação
2	Essencial	fundamental
2	Favorável	
2	Globalização	
2	Normal	
2	Receptivo	
2	Usuário	
2	Útil	
1	Acompanhamento	
1	Apazível	
1	Atraso	
1	<i>consigo desenrolar as atividades básicas</i>	
1	<i>contra inteligência muito pouco desenvolvida</i>	
1	<i>cria e resolve problemas</i>	
1	Descoberta	
1	Desconhecido	
1	Desenrolado	
1	Desinteresse	
1	Emergente	
1	Esforço	
1	<i>Exploração do conhecimento</i>	
1	Facilitadora	
1	Familiaridade	familiarizado
1	Fraco	
1	Hi-Tech	

3.4 Sua habilidade com a tecnologia (hardware e software), a internet (e-mail e downloads) e as rede sociais (blogs, twitter, MSN, etc.) foram melhoradas após a fase a distância do CAO?

A/Q/S	Infantaria	Artilharia	Cavalaria	Comunicações	Engenharia	Mat. Bélico	Intendência	Total
Sim	6	2	2	3	3	2	6	24
Não	38	11	10	5	24	8	18	114
Amostra	44	13	12	8	27	10	24	138
Sim	14%	15%	17%	38%	11%	20%	25%	17%
Não	86%	85%	83%	63%	89%	80%	75%	83%
Amostra	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

3.5. Haveria interesse em realizar outros cursos na modalidade a distância, fora do Exército?

A/Q/S	Infantaria	Artilharia	Cavalaria	Comunicações	Engenharia	Mat. Bélico	Intendência	Total
Sim	35	10	8	8	19	7	18	105
Não	9	3	4	0	8	3	6	33
Amostra	44	13	12	8	27	10	24	138
Sim	80%	77%	67%	100%	70%	70%	75%	76%
Não	20%	23%	33%	---	30%	30%	25%	24%
Amostra	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

3.5.1 O que lhe levaria a fazer cursos na modalidade a distância?

Σ	Ideia
34	Administração do tempo
27	Facilidade
12	Aperfeiçoamento
9	Impossibilidade de realizar curso presencial
7	Praticidade
6	Baixo custo
6	Facilidade de acesso
6	Interesse em temas específicos
5	Informação/conhecimento
4	Falta de curso no local de moradia
4	Flexibilidade
4	Não gosta de EAD
4	Obrigatoriedade
2	Cultura geral
2	Gestão da aprendizagem
2	Preparação para reserva
1	Aumento de escolaridade
1	Conveniencia

A20. Para o desenvolvimento de um ensino a distância de qualidade é preciso, principalmente, de uma tutoria atuante no processo ensino-aprendizagem.								
A/Q/S	Infantaria	Artilharia	Cavalaria	Comunicações	Engenharia	Mat. Bélico	Intendência	Total
Não sei responder	0	0	0	0	1	0	2	3
Discordo plenamente	0	0	1	0	0	0	0	1
Discordo um pouco	1	0	1	0	2	0	0	4
Indeciso	1	0	0	0	0	2	0	3
Concordo um pouco	5	4	2	0	4	2	1	18
Concordo plenamente	37	9	8	8	20	6	21	109
Amostra	44	13	12	8	27	10	24	138
Não sei responder	---	---	---	---	4%	---	8%	2%
Discordo plenamente	---	---	8%	---	---	---	---	1%
Discordo um pouco	2%	---	8%	---	7%	---	---	3%
Indeciso	2%	---	---	---	---	20%	---	2%
Concordo um pouco	11%	31%	17%	---	15%	20%	4%	13%
Concordo plenamente	84%	69%	67%	100%	74%	60%	88%	79%
Amostra	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

5. Opinião

5. 1 Em sua opinião, quais seriam as vantagens do uso da educação a distância no Exército?		
Σ	Ideia	Variações
59	Baixo custo	economia de recurso
38	Administração do tempo	economia de tempo
20	Aperfeiçoamento	tecnico/profissional, atualização, capacitação, disseminação de informação/conhecimentos
20	Atendimento maior de alunos	
16	Abrangencia: alcance	nacional, de qq lugar, de lugar difícl
14	Gestão da aprendizagem	autoaprendizagem
8	Autoaperfeiçoamento	
8	Facilidade	estudar ou fazer em casa, comodidade
8	Sem movimentação do militar	
6	Preparação de curso presencial	
6	Tutoria e recursos	interatividade
5	Compatibilidade com as atividades laborais	
5	Praticidade	
4	Educação continuada	
4	Facilidade de acesso	conteudo, aulas, informação
3	Cultura da Informatica	
3	Flexibilidade	
3	Nenhum	
2	Aumento da escolaridade	

1	Ampliação da estrutura do sistema de ensino	
1	Contato mundo modernizado	
1	Continuidade	
1	Ensino dinamico	
1	Habito da leitura	
1	Impossibilidade de curso presencial	
1	Modernização do ensino	
1	Não sei	
1	Rapidez	
1	Velocidade de divulgação	
14	Não respondeu	

5. 2 Em sua opinião, quais seriam as desvantagens do uso da educação a distância no Exército?		
Σ	Ideia	Variações
25	Dificuldades com a tutoria e com a orientação e correção da aprendizagem	pouca interação; pouca eficiência; ausência
21	Incompatibilidade com atividades laborais	falta de apoio por parte da chefia; perda do horário de lazer
12	Falta de interação	entre cursistas, falta de trabalho em grupo
7	Desestímulo	em cursos obrigatórios, depende do aluno a motivação/interesse
7	Falta do contato pessoal/físico professor-aluno	
7	Indisponibilidade de recursos tecnológicos	
6	Alguns assuntos não são cabíveis para a modalidade	Falta de exercícios práticos, vivenciais
6	Dependência tecnológica	dependência internet
6	Disciplina nos estudos	dedicação
6	Redução do rendimento do aluno	
4	Sem desvantagens	se bem planejado, conduzido, etc
3	Descrença pela modalidade	Graduação a distância inferior a modalidade presencial
3	Difícil fiscalização	
3	Substituição do ensino presencial	
2	Dificuldade na aprendizagem	
2	Disparidade entre processos e instrumentos de avaliação	
2	Não sei	
1	Acesso a informações	conteúdo online
1	Banalização da modalidade	
1	Controle do tempo	
1	Dificuldade de avaliar o aluno	
1	Diminui vivencia nacional	
1	Dispersão	
1	Falta de cultura para com a EAD	

1	Impessoalidade	
1	Não reconhecimento da modalidade	
1	Necessidade de conhecimento de informática	
1	Necessidade de recursos tecnológicos	
1	Pouca valorização dos alunos de EAD	
1	Trabalhar comportamentos e valores	
22	Não respondeu	

5. 3 O que o curso na modalidade a distância (do Exército) mudou no Sr. ou na sua concepção de ensino-aprendizagem?		
Σ	Ideia	Variações
36	Positiva	fala pelo menos da situação que viveu, considerando positiva
29	Autonomia	autodidatismo, autoaperfeiçoamento, busca de informação, pesquisa, gestão do tempo, aprender a aprender
20	Em nada	Diz que não mudou em nada sua forma de aprender
14	Crença na modalidade	
5	Mediação	
4	Negativa	fala pelo menos da situação que viveu, considerando negativa
2	Não fez o curso	
1	Não sei responder	
20	Resposta não pertinente	Fala de estrutura, de importância para o EB, etc.
25	Em branco	

ANEXO A – Diretrizes sobre Educação a Distância no Exército

1. DIRETRIZES PARA O ENSINO A DISTÂNCIA NO EXÉRCITO BRASILEIRO, 1994.

PORTARIA Nº 062-EME, DE 31 DE OUTUBRO DE 1994 (OKI)
 APROVA AS DIRETRIZES PARA O ENSINO A DISTÂNCIA NO
 EXÉRCITO

O Chefe do Estado Maior do Exército, no uso das atribuições que lhe conferem o Art 32 da Lei 6265, de 19 de novembro de 1975, e Art 49 do Decreto 77.919, de 25 de junho de 1976, resolve:

Art 1º - Aprovar as Diretrizes para o Ensino à Distância no Exército, que com esta baixa.

Art 2º - Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

DIRETRIZES PARA O ENSINO À DISTÂNCIA NO EXÉRCITO
 BRASILEIRO

1. FINALIDADE

Estabelecer as diretrizes para o Ensino à Distância do Exército Brasileiro.

2. OBJETIVOS DO ENSINO À DISTÂNCIA

a. Ampliar a capacidade do Sistema de Ensino do Exército, apoiando os seus componentes, particularmente no que se refere ao Ensino Militar Bélico, ao Ensino Militar Científico-Tecnológico, ao Ensino Preparatório e Assistencial ao Ensino Supletivo e à Instrução Militar (SIMEB).

b. Proporcionar aos integrantes do Exército, bem como aos seus familiares, a oportunidade de ampliar a sua capacitação, nas áreas de interesse da Força ou individuais, por meio do auto-aperfeiçoamento.

c. Permitir a disseminação padronizada de instrução, ensino, técnicas e informações para todo o Exército, com economia de recursos.

d. Preencher o intervalo educacional entre as escolas de formação, especialização, aperfeiçoamento e altos estudos militares, possibilitando, ainda, o preparo para o ingresso nessas escolas.

e. Proporcionar aos integrantes da Força, servindo em localidades carentes bem como aos seus familiares, condições de realizar cursos do ensino regular

f. Colocar à disposição das Organizações Militares e dos integrantes da Força informação instantânea por meio de rede aberta de informática e

comunicações institucionais via satélite ou cabo.

g. Proporcionar a criação de meios de ensino à distância que possam servir ao Exército e a outras organizações com as quais o Exército tenha convênios.

3. ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO À DISTÂNCIA

a. Generalidades

Esta organização é uma configuração inicial do SEAD, que poderá evoluir, no futuro, em função das necessidades da Instituição e de seus usuários

b. Estrutura

O SEAD será integrado por um Centro de Ensino à Distância (CEAD), e pelos Estabelecimentos de Ensino (EE). Participam ainda do SEAD, o COTer e as OM que forem chamadas a cooperar nas atividades. O Estado-Maior do Exército e o Departamento de Ensino e Pesquisa são órgãos normativos, coordenadores e diretores do sistema.

c. Centro de Ensino à Distância

1) Missão

Tem como missão conduzir as ações do Ensino à Distância no Exército.

2) Organização

Em princípio, o CEAD deverá estruturar-se nos seguintes setores:

- Setor de Planejamento e Controle - com as atribuições de planejamento do SEAD e das atividades do CEAD, bem como da avaliação da eficácia do Sistema por meio de indicadores setoriais.

- Setor de Produção de Meios - composto pelos subsectores de planejamento educacional, produção de conteúdo e produção de meios instrucionais.

- Setor de Controle e Validação - encarregado de elaborar os instrumentos para avaliação da aprendizagem e de validar os recursos instrucionais.

- Setor de Distribuição de Meios - responsável pela distribuição dos meios instrucionais aos Estabelecimentos de Ensino ou diretamente aos usuários.

d. Estabelecimentos de Ensino

Participarão das atividades de EAD, mediante indicação do CEAD, selecionando e organizando os conteúdos programáticos. Integrarão o processo de validação dos currículos e dos recursos instrucionais, da avaliação dos projetos e do acompanhamento da execução dos cursos desenvolvidos em sua área de competência.

4. Meios

a. Pessoal

O Sistema deverá empregar o pessoal civil e militar da ativa e da inatividade que possuam experiência e conhecimentos neste campo.

b. Material

Inicialmente, o Sistema deverá contar com os equipamentos de produção de meios já existentes em outras OM, integrando-as ao sistema e encarregando-as da produção, de acordo com a orientação recebida.

c. Recursos Financeiros

O EME definirá os recursos necessários à implantação do SEAD e o DEP se encarregará das necessidades de manutenção.

5. LOCALIZAÇÃO E SUBORDINAÇÃO DO CEAD

A partir desta data, fica estabelecido um núcleo do CEAD, vinculado ao DEP (DFA), que terá a orientação técnica do EME para sua implantação. Após a criação do CEAD, este passará a subordinar-se ao DEP.

6. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

a. O SEAD deve ser o repositório de meios e tecnologias e constituir-se no Centro de Referência para a internalização de novas tecnologias de EAD.

b. O EME deve desenvolver as medidas necessárias à criação do CEAD e coordenar, em ligação com o DEP, as ações para sua implantação.

c. O DEP (DFA), em ligação com o EME, deverá elaborar, até 30 de novembro de 1994, um plano de implantação do CEAD e, posteriormente, empreender as providências decorrentes. Esse plano de implantação, entre outros aspectos, deve estabelecer: ações a realizar, prazos e recursos iniciais necessários.

d. O SEAD conduzirá a preparação dos recursos humanos necessários ao sistema.

2. DIRETRIZES GERAIS PARA O ENSINO A DISTÂNCIA NO EXÉRCITO BRASILEIRO, 1999.

PORTARIA Nº 013, DE 27 DE ABRIL DE 1999

Aprova as Diretrizes Gerais para o Ensino a Distância no Exército Brasileiro

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria Ministerial Nº 266, de 27 de abril de 1998 - Regulamento do Estado-Maior do Exército (R-173) e ouvidos os Órgãos de Direção Setorial e os Grandes Comandos interessados, resolve:

Art. 1º Aprovar as Diretrizes Gerais para o Ensino a Distância no Exército Brasileiro.

Art. 2º Determinar que a presente Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogar a Portaria Nº 062-EME, de 31 de outubro de 1994.

DIRETRIZES PARA O ENSINO A DISTÂNCIA NO EXÉRCITO BRASILEIRO

1. FINALIDADE

Estabelecer as diretrizes para o Ensino a distância (EAD) no Exército Brasileiro.

2. OBJETIVOS DO ENSINO A DISTÂNCIA

a. Ampliar a capacidade do Sistema de Ensino do Exército, apoiando os seus componentes, particularmente no que se refere à Linha de Ensino Militar Bélico, inclusive a Instrução Militar, à Linha de Ensino Militar Científico-Tecnológico, ao Ensino Preparatório e Assistencial e à Educação de Jovens e Adultos.

b. Proporcionar aos integrantes do Exército, bem como aos seus familiares, declarados como dependentes, de acordo com a legislação em vigor, a oportunidade de ampliar a sua capacitação, nas áreas de interesse da Força ou individuais, por meio do auto-aperfeiçoamento.

c. Permitir a disseminação de conhecimentos e técnicas para todo o Exército, com economia de recursos.

d. Contribuir na preparação de militares para ingresso nos cursos de aperfeiçoamento e de altos estudos militares e para o cumprimento de missões no exterior.

e. Proporcionar a reciclagem de conhecimentos dos militares mediante a realização de cursos de extensão e de atualização para os concludentes dos cursos de formação, graduação, pós-graduação, especialização e de altos estudos militares.

f. Contribuir para maior integração do Exército Brasileiro com as demais Forças Singulares, Forças Auxiliares e entidades civis, nacionais ou estrangeiras, oferecendo vagas em cursos pelo Sistema de Ensino a Distância.

g. Proporcionar aos integrantes da Força, servindo no exterior ou em localidades carentes, bem como aos seus familiares acompanhantes, declarados como dependentes, de acordo com a legislação em vigor, condições de realizar cursos do ensino regular.

3. SISTEMA DE ENSINO A DISTÂNCIA (SEAD)

a. Organização do SEAD

O SEAD será coordenado pelo DEP, com a assessoria técnico-pedagógica do CEP e integrado pelos Estabelecimentos de Ensino do Exército. Participam ainda do SEAD a SCT, o COTER e as OM que forem chamadas a cooperar em suas atividades. Esta organização é uma configuração inicial, que poderá evoluir, em função das necessidades da Instituição e de seus usuários.

b. Funcionamento do Sistema

1) O Sistema tem por missão implementar as ações de ensino a distância no âmbito do Exército Brasileiro.

2) O QLPM dos EE, encarregados de operar cursos na modalidade de EAD, poderá ser reestruturado, de acordo com o desenvolvimento do Sistema, mediante proposta ao EME.

3) O pessoal civil e militar da ativa e da reserva, que possua experiência e conhecimento na área de EAD, deverá ser empregado no desenvolvimento do Sistema.

4) Inicialmente, o Sistema contará com os meios passíveis de utilização para produção de cursos sob a modalidade de EAD já existente em qualquer OM, integrados ao Sistema de acordo com a orientação recebida do DEP.

5) Uma Rede Virtual de Ensino deverá ser implementada nos cursos sob a modalidade de EAD, a fim de possibilitar a utilização dos meios de uma rede aberta de informática (Internet).

6) As OM encarregadas de operar cursos de interesse profissional da Força na modalidade de EAD utilizar-se-ão de recursos financeiros distribuídos pelo DEP e por outros órgãos do EB.

7) Os cursos que não sejam de interesse do EB e/ou freqüentados por civis e militares de outras Forças deverão ser custeados por entidades conveniadas ou com recursos advindos da cobrança de taxas e mensalidades dos alunos.

4. ATRIBUIÇÕES

a. EME

1) Aprovar as diretrizes para o EAD.

2) Aprovar as propostas de criação de cursos que funcionarão na modalidade de Ensino a Distância

b. DEP

1) Propor, ao EME, a criação de cursos a funcionar sob a modalidade de Ensino a Distância.

2) Alocar recursos necessários ao eficaz funcionamento do EAD.

3) Ampliar, gradativamente, a realização de cursos de extensão e especialização, na modalidade de EAD.

4) Realizar estudos, e se for o caso, propor ao EME a criação de cursos que proporcionem, aos militares, graduações civis reconhecidas pelo Ministério da Educação e do Desporto. Estes cursos poderão ser estendidos a civis, quando autorizado e deverão aproveitar, quando equivalentes, os créditos das disciplinas cursadas na AMAN e outras escolas de mesmo nível.

5) Analisar e propor, ao EME, a aceitação de vagas, em cursos na modalidade de EAD, oferecidas pelas demais Forças Singulares, Forças Auxiliares e EE civis, nacionais ou estrangeiros.

6) Propor a criação de cursos de pós-graduação para militares do EB, podendo ser estendidos para civis e militares de outras Forças, quando autorizado.

7) Cooperar com a SCT na organização de cursos de pós-graduação e de extensão universitária na modalidade EAD.

8) Realizar estudos e, se for o caso, propor ao EME a criação de curso de ensino fundamental e de ensino médio na modalidade de EAD, para militares e seus dependentes.

9) Aprovar e divulgar as normas para funcionamento do Sistema de Ensino a Distância no Exército Brasileiro.

10) Proporcionar o aperfeiçoamento dos integrantes do SEAD, por intermédio de intercâmbio e de convênios com outras organizações militares e civis.

c. COTER e SCT

Ligar-se, ao DEP, para atendimento de suas necessidades em cursos na modalidade de EAD.

d. DGP

Fixar as vagas e catalogar os cursos de interesse da Força a serem realizados na modalidade de EAD.

e. CEP

1) Propor, ao DEP, as normas para funcionamento do SEAD.

2) Assessorar os EE interessados na realização de cursos na modalidade de EAD.

3) Operar a Rede Virtual de Ensino, subordinada ao DEP, viabilizando que outros EE tenham acesso à Internet, através de um "link" acadêmico.

4) Conduzir os cursos, na modalidade de EAD, sob sua responsabilidade.

5. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

a. Os cursos na modalidade de Ensino a Distância poderão ser operados por todos os Estabelecimentos de Ensino que possuem capacidade para tal, assessorados pedagógica e tecnicamente pelo Centro de Estudos de Pessoal.

b. Todas as OM do EB deverão apoiar o SEAD, funcionando como pontos de apoio do sistema para realização de avaliações, distribuição de material didático e orientação aos alunos matriculados, quando solicitadas e instruídas pelos EE operadores dos cursos.

3. DIRETRIZES GERAIS PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO EXÉRCITO BRASILEIRO, 2010.

PORTARIA Nº 185-EME, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.

Aprova as Diretrizes Gerais para a Educação a Distância no Exército Brasileiro

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, no uso das competências que lhe confere o art. 5º, inciso VIII, do Regulamento do Estado-Maior do Exército (R-173), aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 514, de 29 de junho de 2010; e de acordo com o que propõe o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), resolve:

Art. 1º Aprovar as Diretrizes Gerais para a Educação a Distância no Exército Brasileiro.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogar a Portaria EME nº 013, de 27 de abril de 1999.

DIRETRIZES GERAIS PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO EXÉRCITO BRASILEIRO

1. FINALIDADE

Estabelecer as diretrizes para a Educação a Distância (EAD) no Exército Brasileiro.

2. OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

a. Ampliar a capacidade do Sistema de Ensino do Exército, apoiando os seus componentes no que se refere à Linha de Ensino Militar Bélico, inclusive a Instrução Militar, à Linha de Ensino Militar Científico-Tecnológico, à Linha de Saúde, à Linha Complementar, ao Ensino Preparatório e Assistencial e à Educação de Jovens e Adultos.

b. Proporcionar aos integrantes do Exército a oportunidade de ampliar a sua capacitação, nas áreas de interesse da Força ou individuais, por meio do auto aperfeiçoamento.

c. Contribuir na preparação de militares para o ingresso nos Cursos do Sistema de Ensino do Exército.

d. Contribuir no aperfeiçoamento, na especialização e na capacitação de militares.

e. Cooperar na educação continuada desenvolvida pelo Exército.

f. Proporcionar aos integrantes do Exército, servindo no Brasil ou no exterior, bem como aos seus familiares acompanhantes, declarados como dependentes, de acordo com a legislação em vigor, condições para realizar Cursos do Ensino Regular.

3. COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

a. A Coordenadoria de Educação a Distância (CEAD) é um órgão consultivo e normativo do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEEx) para a Educação a Distância.

b. Atribuições:

1) normatizar, coordenar, orientar, avaliar e desenvolver estudos e ações sobre Educação a Distância;

2) incrementar a utilização e o aprimoramento da Educação a Distância no Exército Brasileiro;

3) estabelecer padrão de qualidade dessa modalidade de ensino;

4) ampliar a capacidade do Sistema de Ensino do Exército;

5) contribuir para o aumento da eficácia do ensino nas Linhas de Ensino Militar Bélico e Científico-Tecnológico, de Saúde, Complementar e no Ensino Preparatório e Assistencial e na Educação de Jovens e Adultos;

6) criar oportunidades para elevar o nível educacional dos integrantes do Exército, de seus familiares e de outros segmentos da sociedade; e

7) disseminar conhecimentos e técnicas para todo o Exército com economia de tempo e de recursos.

4. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

a. Os cursos e estágios na modalidade de EAD poderão ser oferecidos e gerenciados por todos os Estabelecimentos de Ensino, desde que tenham sido credenciados pelo Estado-Maior do Exército e que tenham preenchido os critérios estabelecidos pelas Normas de Educação a Distância elaboradas pela CEAD.

b. O DECEEx, por meio da CEAD, estabelecerá as Normas de Funcionamento, Avaliação e Gestão da Educação a Distância no Exército.

c. Os estabelecimentos de ensino e as organizações militares deverão apoiar todos os cursos e estágios na modalidade a distância, funcionando como pontos de avaliação, distribuição de material didático e orientação aos alunos matriculados, quando solicitados e instruídos pelo órgão operador do curso ou estágio.